

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Fernanda Marciano

Epistemologias transgressoras: a contribuição dos estudos trans para o campo teórico e político.

São Carlos - SP

2025

Fernanda Marciano

Epistemologias transgressoras: a contribuição dos estudos trans para o campo teórico e político.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política como parte dos requisitos para obtenção do título Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos.

Orientação: Profª. Dra. Vera Alves Cepeda

Financiamento: CAPES DS

São Carlos

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Marciano, Fernanda

Epistemologias transgressoras: a contribuição dos estudos trans para o campo teórico e político. / Fernanda Marciano -- 2025.
137f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Vera Alves, Cepêda

Banca Examinadora: Vera Alves Cepêda;, Maria do Socorro Souza Braga; Moacir Freitas Júnior

Bibliografia

1. Epistemologias transgressoras; travestis e transexuais; gênero e sexualidade; raça; cancelamentos. . I. Marciano, Fernanda. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180

FOLHA DE APROVAÇÃO.

Fernanda Marciano

Epistemologias transgressoras: a contribuição dos estudos trans para o campo teórico e político

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política como parte dos requisitos para obtenção do título Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos aprovado em 17/02/2025.

Orientador(a)

Dra. Vera Alves Cepêda

Universidade Federal de São Carlos

Examinador(a)

Dra. Maria do Socorro Souza Braga

Universidade Federal de São Carlos

Examinador(a)

Dr. Moacir Freitas Júnior

Universidade Federal de Uberlândia

AGRADECIMENTOS

É com tamanha felicidade que venho por meio deste texto agradecer às diversas pessoas envolvidas neste trabalho de dissertação. Fazer pesquisa não é uma tarefa fácil. Inúmeras adversidades ocorreram para que então pudéssemos de fato conceber esse processo como vitorioso e finalizado, principalmente tendo em vista que vida que acontece em nós, por mais que queiramos, não diz respeito apenas a cálculos racionais do tempo. Existem acordos, muitos deles velados, que tem por intuito conceber a experiência como um constante processo de diferenciação social, fazendo com que subjetividades e culturas sejam jogadas para fora por serem julgadas moralmente como inferiores. Isso faz com que as práticas coletivas de apoio mútuo, de mulheres negras, travestis e transexuais, indígenas e quilombolas, todos aqueles que carecem de inteligibilidade social, por meio de coalizões de vidas até então separadas, criem estratégias de sobrevivência para nos jogar para dentro e eles (o hegemônico) para fora.

Dito isso, gostaria de iniciar agradecendo a Professora Doutora Vera Alves Cepêda por ter topado encarar essa orientação, sei que não foi um processo fácil, mas ao mesmo tempo tenho ciência da dialogicidade contida em nossos encontros. A academia, por meio dos seus processos institucionais, muitas vezes não conseguem nos oferecer os recursos necessários. Entretanto, a prática coletiva junto aos saberes insurgentes, nos possibilitaram integração social em meio a um cenário polarizado e poroso.

Outra pessoa fundamental neste percurso foi a Professora Doutora Maria do Socorro Souza Braga, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, minha professora e conselheira, a quem devo agradecer por ter me apoiado e segurando minhas mãos quando a luta parecia estar perdida.

Agradeço também à Professora Doutora Lucy Oliveira, por ter sido minha professora, mantendo uma postura ética e íntegra com as questões incisivas que eu levava durante os nossos processos de ensino e aprendizagem, fazendo com que a hierarquia entre professor e estudante, muitas vezes ficassem de lado em prol da construção de um conhecimento ético e engajado.

Aos colegas e amigos, agradeço a Bruna Quinsan Camargo, Yuri Espósito e Beatriz Azevedo, por terem insistido que eu poderia sim fazer o que eu quisesse, inclusive cursar um mestrado acadêmico em ciência política sobre processos de transgressões.

Agradeço imensamente por ter me aproximado da Dalila, Marina e Marlon, cuja presença e carinho tornaram mais leves os processos de subjetivação negativa, que é claro, são acometidos dentro das instituições federais de ensino superior.

As travestis revolucionárias, Gabe Teodoro, Rafaela Franco, Victória Ayumi e Elis Rosa, agradeço por terem barbarizado comigo nos momentos que foram necessários, como também por me apoiarem em momentos em que a vida, tomada por preconceitos e racismo, me parecia impossível. Em especial a Ângela Lopes, minha primeira orientadora.

Aos leitores e problematizadores assíduos desta dissertação, Tiago Afonso, Erick Gregner e Eduardo Souza, obrigada por todo apoio, carinho, companheirismo e ajuda, vocês foram essenciais para que este processo fosse concluído.

Aos meus familiares, minha mãe Célia Cristina de Souza, a primeira ativista que eu conheci, obrigada por ter insistido durante a minha criação que a educação é uma ferramenta valiosa para a transgressão. Ao meu pai, Jorge de Souza Marciano, cuja trajetória e força me inspiram a continuar viva, obrigada. Ao meu irmão e sobrinhos, Felipe Cesar de Sousa Cardoso, Maria Cristina de Sousa Cardoso e Luís Felipe de Sousa Cardoso, dedico essa conquista a vocês na pretensão de que no futuro, a roda vida se mova em direção às suas transgressões.

Por último, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento parcial desta pesquisa, e também ao Centro de Educação em Ciências Humanas (CECH), a Pró-reitoria de Assuntos Comunitários (PROACE) e a Fundação de Apoio Universitário (FAI), entidades sediados na UFSCAR que, via ações afirmativas, possibilitaram apoio financeiro para a finalização da pesquisa.

RESUMO

A dissertação a seguir tem por objetivo argumentar que a subjetivação de travestis e transexuais podem servir como ferramentas metodológicas valiosas para as análises no campo das ciências sociais contemporâneas, em especial na ciência política. A partir da minha experiência enquanto pesquisadora negra e travesti, recém chegada ao campo, como também na análise de diversas produções teóricas, busco mapear epistemologias que transgridem a um ideal universal sobre o que é ou não é teoria social e política. Nomeio essas perspectivas críticas de epistemologias transgressoras, pois, a partir de deslocamentos subjetivos das teorias de gênero e sexualidade, interpretam toda e qualquer análise social a partir da posicionalidade social. Esse exercício epistêmico é investigado a partir de uma mudança geracional e estética das instituições federais de ensino superior, ocorridas a partir de políticas públicas de acesso e permanência estudantil a negros, indígenas, quilombolas, travestis e transexuais. A partir dos conceitos de lugar de fala, cisgeneridade e branquitude, objetiva-se oxigenar a disciplina com análises sociais robustas, complexas e porosas. Isso porque, me inclino a ideia que as transgressões impactam diretamente o debate dito identitário na política institucional e no campo acadêmico contemporâneo através de controvérsias éticas e morais. Dessa forma, foram explorados episódios de cancelamento social de intelectuais do campo dos estudos de gênero e sexualidade como resultado de uma contraposição entre conhecimento produzido na academia vs movimentos sociais, simbolizando mudanças epistêmicas significativas tanto no campo político, como no acadêmico a partir de outras leituras e interpretações sobre os fenômenos sociais.

Palavras-chave: Epistemologias transgressoras; travestis e transexuais; gênero e sexualidade; raça; cancelamentos.

ABSTRACT.

This dissertation aims to argue that the subjectivation of travestis and transsexuals can serve as valuable methodological tools for analysis in the field of contemporary social sciences, particularly in political science. Drawing from my experience as a Black travesti researcher newly arrived in the field, as well as from the analysis of various theoretical works, I seek to map epistemologies that challenge the universal ideal of what constitutes social and political theory. I refer to these critical perspectives as transgressive epistemologies, as they interpret all forms of social analysis through the lens of social positionality, grounded in subjective shifts in theories of gender and sexuality. This epistemic exercise is examined in the context of generational and aesthetic changes within Brazilian federal universities, which have been shaped by public policies promoting access and retention of Black, Indigenous, Quilombola, travesti, and transsexual students. Through the concepts of standpoint, cisgenderness, and whiteness, the aim is to revitalize the discipline with robust, complex, and porous social analyses. I am guided by the idea that transgressions directly impact the so-called identitarian debate within both institutional politics and the contemporary academic field through ethical and moral controversies. Accordingly, this work explores cases of social cancellation of intellectuals in the field of gender and sexuality studies, framing them as the result of tensions between academic knowledge production and social movements. These cases symbolize significant epistemic shifts in both political and academic domains, prompted by alternative readings and interpretations of social phenomena.

Keywords: Transgressive epistemologies; travestis and transsexuals; gender and sexuality; race; cancel culture.

RESUMEN

La presente disertación tiene como objetivo argumentar que la subjetivación de travestis y transexuales puede servir como herramienta metodológica valiosa para los análisis en el campo de las ciencias sociales contemporáneas, en especial en la ciencia política. A partir de mi experiencia como investigadora negra y travesti recién llegada al campo, así como del análisis de diversas producciones teóricas, busco mapear epistemologías que transgreden el ideal universal sobre lo que es —o no es— teoría social y política. Denomino a estas perspectivas críticas como epistemologías transgresoras, ya que, desde desplazamientos subjetivos de las teorías de género y sexualidad, interpretan todo análisis social desde la posicionalidad social. Este ejercicio epistémico se investiga en el contexto de un cambio generacional y estético en las instituciones federales de educación superior en Brasil, ocurrido a partir de políticas públicas de acceso y permanencia estudiantil para personas negras, indígenas, quilombolas, travestis y transexuales. A partir de los conceptos de lugar de enunciación, cisgeneridad y blanquitud, se busca oxigenar la disciplina con análisis sociales robustos, complejos y porosos. Esto se debe a que me inclino a pensar que las transgresiones impactan directamente el debate llamado identitario en la política institucional y en el campo académico contemporáneo, por medio de controversias éticas y morales. En este sentido, se exploraron episodios de cancelación social de intelectuales del campo de los estudios de género y sexualidad, como resultado de una tensión entre el conocimiento producido en la academia y los movimientos sociales, lo que simboliza transformaciones epistémicas significativas tanto en el campo político como en el académico, a partir de otras lecturas e interpretaciones de los fenómenos sociales.

Palabras clave: Epistemologías transgresoras; travestis y transexuales; género y sexualidad; raza; cancelaciones.

SUMÁRIO

Prólogo: Uma imersão na transgressão	13
Introdução: Um esforço de mapeamento epistemológico da transgressão	19
1 Teorias transgressoras: uma revisão crítica da literatura de gênero e sexualidade.	31
1.1 Outra revisão crítica: um aprofundamento na autodeterminação de gênero e raça	53
2 Crítica e transgressão disciplinar	65
2.1 A contribuição dos transfeminismos à transgressão	68
2.2 A contribuição das ciências sociais à transgressão	75
3 Cultura do cancelamento no campo ético e moral dos estudos de gênero e sexualidade	92
3.1 O cancelamento de Richard Miskolci: notas introdutórias	88
3.2 Cancelamento trans: o caso de Tertuliana Lustosa	111
Conclusão: Construindo caminhos possíveis para a transgressão	123
Referências	131

Prólogo: Uma imersão na transgressão

Era uma tarde quente, no dia 31 de agosto de 2016. Lembro-me de que houve conversações sobre a concretização do processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Discussões essas marcadas por controvérsias e posicionamentos acalorados por parte da esquerda que caracterizavam a comunidade acadêmica até então.

Em um dia específico, o que seria uma aula comum da disciplina História Social do Brasil, transformou-se em um grande laboratório de investigação sobre gênero, política e mídia. Estávamos preocupados, naquele momento, em construir uma análise transversal que explicasse o fenômeno social sobre o impeachment. Os ânimos de todos os jovens pesquisadores e da professora que ministrava a disciplina estavam à flor da pele, pois, levando em consideração a experiência e formação das pessoas presentes, não tínhamos clareza se a crise democrática que acometia o Brasil poderia ser resultado direto das organizações e movimentos sociais que defendem pautas políticas identitárias (por exemplo o aborto, o casamento homoafetivo, a despatologização das identidades transgêneros, entre outros), ou, se por outro lado, se seria causada por fatores exógenos e econômicos, ou seja, uma crise do capitalismo.

Essa aula e a aproximação com a professora Dra. Sylvia Iasulaitis resultaram em uma pesquisa de iniciação científica (inacabada) sobre o enquadramento midiático que a ex-presidenta Dilma Rousseff vinha sofrendo fortemente desde 2013, à partir das manifestações conhecidas como “Jornadas de Junho de 2013”, nas quais boa parte da população, especialmente na cidade de São Paulo, foi às ruas protestar contra o aumento das passagens do transporte coletivo. Durante o ocorrido, lembro-me de que algumas pautas de cunho identitário já eram acionadas no debate público: entretanto, me inclino à ideia de que se intensificou a partir da abertura do processo de impeachment em 2015, concretizado no ano de 2016.

Durante o processo de investigação da pesquisa de iniciação científica, especialmente a partir da observação das capas de revistas como *Veja* e *Isto É*, a misoginia aparecia descaradamente. Contudo, muitas vezes, esse fator não foi tido como preponderante para a análise da situação. Se a misoginia atrelada à derrocada do governo Dilma Rousseff foi o nosso objetivo inicial, isso significa que estávamos, na época, preocupadas com a análise dos estereótipos de força, objetividade e rigidez, frequentemente enquadrados positivamente em

atores políticos do gênero masculino e que, em figuras do gênero feminino, se tornam aspectos negativos.

Anos mais tarde, em 2018, ainda durante o meu processo de graduação, pude estudar mais uma vez alguns recortes específicos de problemas sociais, muitas vezes invisibilizados ou inviabilizados por parte de alguns pesquisadores e intelectuais do campo acadêmico. No trabalho de conclusão de curso em ciências sociais, sob orientação da professora Dra. Samira Feldman Marzochi, tive a oportunidade de conhecer teoricamente outras fontes conceituais, agora, essas não estavam mais ligados ao controle da subjetividade, métodos comuns nas análises de conteúdo, mas sim a leituras subjetivas das teorias de gênero e sexualidade, em especial da escola de pensamento denominada por parte da literatura como pós-estruturalista.

Durante o processo de investigação da monografia, cursei duas disciplinas sobre os temas supracitados: uma no ano de 2018, sobre estruturalismo e pós-estruturalismo francês, e outra, já em tempos de pandemia da COVID-19, ainda tentando responder algumas passagens de autores reconhecidos por seus métodos rigorosos e generalistas, como Émile Durkheim (1858-1917), bem como sua continuidade nas análises construídas por Pierre Bourdieu (1930-2002) e Claude Lévi-Strauss (1908-2009).

Os dilemas que orientaram a investigação da monografia foram, em grande parte, relacionados às fontes empíricas, denominadas na época como uma investigação autoetnográfica do meu processo transexualizador no SUS, que podem ser caracterizados como uma investigação local sobre os processos de subjetivação negativa, pois, a partir da análise, foi constatado que os protocolos médicos adotavam métodos de afirmação de gênero baseados em uma caracterização universal do que seriam ou não a identidade social de uma pessoas trans. Em diversos momentos, em consultas endocrinológicas, psiquiátricas e psicológicas, fui diagnóstica e interpelada a partir de um denominador comum, exógeno e exotérico, solapando e borrando a minha identidade, que é marcada por diversos fatores e clivagens sociais, fazendo com que a autodeterminação de gênero sejam atravessados por aspectos de raça e classe.

Mais uma vez, como no início deste texto, caímos no problema da subjetividade. De certo, essa é a grande questão que irá guiar os propósitos deste pequeno ensaio de introdução, mas também, como pretendemos, o trabalho de dissertação. A verdade é que dificilmente se consegue condensar o que é o campo de estudos das epistemologias trans, em especial sobre práticas transfeministas.

Jaqueline Gomes de Jesus, no livro *Transfeminismo: Teoria & Prática* (2015), afirma que o campo de investigação transfeminista surge mais ativamente no Brasil a partir de 2008, e que tinha como arena a internet, em especial o Blog Transfeminismo, sediado no Facebook e moderado na época por Hailey Kaas e Viviane Vergueiro. Isso significa que, a partir do ativismo comunicacional, foi possível não apenas o surgimento dos transfeminismos e suas conceituações sobre cisgeneridade no Brasil, como também a popularização das teorias de interseccionalidade, lugar de fala, branquitude, racismo estrutural, racismo recreativo, entre outras. Todas essas análises são abordadas no meio acadêmico nos tempos presentes, mas também foram construídas e circularam a partir da ação de ativistas de diferentes grupos sociais, mobilizando, por sua vez, um alvoroço no debate público.

A autora enfatiza também que o transfeminismo sempre estará em construção, além de não ser nada sozinho — por isso não devemos reduzi-lo a um objeto distante e universal —, ele “não é aprendido apenas com leituras, se as palavras não pulsam nas veias de quem as lê” (Jesus, 2015, p. 20).

Nesse sentido, só se fazem teoria transfeminista e epistemologias transgressoras a partir de um corte profundo naquilo que entendemos como método. Essa afirmação, mais uma vez, corrobora com a ideia de que os estudos construídos nas últimas décadas no campo de gênero e sexualidade nada mais são do que esforços de um deslocamento subjetivo, que têm como intuito pensar e fazer ciência a partir de uma visão localizada. Ou seja, tudo aquilo que foi construído pelas feministas norte americanas que serão citadas ao longo deste texto de dissertação, é influenciado, em parte, pelos cenários franceses, principalmente nas análises sobre o poder desenvolvidas por Michel Foucault na década de 1970.

Isso ocorre porque as dimensões genealógicas — método comumente utilizado nas análises pós-estruturalistas — permitem-nos identificar que, a grosso modo, existe uma concepção sócio-histórica sobre a identidade de travestis e transexuais, situada no tempo e no espaço, mas que entretanto, segundo nossas análises, devem ser entendidas em uma composição a-histórica. No caso brasileiro, como veremos na seção I, esse processo ocorreu recentemente, no período de exceção democrática (1964–1988) e na pós-redemocratização (a partir de 1988). Entretanto, com os resgates teóricos e epistemológicos supracitados, entende-se que a identidade não se resume a exercícios anteriores, mas, sim, à táticas de enunciação de saber-poder que ora corroboram, ora inviabilizam qualquer possibilidade de inteligibilidade cultural.

O que podemos definir, de fato, é que esse corpo humano, de cada indivíduo particular, tal como é representado hoje, nem sempre vestiu a roupa da feminilidade e/ou da masculinidade. E mais importante, essa roupa (performance, papel social) não necessariamente resume-se ou está condenada a viver e reviver essa biologia (abrindo o poder de escolha individual e posse de si), como pode comportar inúmeras formas de personas e papéis distintos, talvez ainda em um revolucionário processo de construção.

Tradicionalmente, os corpos e as identidades fluem a partir de paradigmas sociais consolidados que, contemporaneamente têm sido remodelados nas experiências individuais e sociais, produzindo deslocamentos teóricos e epistemológicos capturados pela literatura de gênero e sexualidade. Sendo assim, proponho pensar a representação social de travestis e transexuais a partir dos empreendimentos transfeministas, presentes nos estudos sobre epistemologias trans, mas também em ampla literatura que caracteriza o gênero como atos performativos.

O campo de estudo suscitado, os transfeminismos, e, por conseguinte os estudos trans, ao meu ver, não se propõe em produzir apenas leituras factuais e isoladas de uma realidade distante, mas sim, dar continuidade às investigações sociais caracterizadas de tempos em tempos como transgressões e subversões sociais. Por isso, posso mais uma vez me posicionar enquanto sujeita ativa desse campo de saber, pois, assim como em parte das teóricas que serão citadas ao longo desta dissertação, também compartilho da travestilidade e da negritude. Essa característica que em uma leitura desconstrucionista à partir de Foucault, pode ser interpretada como expertise, será caracterizada aqui como um esforço de *render-se* ao campo de estudos de gênero e sexualidade, fazendo com que os processos de enunciação contidos ao longo do texto façam parte da comunicação e do detalhamento da identidade travesti e negra. Isso não significa que nossa abordagem esteja ligada a uma substanciação ou fixação, mas sim, que a partir das relações de poder podemos identificar continuidades e descontinuidades conceituais da subjetivação de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo.

E o que os transfeminismos e os estudos de epistemologias trans têm a ver com isso? Como a experiência da pesquisadora, narrada no início deste ensaio introdutório, corrobora o campo de estudos?

Ora, digamos que a experiência enquanto sujeito corrobora com os esforços de fazer pesquisa de forma engajada. Essa afirmação não significa que a pesquisadora está rendendo-se a dogmatismos, o que seria, de certa forma, um esforço fascista. Muito pelo contrário, o direcionamento evidenciado aqui diz respeito a uma forma de conciliar teoria e

prática política, assim como proposto no passado por Karl Marx, mas que no contemporâneo, retratam uma conciliação entre ciência e conhecimentos produzidos no interior dos movimentos sociais de travestis e transexuais e de negros e negras.

Mais uma vez, vale ressaltar que toda construção teórica e epistemológica deste campo de estudo propõe realizar uma análise experimental da subjetivação de travestis e transexuais, e como isso impacta os esforços analíticos e acadêmicos de alguns ativistas e intelectuais do campo. Por isso, muitas vezes, a fonte empírica de toda e qualquer abstração têm como ponto de partida a própria experiência, corroborando com um olhar crítico e localizado sobre as produções de saber-poder.

Isso significa que este ensaio, por conseguinte esta pesquisa, corrobora com os fundamentos colocados por Emi Koyama no texto *Manifesto Transfeminista (2001)*, de que as pesquisas endereçadas a esse campo devem reconhecer as diferenças e semelhanças entre as sujeitas, a fim de considerar a sua multiplicidade. Ou seja, nada mais contraditório seria um esforço teórico que busca inviabilizar e invisibilizar discussões por meio de métodos de controle de subjetividade.

Mais uma vez, toda teoria transfeminista e os estudos sobre epistemologias trans devem identificar, no tempo presente, coalizões com diferentes segmentos e grupos sociais como um princípio constitutivo. Parte da literatura citada ao longo da dissertação, considera essa prática como a continuidade dos “fazeres” feministas, iniciados dentro dos movimentos de feministas negras, que são caracterizadas pelas suas atuações política e intelectual de forma engajada (Jesus, 2015; Nascimento, 2022).

Por isso, trazer à tona a experiência da pesquisadora têm como intuito demonstrar os esforços da construção de um exercício científico que transpassa as conotações comumente acometidas a eles, de que os vieses e os melhores caminhos investigativos são os representativos, e, por conseguinte, generalizáveis.

Isso não significa que, necessariamente, toda e qualquer apreensão epistemológica necessite de redução, até porque, experiência e história se confundem e podem ser apreendidas em exercícios complexos e porosos e que, se for o caso, no futuro, podem corroborar com análises factuais sobre a transgressão.

Nos dias atuais, falando agora necessariamente dos textos e análises que os leitores terão acesso nas páginas a seguir, é notória a insatisfação argumentativa em relação a receptividade das teorias pós-estruturalistas, em especial as que constituem o campo de estudo trans. Talvez isso ocorra porque, na última década, foi popularizado o conceito de

cisgeneridade e branquitude, construído por intelectuais e ativistas dos movimentos sociais de travesti e transexuais e de pessoas negras para dar conta da diferenciação inerente das posições sociais, sendo as manifestações de alguns intelectuais outsiders¹ favoráveis à denúncia das diversas intersecções de opressões acometidas nas estruturas sociais, e é claro, da mesma opressão que muitos de nós sofrem no ambiente acadêmico.

De certa forma, o exercício dessa pesquisa de dissertação tem como objetivo corroborar com certos acúmulos epistemológicos de outras narrativas, daquelas que transgridem o social e o empírico a partir de outras localizações sobre o corpo. Esses outros, obviamente, dizem respeito às perspectivas até então pouco incorporadas nos estudos de teoria social e política, mas que à partir de deslocamentos subjetivos de intelectuais de todo tipo, podem oferecer ferramentas conceituais valiosas para o campo das ciências sociais, em especial na ciência política, uma vez que a mesma, muitas vezes, demonstra maior resistências em conceber análises significativas e constitutivas sobre os fenômenos sociais.

A política, para além da literatura supracitada, diz respeito a um processo de autodeterminação, que proporcionou possibilidades de falar de si e dos outros sem borrar ou inviabilizar a identidade da pesquisadora. Entretanto, na vida que acontece aqui e agora, as páginas e análises deste breve ensaio de introdução nunca darão conta de suscitar. Porque aí, é só na oralidade que a fuga acontece.

Isso faz com que seja necessário anunciar ao leitor a dificuldade em conceber os fenômenos subjetivos enunciados como objetos de análise, isso porque, os acontecimentos e incidência do campo de estudos de gênero e sexualidade ainda causam desconforto no campo acadêmico, fazendo com que as investigações sejam tomadas por atravessamentos morais e éticos em relação à identidade e posicionamentos políticos de pesquisadores e pesquisadoras.

¹Denominamos intelectuais outsiders pesquisadores e ativistas dos movimentos sociais, que se autodeterminam negros, travestis e transexuais, buscando a partir da localização e posicionalidade social, construir teorias consubstanciais sobre os fenômenos sociais identitários. Não iremos caracterizá-los como uma unidade hegemônica, utilizamos o conceito com o objetivo de descrever uma nova agenda de pesquisa que surge em detrimento de uma mudança geracional e estética das instituições públicas de ensino superior.

Introdução: um esforço de mapeamento epistemológico da transgressão.

O texto a seguir têm por objetivo argumentar que a subjetivação de travestis e transexuais podem nos servir como ferramentas metodológicas valiosas para as análises no campo das ciências sociais contemporâneas, em especial na área das análises na ciência política. A partir da minha experiência enquanto pesquisadora negra e travesti inserida no campo da ciência política, como também na leitura de ampla produção teórica, busco nesta pesquisa investigar teorias que supostamente transgridam a um ideal normalizador do que pode definir o termo *epistemologia*. Esse exercício parte da constatação de que a ciência política, área de concentração de conhecimento a qual eu faço parte, carrega maior resistência em conceber formas de análise social que fujam de um projeto estruturalista e “neutro” axiologicamente, inviabilizando e invisibilizando análises e teorias que proponham alinharmos ontológicos parciais e localizados.

Epistemologias são teorias ou estudos sobre o conhecimento, tratam de investigar os limites sobre determinados entendimentos sobre a natureza e a humanidade, buscando entender as bases e validade de métodos e teorias científicas e filosóficas. Perguntas como: o que caracteriza o conhecimento, e como o mesmo é adquirido? Ou quais são as fontes e os critérios para determinar se algo é verdadeiro ou válido? São comuns neste campo do pensamento.

Diferentes perspectivas epistemológicas poderiam responder sobre como o conhecimento é construído, entretanto, nos deteremos as que são introduzidas pelos conhecimentos das ciências sociais, e também de uma nova agenda epistêmica, construídas a partir do conhecimento da academia, mas que só ganham notoriedade nos movimentos sociais, em especial de negros e negras e de travestis e transexuais.

As discussões sobre métodos e epistemologias não são novas no campo crítico das ciências sociais, pois fazem parte da construção do campo como um todo. Raewyn Connell (2012a), por exemplo, identifica um jogo de poder em relação à definição do que é ou não considerado pelos centros de pesquisa *mainstream* teoria social. As críticas sugeridas pela autora, bem como a forma de praticá-las podem ser encontradas na construção de uma leitura crítica e contextualizada de autores conclamados como pais da ciência moderna, como Karl Marx (1818-1883), Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920), como também nos processos de reificação que a disciplina sofreu em suas traduções, dificultando uma revolução e/ou quebra de paradigma fundante (Connell, 2012b).

A partir desses pressupostos teóricos, temos à intenção de investigar caminhos epistemológicos que deem conta de falar de si e dos outros sem borrar ou controlar a subjetividade da/os pesquisadora/os, isso porque, temos como hipótese (provisória), que o *mainstream* da ciência política brasileira têm maior resistência em aderir aos pressupostos de posicionalidade analítica. Como argumentamos antes, uma abordagem não tão nova, mas que nesta pesquisa serão interpretadas como produtos de deslocamentos subjetivos, construídos através de leituras das teorias de gênero, raça e sexualidade e nas análises pós-colonial e interseccionais.

Denominamos deslocamentos subjetivos uma análise crítica e experimental, cuja a fonte de recursos podem ser encontradas na escola de pensamento social inserida no tempo espaço (principalmente no final do século XX) com os trabalhos de autores como Homi Bhabha (1909-1966), Edward Said (1935-2009), Stuart Hall (1932-2014), Achille Mbembe (1957) e Judith Butler, que dão continuidades a um projeto estruturalista, entretanto, inspirados nos trabalhos de Michel Foucault (1926-1984), Gilles Deleuze (1925-1995) e Jacques Derrida (1930-2004), entendem que toda escritura pode gerar rasuras e transbordamentos sobre o entendimento de determinado fato/objeto.

Veremos mais a frente que Judith Butler (2020), inspirada nesses pressupostos epistêmicos, irá propor em seu trabalho uma genealogia das proibições sexuais através de uma leitura dos cânones da psicanálise, antropologia e teoria feminista. A autora identificou que há na filosofia ocidental uma constante diferenciação dicotômica (natural/artificial e natureza/cultura) que impõe aos indivíduos “papeis” sociais normalizadores. Essa lógica de poder molda subjetivamente a performance das pessoas, coagindo-as sempre a comportamentos que naturalizam a heterossexualidade.

Para além, identificamos como deslocamentos subjetivos, produtos intelectuais das teorias do conhecimento e das análises sociais que têm como tendência a construção de uma abordagem conceitual que algumas correntes do pensamento social contemporâneo caracterizam como pós-estruturalismo e/ou pós-colonial. Podem ser definidos como uma escola difundida nas análises críticas sobre as estruturas sociais, comumente caracterizadas como fixas, e por isso, binárias, rígidas, com pouca maleabilidade social. Neste sentido, a leitura social difundida no campo de estudos no início do século XX se constroem a partir de uma crítica sobre o colonialismo, sendo sua ênfase no processo de colonização na América do Sul e do subdesenvolvimento do Continente Africano (Connell, 2012a; Mbembe, 2018)

Judith Butler (2020), Achille Mbembe (2018) e Raewyn Connell (2012), por exemplo, discutem essas implicações de formas diferentes, entretanto, partilham em comum a crítica há um poder capaz de solapar todas as culturas a partir de táticas de saber-poder que ora podem legitimar saberes, em outras, inviabilizá-los via processos de subjetivação. Isso faz com que a história, o pensamento e a cultura, temas comumente analisados nas ciências sociais, sejam interpretados a partir de processos de diferenciação social, recurso que têm como resultado o extermínio do outro, ou seja, daqueles que diferem do ideal de inteligibilidade cultural hegemônica.

Proponho nesta pesquisa que teorias transgressoras podem ser encontradas na experiência de corpos não hegemônicos, daqueles que não gozam do privilégio da branquitude² e cisgeneridade³. Para tal, utilizei durante toda argumentação como exemplo o campo discursivo das representações políticas que travestis e transexuais vem inserindo em espaços institucionais, sejam eles representativos ou acadêmicos. No primeiro caso (representativos), trata-se do crescimento de candidaturas a nível municipal, estadual e federal de corpos de pessoas trans disputando o espaço deliberativo no Brasil à partir de 2018 (Antra, 2020); no segundo (espaços acadêmicos), e não menos importante, me refiro ao número de diversidades de corpos que o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Governo Federal do Brasil através do Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007 possibilitou através de reservas de vagas e ações afirmativas à negros, indígenas e quilombolas e que mais recentemente, a travestis e transexuais.

A reserva de vagas, junto às políticas de ações afirmativas adotadas pelas instituições federais de ensino superior, possibilitou uma abertura para experiências sociais até então compreendidas de forma exógena, ou seja, como adereços distanciados da visão dos analistas. A inserção de negros, indígenas e pessoas trans via reserva de vagas ainda causam controvérsias no campo acadêmico, entretanto, é inegável o impacto na composição social do espaço e, por conseguinte, nas agendas de pesquisas.

² Ver BENTO, C. **O pacto Narcísico da Branquitude**. 1º Edição São Paulo. Editora Companhia das Letras, 2022.

³No senso comum, difundido nas últimas duas décadas na mídia digital e televisiva, cisgêneros são aqueles que se conformam com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento, um processo oposto em detrimento do comportamento transgênero. Cisgeneridade, nesse sentido, é um conceito utilizado pelos transfeminismos e estudos trans para descrever analiticamente os processos da constituição de um sujeito universal. A exemplo, ler a dissertação de mestrado de Viviane Vergueiro Simakawa intitulada **“Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise etnográfica das cisgeneridade como normatividade”** (2016).

A transgressão pode ser encontrada em epistemologias interseccionais sobre gênero, raça e classe, construídas por pessoas trans e negras nas últimas décadas no Brasil, debatidas em ampla literatura publicadas em artigos científicos, *blogs* e jornais de divulgação científica. Partimos da hipótese que essas teorias são transgressoras porque deslocam frente aos regimes de saber-poder localidade e posicionalidade nas questões sobre a subjetivação de travestis, transexuais e pessoas negras. A produção subjetiva desses corpos, portanto, não são resultados de um empreendedorismo de si, o que seria uma espécie de negação em si mesmo – ao contrário, possibilitam à teoria social e política novas formas de investigação empírica e epistemológica.

Podemos identificar como teorias transgressoras análises de autoras e autores que se posicionam no campo acadêmico de forma localizada. Por isso, as argumentações empreendidas nesta dissertação fazem parte de um recurso comum em textos acadêmicos e discussões feministas. Isso significa que parece haver um consenso na literatura feminista sobre a demarcação de gênero, raça e classe como um fator primordial na execução de nossos campos de investigação. Como exemplo, podemos tomar emprestado o texto *Estupro em campo: reflexões de uma sobrevivente*(2018), de Eva Moreno, que faz uso dessas características para denunciar um abuso que sofreu em uma de suas pesquisas etnográfica. Por conta do ocorrido, seu campo investigativo foi afetado por conta do machismo e sexismo, inviabilizando e invisibilizando a vítima que, só pode revelar o ocorrido através do anonimato. Essas e outras argumentações nos ajudaram a formular no decorrer desta investigação formas de escrita e argumentação científica que não são comuns no campo da ciência política, entretanto, vigoram em outras áreas do conhecimento, como a antropologia e sociologia.

As teorias transgressoras podem ser aquelas que não deixam de lado o posicionamento em prol de uma investigação supostamente neutra das questões sociais, por isso, identificar o local de fala é uma forma incisiva de adentrarmos na teoria social e política, uma vez que à ciência hegemônica coloca tudo e *todes* em pares duais, sempre um negativo em relação ao outro. Teorias transgressoras, portanto, são aquelas que partilham críticas à esse modelo epistêmico investigativo, pois é preciso formular uma metodologia transgressiva: que são aquelas que se referem a necessidade crucial de construir instrumentos tanto políticos como epistemológicos para transgredir as fronteiras do pensamento e da política tradicional, apreendendo e compreendendo novas configurações, identidades e conflitos sociais em disputa.

Nos parece que, diante da dificuldade em reconhecer suas localidades e produções de discursos, alguns intelectuais acadêmicos estabelecidos⁴ insistem em definir a experiência investigativa como axiologicamente neutra e controlada. Temos como hipótese que esse exercício têm resquício de uma influência e perpetuação de uma leitura da doutrina clássica, instituída nas disciplinas das ciências sociais, que caracteriza alguns autores do século XVIII como aqueles que melhor correspondem aos esforços de institucionalização do campo de investigação. A grande contribuição dessa organização epistemológica, centrada nos grandes centros de produção intelectual, foi estabelecer currículos e uma agenda de pesquisa (legítima) que se preocupam com métodos de mensuração generalizáveis e representativos.

No entanto, uma saída possível para essa tendência consiste na aproximação subjetiva que os diversos interlocutores de pesquisa podem exercer com explicações críticas e denúncias ao rol masculinista branco e cisgênero que via de regra ocupam os espaços institucionalizados, sejam eles no campo político deliberativo ou no acadêmico. As epistemologias transgressoras analisam realidades invisibilizadas, subalternizadas na agenda acadêmica ou aprisionadas em paradigmas velhos ou insuficientes das ciências sociais. Elas rompem com a inércia e inovam o conhecimento. E, é claro, encontram resistência de toda ordem – como um marxista no mundo neoliberal, um fundamentalista em um contexto dessacralizado, ou como um nazista em um grupo da teoria da justiça.

As teorias transgressoras buscam demarcar os entrecruzamentos de opressão e a subjetivação dos corpos como uma forma de oxigenar o campo das ciências sociais com epistemologias que interseccionam raça, classe e gênero. Essas formas de investigações localizadas podem revelar a face oculta de uma falsa democracia no campo epistêmico e de produção de conhecimento, pois, as bases de enunciação dos sujeitos provocam ainda, mesmo após políticas de equidade e reparação, uma ausência de corpos racializados, dissidentes de sexo e gênero nas produções hegêmicas do campo de saber.

Como marco temporal do surgimento desta efervescência, enfatizamos durante toda nossa argumentação que houve uma fragmentação política e ideológica nos movimentos sociais tanto da esquerda, como da direita a partir de pautas identitárias. Seu clímax ocorreu

⁴Denominamos intelectuais acadêmicos estabelecidos, quadros de professoras e professores, sejam eles cis ou trans, que estão institucionalizados em cursos de graduação e programas de pós-graduação, cujas pesquisas e discurso sejam em prol de métodos que corroboram com o controle de subjetividade do pesquisador. Temos o receio que estejam limitados epistemologicamente pela rotina, cegueira e, em outros casos, má fé ou enviesamento ideológico. Entretanto, concordo com a orientação desta dissertação, que insiste que não podemos tomá-los como uma unidade homogênea, incapaz de aprender com o novo conhecimento que está sendo produzido, até porque, como veremos adiante, o saber está perpetuado por uma lógica de relações de poder

nas “jornadas de junho de 2013”, movimento social que incidiu no Brasil em junho de 2013 o ovo da serpente que instaurou o processo de impeachment de Dilma Rousseff em 2016, e que elegeu Jair Bolsonaro em 2018, junto com vasta assembleia de atores políticos ultraconservadores (Reis e Soares, 2017).

O aborto e as políticas voltadas para a equidade de gênero e sexualidade, no contemporâneo, sofrem ataques de parlamentares da bancada do Boi, da Bíblia e da Bala. Os atores políticos desse campo utilizam as reivindicações colocadas por movimentos de mulheres, negros e LGBTQIAPN+ como opositoras ao ideal de cidadão do bem (Quadros; Madeira, 2018).

Essa tática não é nova na política institucional, pois, durante o período de exceção democrática (1964-1988) imagens de pessoas trans foram disseminadas pela mídia de forma negativa. Junto a essa investida, o Estado garantiu patrulha para caçá-las e torturá-las via políticas de inimizades⁵ (Cavalcant; Barbosa; Bicalho, 2018).

Os leitores deste texto de dissertação poderão encontrar um exercício científico experimental que, por vezes, foge à regra de alguns paradigmas inseridos no campo das ciências sociais. A crítica ao binarismo, a dualidade e a dicotomia nas análises sociais dizem respeito a uma posição localizada que autoras e autores transgressores utilizam em suas investigações. As demarcações interseccionais são acompanhadas de críticas construtivas sobre como o campo de saber, em especial na ciência política, se posiciona. A partir da minha experiência enquanto travesti, negra e pesquisadora, foi possível identificar alguns constrangimentos de professores e estudantes em relação a explicações e análises sociais que tangenciam a experiência, principalmente nas interpretações de fenômenos sociais generalizantes, contidas, por exemplo, na construção do Estado e nos modelos de Democracia.

O intuito de trazer à tona essa longa digressão consiste em alargar os conhecimentos das ciências sociais, em especial da ciência política com teorias e abordagens constitutivas e significativas, que podem contribuir para o arcabouço teórico da disciplina, complexificando à área com técnicas de investigação social até então pouco usuais e/ou invisibilizadas. Os conceitos de experiência, cisgeneridade, branquitude e etc, podem contribuir nas análises de fenômenos sociais localizados, pois, como veremos no decorrer do argumento, o exercício de

⁵No decorrer do texto, serão indicados trabalhos recentes, alguns publicados na Comissão Nacional da Verdade (CNV) sobre a subjetivação negativa atrelada a corpos de travestis e mulheres transexuais durante o período da ditadura militar (1964-1988).

empreender teorias e epistemologias transgressoras dizem respeito a uma abordagem metodológica difundida nos estudos de gênero, raça e interseccionalidades.

Esse exercício de enunciação também diz sobre uma sistematização epistemológica de alguns trabalhos (auto) intitulados transfeministas, sendo o intuito, aprofundar conceitos já abordados no campo de estudos da teoria social e política, possibilitando assim, novamente, uma digressão teórica do que podem ser epistemologias transgressoras e como os estudos de gênero, sexualidade e raça, atravessados pelos estudos interseccionais, contribuem com análises teóricas e metodológicas no campo das ciências sociais.

Isso significa que, quando se fala em teoria social e política, podemos empreender diversas formas de análises. As abordagens, por vezes, se constituem a partir de métodos que têm como objetivo controlar a subjetividade de pesquisadores, como também, na exacerbação da visão sobre determinados objetos investigativos. A novidade desta última tendência é que o controle de subjetividade e *recall*, adotadas constantemente nas investigações do campo da ciência política via análises de conteúdo, por hora, neste trabalho, deixam de fazer sentido.

O campo de estudos ao qual buscamos nos endereçar pode ser encarado como uma herança dos estudos pós-estruturalistas franceses e feministas estadunidenses, e das análises pós-colonial, significando que as subjetividades (tanto da pesquisadora como de interlocutores externos) são entendidos como um motor propositivo que visam contribuir com os estoques de conhecimento das ciências sociais a partir de leituras localizadas. Os efeitos dessa engrenagem podem ser encontrados nos dilemas constitutivos sobre a melhor e/ou melhores métodos investigativos, sendo sua inflexão acometida no próprio processo de escrita, que a partir de um exercício científico contribuem com análises sociais complexas e robustas sobre a realidade social.

Chamamos esse exercício de *render-se* ao campo de estudos de gênero e sexualidade, que diz sobre a intersecção inerente entre teoria, história de vida e ficções. A ideia de *render-se* ao campo foi elaborada pela Professora Doutora Catarina Morawska, na IV Semana de Antropologia do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAS, 2024) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). De modo geral, o exercício corresponde à uma continuidade do conceito de *ser afetado* de Favret Saada (2005), que aborda a relação temporal entre existência, narração e análise, destacando que as operações do conhecimento nem sempre ocorrem simultaneamente, sendo necessárias, por vezes, condições de maturação temporal. Por esse motivo, o pesquisador pode ser afetado pelo campo etnográfico.

Entretanto, *render-se* ao campo se aplica melhor ao nosso contexto investigativo pois tenho como premissa que o engajamento epistemológico contido em teorias transgressoras ocorre a partir da bifurcação entre teoria e experiência, o que complexifica toda e qualquer análise social, além de, por vezes, polarizar o campo acadêmico com controvérsias éticas e morais.

Como os leitores já devem ter percebido, os processos constitutivos de análise social contidos nesta pesquisa fazem parte de um deslocamento subjetivo de epistemologias consagradas nos centros de produção da teoria social e política, mas também, no contemporâneo, empreendidas por pesquisadores, autores e intelectuais que fogem da regra heteronormativa e branca que acometem geralmente os corredores das instituições educacionais federais de ensino superior.

Por isso, poderíamos começar discutindo se os textos e as análises que referenciam o conjunto de ideias que movimentam essa investigação, denominadas como epistemologias transgressoras, realmente existem ou se apenas podem ser apreendidos como tal quando posicionados e referenciados em seus usos e recepções. Não se trata de formular uma questão retórica, mas sim, de mapear de maneira provisória e crítica as principais abordagens levantadas pelo movimento transfeminista e pelos estudos trans. Qual é a contribuição das epistemologias transgressoras para o alargamento conceitual nas ciências sociais?

Para suscitar essa e outras questões, durante toda a argumentação, será realizada uma discussão sobre o surgimento dos transfeminismos e estudos trans a partir de um cenário mais amplo, que dê conta de suscitar descritivamente os fatos e acontecimentos políticos acometidos nas últimas duas décadas. A digressão irá nos ajudar a localizar epistemologicamente os estudos supracitados, como também atualizá-los a partir de um conhecimento localizado, portanto, transgressor.

Para tal, abordaremos temas e formulações contidas no cerne das discussões sobre as ciências sociais, como os métodos investigativos ligados a história e biografias (Mills, 1980), como também à contribuição que os estudos sobre raça, gênero e sexualidade podem oferecer para o campo científico, oxigenando o léxico conceitual com novas abordagens, como as do processo de *escrevivências*, elaborado pela intelectual Conceição Evaristo (2020), cuja função nos ajuda a situar escritos sobre negritude e ancestralidade.

Sendo assim, experimentar a *escrevivência* como modelo investigativo pode ser entendido pelos pesquisadores e leitores do texto como uma busca por um estilo de escrita que se expressa à partir da prática coletiva de autores negros, femininos e periféricos. A

atualização do conceito se faz necessária e pode ser construída por meio de elementos compartilhados sobre a experiência social de produzir conhecimento científico, como também posicionar as atividades intelectuais produzidas por corpos não hegemônicos a partir de sua posicionalidade social.

Essa aproximação de abordagens localizadas nos ajudam a focar a visão na história vivida que acontece em nós, mas não necessariamente começa ou termina conosco. Sendo assim, o exercício empreendido aqui refere-se a um esforço em ampliar o entendimento sobre a humanidade e a teoria social e política. Podem ser caracterizados como uma constante busca de romper com os grilhões que assolam a vivência de determinados grupos subalternos e/ou invisibilizados. Por isso, buscamos demonstrar como a inserção de sujeitos até então proibidos nos espaços acadêmicos possibilitam problematizar a escrita e a produção de conhecimento com outras abordagens metodológicas. A utilização do conceito de escrevivência como análise constitutiva são produtos de deslocamentos subjetivos, dando continuidade ao que definimos anteriormente como transgressão.

O perigo dessas abordagens, principalmente em algumas leituras do *mainstream*, consiste na possibilidade de construções de processos analíticos e de pesquisas empíricas que deem conta de nomear a norma, movimento contrário às investigações empreendidas por certas correntes universalizantes dos fenômenos sociais (Pfeil e Pfeil, 2023). O efeito dessa transgressão epistemológica gera um mal-estar entre diferentes pesquisadores, ativistas e intelectuais, causando uma dificuldade de identificação entre estudantes e professores, entre teoria e análise social, difundidas todas, é claro, em um contexto maior de polarização política.

Dando continuidades às questões e hipóteses apresentadas neste texto introdutório, pretendemos contribuir para o amplo debate das literaturas das ciências sociais sobre a ascensão de uma nova e/ou extrema direita no Brasil contemporâneo. O intuito é, de forma provisória, suscitar discussões acerca do impacto que o debate identitário (ou teorias interseccionais) causou na política institucional e no ambiente acadêmico nas últimas duas décadas do Brasil contemporâneo. Para tal, iremos mapear os episódios de cancelamentos⁶ de

⁶Antes de mais nada, o termo Cancelamento é um conceito em disputa, está em constante transformação, em uma breve pesquisa no google utilizando “cancelamento” como descritor, os algoritmos sugerem que ele é um termo acionado no campo virtual para narrar a deslegitimação de determinados sujeitos por conta de suas posições éticas e morais. É comum encontrarmos casos de cancelamentos de autoridades públicas, como por exemplo o recém episódio de destituição do ex-ministro Silvia Almeida, que foi acusado por colegas de trabalho de assédio sexual. Por isso, enfatizamos que os episódios de cancelamento ocorrem no espaço institucional, e se reverberam no campo virtual, dando mais sentido às análises que serão identificadas nesta dissertação.

intelectuais que atuam no campo da diferença, como por exemplo, a acusação de desonestidade acadêmica feita pelos movimentos sociais de travestis e transexuais ao pesquisador Richard Miskolci, bem como as reações à palestra da pesquisadora Tertuliana Lustosa sobre o *cuir*, proferida na Universidade Federal do Maranhão.

Expor esses acontecimentos não implica em tomar partido de um lado ou de outro, mas apresentá-los como resultado da contraposição entre o conhecimento social produzido nos movimentos sociais e o conhecimento acadêmico. O efeito dessa contraposição pode ser entendida como uma mudança epistêmica importante, semelhante a outras já observadas em diversos campos sociais, mas que no contemporâneo reverberam no campo acadêmico.

Isso ocorre porque o conhecimento vivido, como evidenciado em disputas epistemológicas relacionadas à questão racial, ao feminismo, aos movimentos de luta pela terra e outras revoltas subversivas, podem oferecer possibilidades de ampliar e complexificar as explicações sobre a ascensão ou emergência de discursos reacionários, contrários à ampliação de direitos de pessoas negras, mulheres e LGBTQIAPN+. Isso porque as enunciações interferem diretamente na possibilidade de inteligibilidade social, e também sobre a busca de autoridade nas explicações sociais que acometem a vida aqui e agora.

Trazer à tona as reverberações dos fenômenos de cancelamento, geralmente acometidos em ambientes institucionais e proliferado no virtual, pode justificar a questão inicial dos nossos trabalhos, que é o conhecimento transgressor. Assim, buscamos sistematizar um panorama localizado e provisório sobre a controvérsia ética e moral que envolve pessoas dissidentes de gênero e sexualidade em suas atividades intelectuais. Não se trata de expor ou ridicularizar nenhum tipo de acontecimento, mas de inserir o debate em contextos mais amplos, sendo assim, um exercício poroso e delicado das controvérsias acometidas no campo dos estudos de gênero e sexualidade.

Os casos de cancelamento envolvendo intelectuais e ativistas, como o do Professor Doutor Richard Miskolci e da pesquisadora Tertuliana Lustosa, materializa-se em um contexto de polarização política que atravessa estudantes, pesquisadores, professores e a sociedade como um todo. Esse fenômeno também reflete um cenário mais amplo, marcado por debates que, segundo parte da literatura, impactam tanto as representações deliberativas quanto os processos de políticas públicas e de bem-estar social, inviabilizando por sua vez, o campo de estudos de gênero e sexualidade, como também políticas de justiça social via pânico morais (Miskolci, 2021).

Os cancelamentos são mobilizados no espaço público para desestabilizar e inviabilizar intelectuais e autoridades públicas por conta de uma questão ética e moral, fazendo com que os mesmos sejam questionados frente às condutas de suas atividades profissionais. Os cancelamentos, neste sentido, como iremos caracterizar adiante, têm como função prática desmoralizar o espaço acadêmico e atividades intelectuais que pautam a justiça social. Têm incidência a partir de uma mudança geracional e estética das instituições públicas educacionais de ensino superior, que ocorreram nas últimas duas décadas por conta de políticas públicas de acesso e permanência estudantil. Me inclino a ideia de que esse cenário também é resultado de uma divergência interna na leitura das teorias interseccionais, que buscam a partir dos conceitos de lugar de fala, branquitude e cisgeneridade, oxigenar o campo de estudos de gênero e sexualidade com perspectivas críticas e localizadas sobre os fenômenos sociais.

Na primeira seção do texto, os leitores irão encontrar uma revisão crítica do que denominamos como epistemologias transgressoras. A partir da pergunta: existem teoria social e política transgressora? Quais as suas epistemes? Iremos mapear de forma provisória os deslocamentos subjetivos engendrados nas teorias pós-estruturalistas, que reverberam também nas teorias das feministas negras nortes américa, e por fim, nas recepções transgressoras.

Na segunda seção, iremos experimentar a transgressão a partir dos exercícios empreendidos pelos transfeminismos, não se trata de mapear o campo como um todo, mas sim dar conta de um levantamento epistemológico que pode inclusive contribuir com o campo de estudos das ciências sociais. Iremos também exercitar uma análise transgressora sobre os principais temas do campo, argumentando que perspectivas localizadas, como as das *escrevivências*, podem corroborar e complexificar o campo de estudos com abordagens menos estáticas, que podem inclusive corroborar (no futuro) com análises factuais sobre o capitalismo.

Por último, na terceira seção, será feita uma análise sobre os casos de cancelamentos de intelectuais do campo da diferença, como os de Richard Miskolci e Tertuliana Lustosa. Busquei apontar que as controvérsias e os constrangimentos ocorrem por uma mudança epistêmica importante na agenda dos estudos de gênero e sexualidade, que só foram possíveis por conta da implementação de políticas de acesso e permanência estudantil introduzidas nas instituições públicas de ensino superior nas últimas duas décadas no Brasil contemporâneo. Como veremos, isso causou uma divergência na leitura de textos clássicos que tratam fenômenos interseccionais.

O método apreendido nesta investigação consiste na revisão rigorosa e crítica da bibliografia que compõem o campo dos estudos de gênero, sexualidade e raça. Textos clássicos como os de Michel Foucault, Judith Butler e Raewyn Connell possibilitaram um mapeamento teórico/epistemológico das principais argumentações conceituais utilizadas no que denominei como abordagens transgressoras.

A pesquisa, de caráter exploratório, possibilitou a revisão de textos e linguagens abordadas ao longo da minha formação em ciências sociais na Universidade Federal de São Carlos, bem como a possibilidade de construir uma síntese das principais tendências de um campo de estudo incipiente e transdisciplinar, como é o caso dos estudos trans.

Portanto, os textos citados ao longo da exposição foram extraídos esporadicamente em ementas das disciplinas cursadas durante o meu processo de graduação e pós-graduação, e também pesquisas virtuais no google acadêmico em períodos e repositórios institucionais utilizando como descritores as palavras transfeminismos e estudos trans. Outros materiais e referências foram coletados em conversas informais com outras pessoas trans que também atuam como pesquisadores no campo dos estudos de gênero e sexualidade, espaço importante que possibilitou identificar diversas frentes para pensar o campo de estudos trans.

Os materiais empíricos, principalmente os contidos nas seções 3.1 e 3.2 foram coletados em redes sociais, blogs de opinião, artigos jornalísticos de divulgação científica e notas institucionais das Universidades Públicas envolvidas em episódios de cancelamentos. Todos os documentos estão arquivados em anexos contidos nesta pesquisa de dissertação. A parte de sistematização dos dados se deu em uma série de reuniões de orientação de pesquisa, possibilitando interpretar e sistematizar as principais tendências teórico/epistemológicas. Esse exercício, que pode ser considerado como o mais basilar da construção de toda pesquisa acadêmica, permitiu observar as possibilidades de resposta ao problema inicial, que é a possibilidade de exercitar métodos e técnicas transgressoras.

Dessa forma, o estudo possibilitou um mapeamento provisório das principais tendências do campo de estudos de gênero e sexualidade, em especial das pesquisas endereçadas por outros corpos, como é o caso de pessoas negras, travestis e transexuais que compõem o campo de estudos de gênero, sexualidade e raça.

1. Teorias transgressoras: uma revisão crítica da literatura de gênero e sexualidade.

Nos últimos anos, principalmente a partir da virada do milênio e do paradigma comunicacional introduzido pelas redes sociais, houve um aumento substancial de movimentos sociais cujos objetivos são deliberar e debater sobre pautas identitárias. A internet se tornou palco para diversas delas, como por exemplo se o direito ao aborto é legítimo ou não. Esse debate ganhou repercussão na Argentina em 2020, no momento em que o aborto foi legalizado, por meio da lei promulgada pelo então presidente Alberto Fernández (2019-2023). Na década anterior, no Brasil, a então presidenta Dilma Rousseff (2010-2016) sofreu duras pressões originadas tanto no campo conservador como no campo progressista sobre o mesmo tema. Feministas e ativistas que atuavam na internet naquele momento, de diversas correntes do pensamento, “clamavam” para que o governo não deixasse a pauta do aborto se esvaziar. O debate acerca da legalização ou não caminhavam ao lado do debate midiático acerca dos “feminismos” e do passado de guerrilha de Dilma, que foi usado como ferramenta pela oposição (Ramos, 2012).

Anteriormente a este período, também houveram conversações sobre a legalização do casamento civil de pessoas do mesmo sexo, Projeto de Lei nº 580/2007, frequentemente debatido entre os anos de 2005 e 2007, de autoria do mandato do então Deputado Federal Clodovil Hernandes (1937-2009) filiado ao Partido Liberal (PL), causando grande polêmica no Senado e nos blogs de formadores de opinião sobre direitos sexuais e reprodutivos (Figuereido, 2021). O direito ao uso do nome social e a retificação de documentos de pessoas travestis e transexuais sem a necessidade de realização de cirurgia de transgenitalização, também impulsionou conversações vigentes, sendo as primeiras pessoas transexuais que realizaram a retificação de nome foram Angela Lopes e Neon Cunha.

Nos mandatos presidenciais de Dilma Rousseff (2010-2016), especialmente em junho de 2013, o movimento conhecido como “Jornadas de Junho” marcou uma onda de protestos que não apenas impactou a imagem de seu governo, mas também revelou novas pautas reivindicadas por pessoas de diferentes posições ideológicas. Alguns autores das ciências sociais vão interpretar esse fenômeno histórico como crucial para analisar a democracia nos últimos anos (Cepeda, 2018; Miskolci, 2021; Quinsan, 2021).

A polarização causada nas grandes capitais do país em torno do aumento das passagens de ônibus possibilitou que atores políticos até então de baixo clero⁷ passassem a ter

⁷Há um debate recente na ciência política sobre os efeitos que as manifestações de junho de 2013 causaram no sistema democrático representativo, veremos mais à frente que esse debate está difundido na ascensão de atores

espaço e voz em organizações da sociedade civil. Isso impactou a organicidade dos partidos de siglas hegemônicas da direita e da esquerda, desafiando assim, hipoteticamente, o velho roupão cansado da Democracia a rever a sua própria comunicação com os cidadãos comuns.

Além das revoltas populares, engajadas sempre nos grupos de facebook e no twitter, os enquadramentos midiáticos cometidos pela grande imprensa (e replicado nas redes sociais) sobre a imagem de Dilma Rousseff impulsionaram negativamente (mais uma vez) a imagem de seu governo. Em revistas como a *Veja*, *Isto É*, *Estadão* entre outros, a sua imagem foi enquadrada diversas vezes utilizando como características estereótipos negativos em relação a sua identidade de gênero, ou seja, por ser mulher (Panke e Iasulaitis, 2016).

O *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, foi apenas a ponta do *iceberg*. Há alguns anos, desde o final do último mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), nos governos 1 e 2 de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), houve uma série de pânico morais acerca de políticas públicas voltadas para o tema de equidade de gênero. Comumente em momentos de tensão, a sociedade juntamente com os parlamentares aciona pautas de cunho moral para desestabilizar o debate deliberativo (Miskolci, 2007; Miskolci e Campana, 2017; Miskolci, 2021; Quinsan, 2021;).

Os setores conservadores da oposição partidária e parlamentar associaram-se às igrejas pentecostais e neopentecostais a fim de cooptar eleitores. Essa tática resultou em um número expressivo de candidaturas eleitas em 2018 que defendem seus ideais a partir da secularização e banalização das discussões de gênero e sexualidade. Parte da literatura vai pautar esse novo quadro como a ascensão de uma Nova Direita e/ou Extrema Direita (Quadros e Madeira, 2017; Cepeda, 2018; Miskolci, 2021).

Se por um lado, tivemos um aumento significativo de setores conservadores nos cargos representativos, também houve uma mudança no quadro de corpos outros (não cis, não brancos, não heterossexuais, não hegemônicos) na política deliberativa. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais ANTRA, nas eleições de 2020 para o âmbito municipal, 294 pessoas trans, abrangendo travestis, mulheres transexuais, homens trans, entre outros, concorreu neste pleito. Dentre estas, 30 candidaturas foram vitoriosas, o que significa um crescimento representativo de 275% de pessoas trans eleitas em comparação com ano de 2016 (ANTRA, 2020).

políticos até então “invisibilizados”, ou com representações limitadas nos regimes municipal, estadual e federal. Com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, foi constatado um novo quadro representativo que foge da hegemonia de partidos políticos estabelecidos, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB).

Entretanto, no Brasil, a primeira pessoa trans eleita foi a ativista nordestina Kátia Tapety, no início do ano de 2002, que construiu sua carreira política via partidos de centro⁸ (Gontijo, 2014). Esse detalhe sobre a sua posição ideológica reflete parte dos dados levantados pela ANTRA, identificando que quase metade das candidaturas eleitas se endereçam no jogo político “defendendo” partidos de centro-direita. O caso do ator e vereador Thammy Miranda, filiado ao Partido Social Democrático (PSD), homem trans eleito nas eleições municipais de 2020 na cidade de São Paulo, lança aos olhos a percepção de que a identidade por si só não responde às demandas representativas do jogo democrático. O seu afastamento dos movimentos sociais LGBTQIAPN+ e das organizações civis de pessoas trans, juntamente com a sua ascensão ao cargo elegível, no qual chegou a defender coligações com o ex-presidente Jair Bolsonaro (2018-2022), nos permite refletir se candidatos transexuais e travestis automaticamente defendem pautas de equidade e inclusão social da comunidade a qual (teoricamente) fazem parte.

Nesse sentido, os aspectos substantivos levantados por Anne Phillips no seu texto *De uma política de ideias a uma política de presença? (2001)* sobre a falácia da representação descritiva nos auxilia a entender que corpos, ideias e presença nem sempre caminham juntos. Essa digressão histórica, poderia nos levar a diferentes perguntas e questionamentos em relação ao conservadorismo brasileiro e sobre a relação representativa de agentes do jogo democrático que se identificam como gênero divergente⁹. Entretanto, há um debate que precisa ser formulado antes de qualquer diagnóstico qualitativo acerca dessas realidades representativas.

O cenário político acima, também se expressa nos debates acadêmicos, principalmente na transformação estética e geracional, que possibilitou às instituições de ensino superior federais a introdução de negros e negras, da comunidade indígena e, mais recentemente, de travestis e transexuais. Essa oxigenação do espaço possibilitou, como veremos, novas demandas nas agendas acadêmicas.

Trocando em miúdos, existe um debate infinito que acomoda o cenário acadêmico nas ciências sociais no Brasil contemporâneo sobre as possíveis mudanças epistemológicas inseridas por diferentes intelectuais no campo acadêmico por conta de políticas de ações

⁸Ingressou no Partido da Frente Liberal PFL, pelo qual foi eleita vereadora em 1992, 1996 e 2000 (sempre em primeiro lugar) filiando-se a seguir ao Partido Popular Socialista PPS. Foi também presidenta da Câmara Municipal, no biênio 2001-2002. Em 2004 foi eleita vice-prefeita na chapa de Lúcia de Moura Sá. A candidatura contou com 62,13% dos votos, dos 5.417 eleitores da pequena cidade de Colônia do Piauí.

⁹ Ou seja, corpos outros, não cis, não brancos e não heterossexuais.

afirmativas, introduzidas nas instituições federais de ensino superior em governos de esquerda à grupos minorizados politicamente. Esse debate, como veremos, refere-se às diferentes abordagens metodológicas que essa geração introduziu nas análises contemporâneas no campo dos estudos de gênero e sexualidade.

Aqui faço um parêntese: qualquer escolha metodológica, influencia (e muito) na interpretação de fenômenos sociais, isso significa que, esta pesquisa, compreende o cenário político mais amplo a partir de abordagens que corroboram com o rol de interpretações que vêm sendo construídas dentro dos espaços acadêmicos contemporaneamente, mas que só ganham notoriedade nos movimentos sociais. No caso das representações substantivas de travestis e transexuais, é de grande importância olhar mais profundamente para os textos e investigações que carregam representatividade política, associando-as a um cenário mais amplo, como por exemplo os ataques à ditas políticas identitárias.

Eu faço parte, enquanto travesti e negra, de um grupo de intelectuais e de pensadores relativamente jovens. Em 2018, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior publicou pesquisa em que dizia que 0,2 de pessoas travestis, transexuais e transgêneros compunham o quadro total de discentes nas Instituições Federais de Ensino no Brasil (Correio Brazillience, 2018).

De fato, faço parte dessa comunidade que nos últimos anos vem construindo dentro dos movimentos sociais e espaços acadêmicos conhecimentos diversos, mas sobretudo análises teóricas localizadas sobre o fenômeno “identitário” contemporâneo¹⁰. A partir da minha experiência pessoal, percebo que grande parte dos estudantes da sigla trans que ingressam na graduação e pós-graduação se endereçam a cursos de humanidades. Essa percepção, limitada, em parte, se forma pelo acesso à produção científica produzida nos últimos 10 anos, como também em debates que o grupo vem realizando acerca da temática do gênero. Uma preocupação emergente que aparece nos trabalhos, principalmente nas pesquisas que se filiam ao campo dos estudos de gênero e sexualidade, é sobre o tema da objetividade e da relação entre orientadores e estudantes (Espósito, 2020; Pfeil e Pfeil, 2022)

Em trabalhos acadêmicos de ativistas e de intelectuais travestis e transexuais, fica notória relatos sobre a relação orientador e orientando, mestre e aprendiz, professor e aluno,

¹⁰Durante o processo de mestrado, pude participar de iniciativas institucionais relacionadas à implementação de reservas de vagas à comunidade, como também me debrucei ativamente em movimentos sociais de travestis e transexuais, cujas às principais realizações materiais resultaram na 1º Feira de Visibilidade Trans e Travesti na UFSCar e a formulação da política de ações afirmativas à comunidade trans da instituição. Tudo isso em paralelo ao meu processo de autodeterminação de gênero.

etc. Muitos professores que orientam pesquisa sobre subjetividades emergentes, questionam de forma mais incisiva sobre metodologias e materiais empíricos que esses trabalhos vêm sendo utilizados.

Durante o processo de escrita desta pesquisa de dissertação, as inúmeras disputas conceituais e ideológicas sobre a construção da argumentação me levaram a questionar se de fato eu fiquei constrangida? Ou se as dificuldades que vivenciei ao longo do tempo foram advindas por conta da minha identidade étnico racial e de gênero?

Recuso-me em responder às perguntas acima, pois tenho como hipótese que a exclusão e extermínio epistemológico acometidos a trabalhos de pessoas negras, mulheres e transexuais, não são resultados apenas de comportamentos individuais e abusivos de determinados colegas e professores, mas sim, produto de uma guerra de inteligibilidade que outorga ou não a possibilidade de pensarmos as matrizes conceituais a partir do conceito de lugar de fala (Ribeiro, 2017).

Para ilustrar essa tensão, podemos tomar como exemplo a tese de doutoramento de Megg Rayara de Oliveira, intitulada *O diabo em forma de gente: (r)existência de gays afeminados, viados e bixas pretas na educação (2017)*, na qual traz reflexões sobre professores homossexuais e negros da educação básica, constatando em sua investigação que, mesmo que muitos professores sejam atravessados pelo racismo e lgbtfóbia, quase nenhum consegue (e até mesmo querem) abordar o tema da diferença em suas aulas. Isso ocorre por diversos motivos, ora por conta de um enrijecimento na gestão de algumas instituições escolares, em outros momentos por receio e dificuldade desses corpos em lidar psicologicamente com seus processos de subjetivação negativa.

A forte presença de relatos de experiências vividas em trabalhos de intelectuais e ativistas travestis e transexuais, de certa forma, incomoda drasticamente os orientadores e professores brancos e heterossexuais, pois o campo da “pessoalidade” se torna um frutífero canal empírico para as análises localizadas de determinados problemas sociais que, tanto na teoria, como também na prática política, anseiam por explicações e diagnósticos que fujam de uma determinada objetividade axiológica e/ou controle de subjetividade.

Sendo assim, esse pressuposto não deve ser encarado como opinião pessoal, muito menos uma visão particular ou enviesada do problema supracitado, pois, como relata Oliveira (2017), os processos de subjetivação atendem a exercícios a-históricos (genealógicos), que podem ser revelados tanto na exclusão escolar de corpos dissidentes de sexo e gênero, como

também no impacto cognitivo que as mentes e os corações são submetidos em detrimento do racismo, sexismo e misoginia.

Entretanto, por mais justas que sejam essas outras formas de análise, há de se reconhecer que esses produtos epistêmicos construídos por pessoas trans e negras não partem necessariamente de discussões nacionais. Em conversas informais que tive com outras pessoas trans que fazem pós-graduação e graduação, percebi a influência teórica de autores pós-estruturalistas franceses, como Jacques Derrida, Michel Foucault. Há também um esforço em trazer para a cena nacional textos do *Sul Global*, como os de Sayak Valência, Gloria Anzaldúa, Raewyn Connell, dentre outros.

Nesses encontros informais, normalmente é atribuída como regra investigativa pensar a necessidade de uma análise teórica que seja condizente também com os processos individuais que cada pesquisador/a/e enfrenta em detrimentos de seus temas e problemas de pesquisas. Por isso, há uma preocupação em comum entre nós na busca por uma prática acadêmica que dê conta de descrever o nó (de interesses) que as pesquisas carregam. Essa angústia, que acomete intelectuais e ativistas, fazem parte do efeito que a teoria da interseccionalidade causou no campo das ciências humanas no século XX, como também nas produções e intervenções trans ativistas causaram nas teorias de gênero e sexualidade.

Desse modo, o objetivo desta seção é apresentar o “surgimento” dos transfeminismos e dos estudos trans, concomitantemente com o surgimento de novos quadros representativos no campo político e acadêmico. Parte-se do pressuposto que tanto as candidaturas trans, como os percursos teóricos e investigativos realizados pelas ativistas dos movimentos sociais de travestis e transexuais, causam alvoroço no campo representativo, sejam eles na política ou na academia. Para tal, será realizada uma curta digressão teórica a fim de apresentar aos leitores um panorama epistemológico de que esses trabalhos apreendem, como também “experimentar” essas epistemes a fim de descrever os processos de subjetivação de travestis e transexuais, pois tenho como premissa que esses efeitos impactam diretamente nas representações políticas e sociais.

Nosso objetivo é demonstrar que o campo de estudos trans é fruto de uma continuidade teórica e metodológica amplamente difundida na França (década de 60 e 70) e nos Estados Unidos e países latinos americanos nas décadas de 1980. Com isso, irei descrever brevemente as continuidades e discontinuidades dos transfeminismos e estudos trans acerca dos conceitos de subjetivação em Michel Foucault (1999) e subjetividade em Judith Butler (2020) e também nas análises pós-coloniais/decoloniais. Como se entrelaçam

subjetivamente as teorias que manipulamos nas análises sobre gênero, raça e sexualidade? Quais mecanismos enunciamos, e quais métodos utilizamos para dar conta de um suposto controle de subjetividade?

Essas questões estão implicitamente presentes na noção dos transfeminismos e dos estudos trans, pois estas correntes do pensamento, principalmente em leituras interseccionais, é extremamente custoso separar o processo subjetivo das escolhas racionais¹¹. Justificar caminhos metodológicos e empíricos, na verdade, é um tema central nas produções subjacentes justamente porque ansiamos por uma prática que dê conta de descrever os processos de subjetivação de maneira a não estigmatizar os corpos de travestis e transexuais. Na verdade, para as transfeministas, o processo de escrita e investigação científica é o exercício mais consistente de autodeterminação (Jesus, 2015).

O processo de autodeterminação foi amplamente discutido nas teorias de gênero e sexualidade, especialmente naquelas que dialogam com a vertente transfeminista (Nery e Maranhão, 2017; Nascimento, 2021). Por um lado, se o processo de tomada de consciência e/ou autonomia em relação ao próprio corpo exige um alto grau de entendimento subjetivo sobre si, há também embutidos os processos diversos que cada indivíduo tem em relação ao que atribuem ao seu corpo, de modo que a autodeterminação carrega consigo um nó inseparável dos fenômenos de subjetivação (os recortes de raça, classe e gênero).

Os aspectos do gênero, sem dúvidas, demonstram maior intersecção nas investigações transfeministas e de estudos trans, pois, por mais que ativistas e intelectuais travestis e transexuais carreguem consigo diversas perspectivas em relação à construção de suas identidades, esse nervo se dá por conta da ideia de que todo gênero é fabricado a partir de normas (regras) regulatórias, sendo “compreender esse processo de fabricação como constante reiteração das normas regulatória, possibilita o questionamento e ruptura com as mesmas” (Nascimento, 2021. p. 126).

A afirmação acima demonstra novamente o caráter político dos transfeminismos e dos estudos trans, uma vez que a compreensão sobre as normas regulatórias de gênero se constitui de forma crítica e autocrítica. Esse questionamento não é um pensamento exclusivo de pessoas trans, nem tão pouco descreve em absoluto o olhar que cada pessoa tem em relação ao

¹¹Alguns pesquisadores se esforçam (e muito) na construção de métodos investigativos generalizáveis e replicáveis. Ao meu ver, esse exercício beira à uma alucinação cognitiva, pois até mesmo em pesquisas qualitativas é constatado margens de erros que podem influenciar e até mesmo enviesar resultados aparentemente neutros, significando que os números por si só não dizem nada sem um fundo teórico, que geralmente é escolhido por afinidades e processos de significância social.

seu processo de autodeterminação, mas sim uma prática comum na construção da autonomia em relação ao próprio corpo.

Nos campos duros de investigação das ciências sociais, em especial na sociologia, há uma ampla produção intelectual a fim de descrever dilemas constitutivos nas produções científicas do conhecimento social. Raewyn Connell no texto “*O Império e a Criação de uma Ciência Social (2012a)*”, afirma que os currículos de ensino de sociologia no mundo tendem a incorporar majoritariamente textos, epistemologias, metodologias e autores que privilegiam um olhar analítico dicotômico em relação aos fenômenos sociais. Afirma ainda que, nas universidades do “terceiro mundo”, tendem a replicar o paradigma binário (natureza *X* cultura; civilizado *X* primitivo) em suas análises, principalmente naquelas que se debruçam em explicações de contextos localizados.

No campo da ciência política, o “paradigma” fundante não poderia partir de dilemas díspares, uma vez que as irmãs (antropologia e sociologia) convergem e divergem na produção e captação de problemas sociais que tangenciam a cultura, o sentido social e as instituições. Todas, uma vez ou outra, lançarão mão de uma dessas forças para sustentar a viabilidade de investigação de seus “objetos”.

Para além dessas clivagens universalizantes, o *flaflu* na institucionalização do campo da ciência política permanece, principalmente nas discussões sobre métodos qualitativos e quantitativos, de modo que as produções subjacentes tendem a se atrapalhar com os dilemas indutivo e dedutivo.

No campo da filosofia do conhecimento, estes conceitos podem ser entendidos como uma generalização dos dados a fim de estabelecer uma verdade universal ou um referencial geral de certas realidades, que podem ser inferidas estruturalmente tanto a partir de adereços exógenos quanto endógenos (Gurvitch, 1971).

A partir do espectro narrado, podemos presumir que a teoria social e política emergem e são replicadas por uma disputa de poder que, segundo a autora Connell (2012a), se materializa em torno dos currículos de produção e posição geográfica global. Onde se situam as maiores produções sobre teoria e métodos de investigação? Essa singela pergunta faz com que saltem aos olhos uma questão indissociável da vivência e experiência acadêmica na minha trajetória universitária, fazendo com que haja a necessidade da seguinte questão: existem teorias transgressoras em detrimento ao “cânone”? Se sim, quais as suas epistemes? Essas questões se confundem com o cenário político colocado anteriormente, pois temos

como hipótese que sim, elas existem e estão sendo feitas por corpos outros, diferentes dos que replicam o cânone nas ciências sociais.

Ou seja, as teorias que nos interessam nesta investigação são aquelas que privilegiam em suas análises o olhar localizado sobre os efeitos e sentidos acometidos socialmente. Se existe uma teoria certa para a construção da melhor “receita”, não nos diz respeito, ou pelo menos não deve se concentrar neste trabalho. O que nos preocupa de fato é: existe teoria social e política transgressora? Quais as suas epistemes e quem são os pesquisadores que estão empregando-as?

Enquanto aspirante a intelectual transfeminista, entendo como clivagem propositiva olhar abordagens investigativas que escapam dos caminhos relativamente hegemônicos epistemologicamente. Isso significa que, iremos observar com mais atenção teorias e posicionamentos políticos daquelas autoras e autores que, de certo modo, transgridem ideais normativos sobre o corpo.

Judith Butler argumenta que a opressão estrutural se materializa no corpo, através da performance, da origem, da cor e do gênero. Essa ideia subjacente, trabalhada detalhadamente em seu livro *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade* (2020) provocou em intelectuais assumidamente feministas, negras, travestis, transexuais e transgênero uma possibilidade de pensar o fenômeno social a partir de uma compreensão localizada, significando que a subjetividade não atrapalha os diagnósticos sociais, mas sim, corroboram com a responsabilidade acerca daquilo que se está produzindo. Tenho premissa que essa conceituação advém por conta do contexto social e político que a autora estava inserida nos Estados Unidos de 1980, possibilitando tanto ela quanto outras autoras feministas daquele momento histórico questionarem o corpo enquanto fator preponderante.

Donna Haraway no texto *Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva liberal* (1995) transmite essa preocupação a partir do problema da visão. De onde olhamos e como produzimos nossos diagnósticos? Como a nossa posição geográfica, de classe e gênero interfere nas nossas subjetividades, e como essas jamais serão separadas dos produtos finais? Essas e outras questões definem o papel das experiências nas pesquisas transfeministas e de estudos trans, pois, uma vez que a percepção de autodeterminação não se dá de forma homogênea dentro da comunidade, o debate sobre localidade e responsabilidade atravessam as perspectivas sobre os fenômenos sociais.

Concomitantemente ao período histórico Haraway (1995), Anne Phillips (2001; 2011) em sua reformulação da teoria da Democracia Liberal afirma que, para o melhor

funcionamento das instituições é preciso que além da presença física de grupos minoritários politicamente, haja também comprometimento e responsabilidade dos agentes com as pautas da comunidade de que fazem parte. A autora argumenta que a democracia genuína não deve se limitar apenas ao processo de eleições periódicas, mas sim na concentração em garantir que todos os membros da sociedade (ou seja, todos os corpos) tenham voz e participação significativa nas decisões políticas que afetam suas vidas.

Portanto, a contribuição de Phillips (2001; 2011) sobre a Democracia Liberal corrobora com a percepção de que todos os membros da sociedade (todos os corpos) devem exercer seus direitos não apenas na igualdade formal, mas também na igualdade substantiva da participação política e responsiva de todos os corpos. Essa afirmação também influencia as teorias transfeministas e os estudos trans, pois à ideia de uma simples imersão descritiva em qualquer espaço que seja (intelectual e político), carrega consigo sempre uma questão anterior: como desejamos exercitar a autonomia? Ou seja, como podemos utilizar o nosso corpo e experiência em prol de humanizar os processos de autodeterminação tanto na subjetivação como na visão?

O motivo de nos deslocarmos a este breve recuo se dá em detrimento da nossa pergunta motriz, o que nos preocupa de fato é: existe teoria social e política transgressora? Quais as suas epistemes? A partir daqui já podemos garantir que não pretendo responder a questão de maneira trivial, ou seja, de formas demasiadamente simples e superficiais. Por vezes teremos que lançar mão de argumentos excessivamente eruditos e porosos para lidar com campos normativos, tanto no que se constitui em temas fortes e viáveis de investigação nas ciências sociais, como também na inviabilidade desta pesquisa de simplesmente replicar receitas prontas para a investigação de problemas sociais.

Por isso, quero frisar que as teorias supracitadas das feministas do século XX à partir de deslocamentos subjetivos, dão continuidade, de certa forma, ao trabalho investigativo de Michel Foucault sobre as relações de poder, seja via citações diretas às suas análises institucionais ou às analogias feitas sobre a docilização dos corpos, fazendo com que a investigação sobre epistemologias transgressoras se intensifique.

Em uma célebre conferência da Professora Doutora Scarlett Marton, no programa audiovisual *Café filosófico* intitulado *Foucault, Deleuze e Derrida frente à crise* (2014), é trazido para o debate público midiático contemporâneo um olhar para a filosofia de Michel Foucault (1926-1984) como sendo assumidamente transgressora. É defendido que as atribuições substantivas do momento histórico vivenciados na França da década de 1960 e

1970, corroboram com a hipótese de que a repressão política vigente impulsionou diversos intelectuais à refletirem sobre o problema da ação política, não como revolução, mas sim como transgressão no campo político e teórico. Isso faz com que a ideia de identidade seja abandonada em prol ao *ethos* de pertencimento.

A recepção de Michel Foucault no Brasil, em grande aspecto, se dá por conta de suas visitas em 1975 e 1976, no período de “exceção democrática” (1964-1988), justamente no ano em que o jornalista Vladimir Herzog foi assassinado. Tanto a imprensa como o Estado, na época, atribuíram uma preocupação de cunho subversivo sobre suas atividades intelectuais (Rodrigues, 2012).

O motivo de trazer à tona essa perspectiva, se dá por conta das variações em relação à receptividade de sua teoria no contexto acadêmico brasileiro. Muitas vezes, há uma incompatibilidade em suas leituras, e o fato de Michel Foucault ter sido assumidamente *gay*, influência em como os intelectuais utilizam e reproduzem sua teoria, ora trazendo isso à tona, ora omitindo esse aspecto constitutivo.¹²

A tese defendida por Marton (2014) é que, herdamos de Foucault a ideia de revolução como transgressão, pois assim podemos pensar em novos modelos de existir e constituir práticas políticas que incluam a multiplicidade de corpos, atividade essa totalmente contrária de alguns métodos comumente utilizado nas ciências sociais, que empreende a visão no exercício de pensar o mundo na chave da diferenciação. Esses aspectos constitutivos são introduzidos pela intelectual em sua exposição, entretanto, ainda há uma omissão em relação à sexualidade do filósofo, como também em como a sua posicionalidade social influenciou muitas de suas teses, inclusive as sobre o corpo e as instituições.

Por isso a organização das referências em Foucault contidas neste texto, levarão em consideração os aspectos constitutivos do autor, até porque, temos como hipótese que as transgressões atribuídas às suas teses também estão relacionadas aos usos e receptibilidade que intelectuais e ativistas LGBTQIAPN+ atribuem.

Michel Foucault, no livro *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão* (1981), publicado originalmente em 1975 na França afirma que o “problema” do corpo nasce na Idade Média, principalmente relacionado à sua capacidade biológica e física (anatômica) a fim de mensurar as suas habilidades. O autor deduz que no século XVIII, forma-se uma nova concepção sobre

¹²Durante o curso de graduação em ciências sociais, tive a oportunidade de ler Foucault em duas disciplinas obrigatórias, uma na subárea sociologia, em que foi aprofundando apenas o carácter estrutural de suas análises, e outra, na subárea antropologia, em que a forma de contextualizar sua receptibilidade levou em consideração a posicionalidade pessoal, dando mais sentido (ao meu ver) a sua produção intelectual.

o corpo. “Uma política das coerções” que, a grosso modo, se resume em “um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos e de seus comportamentos” (Foucault, 1981, p. 125).

Foucault (1981) enfatiza que a partir da modernidade, surgiu uma nova anatomia política em prol de fabricar e controlar corpos dóceis e eficientes. Esse fenômeno deve ser entendido como uma máquina de processos minuciosos que se localizam no tempo de maneira esparsa, e operam em diferentes localizações, por diversas instituições. Em uma leitura estruturalista, essa operacionalidade disciplina o corpo através de forças de poder que regulam a ação, já em uma leitura psicanalítica, impulsionam os sentidos e os desejos sempre à docilidade.

Esse processo ocorre por meio e pela regulação das instituições, pois estas conduzem e/ou elaboram as técnicas de controle. Nesse sentido, a disciplina é coercitiva e produtiva, e sua operação se dá através dos detalhes minuciosos.

A minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão em breve, no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina, um conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnicas a esse cálculo místico do finito e do infinito. (Foucault, 1981, p. 129).

Isso significa que, esse controle ao qual Foucault (1981) se propõe investigar estende-se às mínimas parcelas comportamentais da vida e do corpo com o objetivo de criar uma conformidade estrita às normas e padrões estabelecidos pelas instituições de poder. Essa forma de disciplina não é apenas baseada na autoridade: poder coercitivo pelo uso da força física ou moral, mas sim pela secularização.

A referência ao cálculo místico do finito e do infinito sugere que a disciplina busca alcançar um controle total sobre os indivíduos e corpos, sem deixar nenhum aspecto da vida cotidiana escapar à vigilância. É uma forma de poder que busca expandir-se sem limites visíveis e “mensuráveis”. A operacionalidade exerce-se sobre cada detalhe da existência humana por via das instituições (Foucault, 1981).

Entretanto, no livro sobre a *História da Sexualidade: a vontade de saber* (1999), é possível compreender que nas sociedades modernas a sexualidade humana foi apreendida de forma repressiva e produtiva. Isso significa que não há uma totalidade de discursos que orientam o comportamento humano na busca de um incessante saber-poder.

Para Foucault (1999), “(...) o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica

complexa numa sociedade determinada”. Esse movimento é entendido como um dispositivo de poder que pode ser conceituado como uma mecânica específica de saber-poder, a qual cada engrenagem possui uma função estratégica em relação a problemas considerados cruciais em um momento histórico (Foucault, 1999, p 101).

Essa tática, decerto, transformou a experiência da sexualidade humana em uma paisagem controversa e dicotômica, tendo seu grande resultado (a partir de um olhar contemporâneo) transformar a sexualidade humana em processos de diferenciação do que seria natural - as experiências cisgêneras - e a-natural - as experiências dissidentes.

Nesse sentido, podemos voltar novamente à afirmação de Foucault (1999) de que a sexualidade humana deve ser identificada como uma *scientia sexualis*, instaurada e apropriada pela igreja pelo processo de confissão e, posteriormente, foi confiscada e aparelhada pelos saberes da medicina ocidental a partir do ofício da clínica e da medicalização.

Trazer à tona a receptividade dos usos de Michel Foucault, nos ajudam a compreender melhor a pergunta motriz do texto, que é: existem teorias social e política transgressora? Quais as suas epistemes? Como dito anteriormente, temos como hipótese que sim, além delas existirem, são compartilhadas por outros corpos, isto porque, às leituras subjacentes localizam parcialmente a posicionalidade de toda e qualquer teoria.

Nesse sentido, embebida das afirmações foucaultianas, no que se refere aos usos feitos pelas teorias transgressoras, principalmente às construídas por travestis e transexuais negras no campo acadêmico, os discursos que correspondem à subjetivação das mesmas não são diferentes daqueles que acomodam o corpo social como um todo. Isso significa que a experiência social de travestis e transexuais podem ser entendidos como produtos de processos históricos complexos que não podem (e não devem) ser encarados como fatos isolados, e nem tampouco como experiências ligadas a um aparato puramente repressivo.

Essa afirmação também tem ressonância em leituras de Butler (2020) que, a partir de deslocamentos subjetivos, identifica o gênero enquanto fenômeno social antigo e essencializado, estabelecido dentro de uma “matriz heterossexual”, naturalizando diferenças e criando um discurso único com formas cristalizadas sobre o corpo. As possibilidades de movimento, estética pessoal, processos de normalização e até mesmo *status* de saúde e autocuidado, sofrem interferências por conta de um saber-poder normalizador.

As normas sociais, segundo Butler (2020), atravessam todos os corpos de cada grupo social antes mesmo de seus nascimentos. Durante o pré-natal, por exemplo, os médicos, por meio de sua capacidade de enunciação e do uso da tecnologia do ultrassom, atribuem um

gênero à criança com base em seus órgãos genitais. Portanto, o gênero como instituição normativa está constantemente em negociação para ser inserido na inteligibilidade cultural.

Judith Butler (2020) dá continuidade a algumas análises foucaultianas, identificando que a subjetivação dos corpos é resultado da coerção imposta por uma projeção social que impõe normas de fixação, mediadas por mecanismos de controle inseridos em uma lógica semiótica do que deve ou não ser um corpo. Essa vigilância ocorre através do policiamento dos indivíduos, coagindo-os a perseguir uma lógica universal da norma, que aparece em Foucault (1985; 1999), onde são exploradas as características do surgimento de uma nova anatomia política, com enfoque no período a partir da segunda metade do século XVIII.

No entanto, contrariamente ao que se pode supor, a afirmação acima não implica necessariamente em um conhecimento centrado no indivíduo, embora esse seja um de seus pontos principais de incidência, pois, é no corpo que a medicina direciona seus esforços, sendo o corpo uma realidade biopolítica e a medicina uma estratégia biopolítica. “A medicina hegemônica no Ocidente, no contexto da modernidade e centrada na anatomia patológica, emerge simultaneamente ao surgimento do capitalismo” (Foucault, 1985, p. 243).

Dessa forma, Foucault (1985) define o surgimento da medicina como uma prática de controle do corpo e da população. É fundamental destacar o caráter processual dessa fixação, que se desdobram em três etapas: medicina de estado, medicina urbana e medicina dos pobres, sendo esta última emblemática do controle social dos corpos. Por isso, o corpo que se torna objeto e alvo do poder, é submetido a diversas técnicas de disciplina que impõem a ele um dever de docilidade-utilidade.

A partir desta breve digressão teórica, podemos por fim objetivar parcialmente outra clivagem importante desta pesquisa: discutir de forma experimental a subjetivação de travestis e transexuais a partir de uma lente metodológica que se aproximam dos transfeminismos e estudos trans. Esse exercício experimental faz parte das provocações levantadas anteriormente, que dizem respeito à possibilidade de existir e, existindo, de exercitar epistemologias transgressoras nos trabalhos acadêmicos, principalmente no campo de estudo de gênero e sexualidade. É fruto também de deslocamentos subjetivos contidos nas literaturas supracitadas, fazendo com que o entendimento das teorias da interseccionalidade inaugurada pelas feministas negras norte-americanas, também possam ser introduzidas no campo da transgressão.

Se é possível exercitar um método não ortodoxo, tenho como hipótese que os caminhos mais explicativos vêm das correntes de pensamento transfeministas e de estudos

trans, isso porque, os conceitos e proposições mais constitutivos fazem parte de uma expressão compartilhada de forma oral e textual com as ativistas e intelectuais do campo de estudos dos feminismos, como também, tem por objetivo dar continuidade ao que foi colocado por Foucault, de que a análise sobre o poder, para ser precisa, necessita de expertise, técnica e saberes localizados. Essa sem dúvida é uma artimanha que só pessoas estrangeiras de gênero, raça e classe podem suscitar a partir de suas subjetividades.

Travestis e transexuais são um grupo de intelectuais e ativistas diversos, isso faz com que o *status* de classe social, sob perspectiva econômica clássica, seja tratado como clivagem preliminar, mas não constitutiva da experiência de cada indivíduo. Essa perspectiva conceitual, surge em parte, das provocações da socióloga e ativista social Letícia Lanz (2017) que, a grosso modo, compartilha com os estudos feministas e de gênero que a experiência transgênero se resume em um não-ser. Ser um não-ser significa ser uma pessoa não reconhecida institucionalmente, ou seja, mesmo que a sociedade goze de uma norma jurídica compartilhada, somos um não-ser na forma discursiva do poder.

(...) ser um não-ser significa muito mais do que simplesmente não ter a própria existência legitimada pela sociedade e, em virtude disso, não gozar nem de cobertura na matriz de inteligibilidade cultural nem de cobertura jurídica para a própria existência. Significa também – e é aqui que mora o principal desafio e tragédia da existência transgênera – uma confrontação direta com aquilo que a sociedade define e sustenta como “normal” e “legal”, uma clara afronta ao “ser sociopolítico-cultural reconhecido e legitimado”, que é o “sujeito de direito” dentro da ordem vigente. (Lanz, 2017, p. 208).

Ser um não-ser é ter uma vivência social constitutiva sociologicamente, mas apagada burocraticamente, sendo assim, mesmo sendo transbordada de experiências corpóreas materiais, travestis e transexuais por vezes não gozam de inteligibilidade cultural e jurídica.

Ser travesti, transexual e transgênero, segundo Lanz (2017), significa conviver atentamente com os pressupostos teorizados por Foucault na década de 1970, e posteriormente por Judith Butler a partir dos anos 1980, de que o discurso sanciona de forma normativa e disciplinar a subjetivação dos corpos. As teóricas e ativistas do campo dos estudos trans, neste sentido, a partir de deslocamentos subjetivos dão continuidade a teoria feminista e de gênero pós-estruturalista - sobretudo as anglo-saxônicas.

Portanto, esses efeitos epistemológicos não são novos, pois também foram evidenciados nos escritos das feministas negras norte-americanas, principalmente daquelas que estavam ligadas à contracultura e que tinham como *ethos* político a denúncia contra o racismo e o classismo nos movimentos sociais de mulheres.

Em algumas literaturas da década de setenta e oitenta do século XX, é comum encontrarmos relatos de ativistas negras sobre a dificuldade em compartilhar experiências de feminilidades com aquelas que estavam ligadas diretamente com a subjugação de toda uma comunidade. Me inclino à ideia de que a feminista negra norte-americana Bell Hooks (2019), de forma crítica e propositiva defende uma revolução feminista que transcenda o status de reformas, uma vez que o enfrentamento contra o sexismo é indissociável da luta contra o racismo e o capitalismo.

Em relação a essa problemática, a jurista norte-americana Kimberle Crenshaw (2002) desenvolveu o conceito de interseccionalidade, entendendo que, uma vez que a subalternização feminina encontra em corpos de mulheres negras e marginalizadas um terreno fértil para idealizações de opressões, se faz necessário identificar as operacionalidades do sexismo atreladas ao racismo.

Contudo, diferente do que possa parecer, no Brasil da década de 60, a teórica feminista negra Lélia Gonzalez já havia nomeado essas intersecções de opressões como *entrecruzamentos*, uma vez que o sexismo não pode ser separado das opressões causadas pelo racismo e pertencimento de classe social.

As percepções interseccionalizadas da luta feminista, causou grande impacto teórico e conceitual no decorrer das décadas e “ondas” do movimento. O grande marco conceitual, como explicitado anteriormente, foi causado pela leitura foucaultiana de Judith Butler (2020), uma vez que é enunciado o sujeito do feminismo não como exclusivo à comunidade “mulheres”, mas também, nas proposições interseccionais.

Contudo, Butler (2020), de forma crítica, denuncia algumas correntes do feminismo que tentam cristalizar a experiência feminina ao ser mulher. Ora, uma vez que temos o entendimento que o gênero é permeado por lutas constantes (não de maneira linear, mas sim espiral) a partir do marco regulatório da identidade, nada mais “natural” entendermos o feminismo como possibilidade não só de uma emancipação primária de mulheres brancas de classe média, mas sim, como um movimento de lutas de resistências contra a matriz heterossexual que regula os corpos a partir do poder disciplinar.

Sendo assim, às análises sobre a subjetividade e subjetivação mencionadas no decorrer de nossa argumentação, fazem parte de deslocamentos subjetivos de uma corrente teórica consolidada nos estudos de gênero e sexualidade, pois, entrelaçam continuidades e descontinuidades conceituais que visam explicar o corpo através de um exercício de autodeterminação. Na teoria transfeminista, por exemplo, o conceito de autodeterminação diz

respeito a uma afirmação produtiva, que caracteriza o corpo como produto central tanto da experiência, como nas investigações científicas (Nascimento, 2021). Isso significa que as discussões de controle de subjetividade, por hora, são deixadas de lado em prol de uma localização das falas e produções subjetivas dos agentes sociais.

Esse movimento teórico e metodológico, também dizem respeito a uma interpretação da teoria ciborgue sobre o corpo de Donna Haraway, que no texto *Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX* (2013) propõe uma interpretação sobre os corpos a partir de uma teoria ciborgue que visa formular análises que pensem a produção física e subjetiva a partir de práticas híbridas, que entendam a concepção de corpo entrelaçadas a noção de máquinas e organismos.

A autora propõe analisar a produção dos corpos não apenas a partir de suas transformações históricas (das quebras dos paradigmas), mas sim dos pontos de entrecruzamentos entre organismos e máquinas, fantasia e realidade. Esse e outros diagnósticos permitem que o feminismo deixe de ser campo exclusivo sobre a atuação de mulheres brancas cis* heterossexuais, e passe a interpretar a realidade social como um todo, até porque, é na disputa da produção e da reprodução do eu que o ser mulher torna-se nada mais (e nada menos) do que uma fabricação repetitiva, plástica e protética de um ideal normalizador (Haraway, 2013).

Portanto, a partir do deslocamento teórico dos autores supracitados, os transfeminismos e os estudos trans podem questionar a divisão binária que enquadra a transexualidade em torno de uma subjetivação artificial, e a experiência da cisgeneridade como natural. Ou seja, nada mais do que uma continuidade centralizada no cerne das teorias “clássicas” de gênero e sexualidade. Letícia Carolina Pereira do Nascimento (2021) afirma que o transfeminismo, junto aos estudos trans, dão continuidade a uma corrente teórica que pensa os saberes a partir de um lugar de produção localizado. Isso faz com que a nomeação da experiência se torne central nas teorias de gênero e sexualidade das travestis e transexuais. Esse movimento teórico, como vimos, utiliza como paradigma a conceituação de disciplina e norma formuladas em análises pós-estruturalistas para dar conta de explicar os processos de autodeterminação.

Ao pensarmos na transexualidade, comumente associamos a experiência de travestis e transexuais resumida na busca incansável (e reprimida) por transformações corporais. Pesquisadores e cientistas de diversos lugares do globo, gastaram argumentos para descrever, empiricamente, a cooptação dos saberes psi (psicologia, psicanálise e psiquiatria) em

determinar essas vidas como um fenômeno patológico e a-natural. Neste contexto, a constante subjetivação negativa que corpos não subordinados à matriz heterossexual de sexo/gênero, vem sendo testada e analisada há anos, em especial à partir do século XIX (Bento, 2001; Leite, Jr, 2005).

A subjetivação dos corpos, pode ser entendida como um efeito da coação de uma projeção social que impele sobre nós as normas de transmutação, inferidas por mecanismos de controle, e inseridas em uma lógica semiótica do que deve ou não ser um corpo. Essa fiscalização ocorre a partir do policiamento dos indivíduos, coagindo-os a perseguir uma lógica universal da norma.

Deveras, a transexualidade é normalizada comumente a partir do discurso da falta e sobre a incansável procura em definir o que é indefinido. Pessoas trans, no geral, são efetivamente cristalizadas por discursos normalizadores, fazendo com que a busca de inscrição na norma e/ou a efetivação da cidadania regulada seja, muitas vezes, uma fonte de recursos de sobrevivência, aceitação e autodeterminação. (Jesus, 2015; Nascimento, 2021)

A normalização dos corpos opera através do sistema sexo/gênero, implicado num apelo incessante à ciência ocidental para definir parâmetros do que é normal e anormal. Uma das formas de materializar essa diferenciação é via instituições médicas e jurídicas, que definem terminologias para designar o anormal, nas quais cada perversão corresponde à identificação de um conjunto bem articulado de sintomas (Bento, 2001; Leite, Jr, 2005).

Tais procedimentos são realizados com o objetivo de ajudar a mascarar a famigerada disforia de gênero, mas operam sistematicamente a fim de corroborar com o discurso jurídico da norma. Isso porque em sistemas dicotômicos e opositivos sempre há em detrimento do normal, um ser e/ou um grupo de anormais. Isso significa que o discurso alcança conceitos morais, tendo em margem sempre a manutenção de determinados ideais, sobretudo, o controle dos corpos. Esse processo normalizador infere em nós, pessoas transexuais e travestis, o sentimento que nos coloca a todo momento à margem de tudo o que é tido como normal, remontando o argumento de Leticia Lanz (2016) de que nossa experiência se resume em “um não ser”.

Como vimos, a experiência de travestis e transexuais é dramática por conta de uma existência material incompatível com a normativa jurídica discursiva da sociedade. Esse debate não é novo no rol dos problemas sociais inferidos na vida de pessoas trans, pois na década de 1980, Luiza Roberta Gambine Moreira (Roberta Close), já reivindicava alteração

de nomes e pronomes a partir das regras jurídicas e médicas. A alteração corporal (por procedimentos hormonais e cirúrgicos), circunscreve a cura para a “deformidade” a-natural?

Roberta foi uma moça branca, artista de classe média brasileira que vivenciou o período de exceção democrática (1965 a 1988), ou seja, qualquer associação à perversidade e marginalidade poderia ser perigosa para a imagem que lhe representava na época, a de que a mulher mais bonita do Brasil já foi homem. Desse modo, o discurso transexualizador caiu como uma luva para que ela pudesse, mesmo que patologicamente, ser inserida dentro de seu circuito social na tentativa de ser afastada dos estereótipos negativos atrelados pelo Estado e pela mídia da época à identidade de travestis.

Do ponto de vista da representação social é possível identificar continuidades e descontinuidades na forma como o Estado brasileiro retratou a identidade de travestis e transexuais, pois durante o período de exceção democrática o regime militar (1964-1988) direcionou políticas de inimizades contra toda uma comunidade, adotando ações discriminatórias e de rechaçamento público.

Segundo alguns documentos contidos no texto da *Comissão Nacional da Verdade* (2014), em 1980 o jornal Estado de São Paulo publicou uma matéria intitulada “Polícia já tem plano conjunto contra travestis”, na qual as polícias civil e militar propuseram a retirada de travestis das ruas segundo a aplicação do então artigo 59 da Lei de Contravenções Penais, que previa o recolhimento dessas.

Ainda em 1980, o mesmo jornal publica manchete “O perigo aumenta nas ruas de São Paulo”, texto este em que a autoria lamenta o aumento de travestis e transexuais fazendo seu *trattouir* na avenida República do Líbano, enfatizando que “o travesti deve ser encarado como um caso anormal que precisa de tratamento especializado”, e que “a justiça deveria ser mais rigorosa, punir o travesti (sic) e não facilitar a sua atuação” (CNV, 2014, grifos meus).

Benjamin Cowan, em seu texto *Homossexualidade, ideologia e subversão no regime militar* (2014), destaca que as forças de segurança durante o regime militar enquadravam as práticas sociais e sexuais não normativas como “transgressões” e “contrasubversão”, sendo sempre associadas ao comunismo. Enxergavam a diversidade sexual e de gênero¹³ como parte de uma conspiração global revolucionária. Movimentos como o *Black Power* e as lutas por

¹³ O texto de Cowan não utiliza a palavra gênero em suas análises. Escolho utiliza-la aqui em prol de melhor situar o leitor sobre a argumentação aferida, de que o problema da representação e repressão à travestis e transexuais não se resume às práticas sexuais, mas sim à todo um aparato performativo que constitui as bases inteligíveis do sexo e do gênero.

direitos civis de negros e indígenas eram comumente interpretados como parte deste complô, incluindo o erotismo e o desvio sexual.

Por isso, podemos constatar que durante os anos de exceção democrática instaurada pelo regime militar, houve um aumento na perseguição, violência e extermínio direcionados às travestis e transexuais. A polícia tinha como prática caçá-las e torturá-las segundo a lei da vadiagem (sic). Em 1987, a tática intitulada “Operação Tarântula” que ocorreu na cidade de São Paulo, evidenciando o processo de incriminação e criminalização dessas sujeitas,¹⁴ consolidando-se como grande marco na história da luta e resistência de uma comunidade inserida compulsoriamente nas margens da sociedade brasileira.

Para Céu Cavalcant, Roberta Brasilino Barbosa e Pedro Gastalho Bicalho, no artigo *Os tentáculos da ditadura: Abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização (2018)*, a ideia de que havia durante o período militar uma conspiração global ligada a movimentos de contracultura parte de um pensamento hegemônico instaurado no marco colonial, sendo a diferença percebida duplamente como exterioridade e ameaça, e que esse lugar é resultado de um sistema de pensamento produzido e imposto pelo *Norte Global*, sendo as experiências de travestis, transexuais e negros demarcadas como não humanas, que podem ser representadas no espaço de um “não lugar”.

A eleição das fronteiras como premissa da produção de si pressupõe que a diferença seja vista não como pertencimento mútuo, mas como uma exterioridade que inclusive é tida como ameaça. A diferença sustentada por corpos travestis e por corpos negros parecem então demarcar um lugar que historicamente não é o de humano. Esse lugar, oriundo de um sistema de pensamento produzido e imposto pela Europa, pode inclusive ser pensado como um não lugar e a ojeriza que esta diferença muitas vezes pode ser analisada a partir da noção de abjeção. (Cavalcant; Barbosa e Bicalho, 2018, p. 7)

Essa reflexão nos convida a questionar as estruturas sociais, culturais e históricas que contribuíram para a subjetivação de travestis e transexuais. É importante reconhecer que a visão eurocêntrica, que desqualifica e estigmatiza a diferença, é uma construção social e não uma verdade absoluta. Nesse sentido, é necessário estabelecer a identidade de pessoas trans, sobretudo a experiência de pessoas também racializados, como uma categoria permeada por um conjunto social regido por uma história de resistência e formação política, que vai além dos recortes analíticos impostos pelo Estado e pela mídia dominante (Cavalcant; Barbosa e Bicalho, 2018)

As afirmações acima retornam às teses defendidas por Achille Mbembe em seu livro *A crítica da razão negra (2018)*, que traz uma perspectiva teórica relevante para os processos

¹⁴ Utilizo o verbo o feminino tendo em conta que a maioria das vítimas eram travestis e mulheres transexuais.

coloniais e seus impactos na normalização das identidades sociais. O autor destaca que o pensamento europeu tende a conceber a identidade não em termos de *coopertencimento*, ou seja, de pertencimento mútuo a um mesmo mundo, mas sim na relação do mesmo com o mesmo. Isso implica que a construção das identidades conforme moldada pelo conhecimento hegemônico proveniente do *Norte Global* sejam baseadas em uma referência interna, voltada para dentro de si mesmo e para a própria cultura, o que resulta na desvalorização e exclusão das experiências dos grupos sociais não hegemônicos.

Raewyn Connell, no livro *Gênero em termos reais* (2016) nos alerta que essa perspectiva dicotômica de como as análises sobre diversas sociedades foram tradicionalmente construídas com base na noção da diferença entre um “eu” colonizador e detentor da razão e um “outro” considerado primitivo e não-civilizado, têm influenciado os estudos sobre as identidades de travestis e transexuais. Evidenciando que algumas feministas hegemônicas, geralmente brancas e do *norte global* buscaram subjetivar a experiência do ser mulher colocando o corpo e a experiência transexual como contraponto.

Entretanto, a autora ressalta que os estudos desconstrucionistas representados pela teoria de Judith Butler, propõem a subversão da identidade como um dos projetos contrários à regra. Butler (2020) concebe a identidade como um sistema performativo que se materializa e se expressa por meio da linguagem. Por isso a questão da representação tem perspectivas fundantes em como as identidades de pessoas trans são comunicadas e constituídas nas sociedades, principalmente quando pensamos essa vida a partir do viés da *contracultura* (Connell, 2016).

Connell (2016) destaca que a tendência dos sociólogos em categorizar que a história humana gira em torno do conceito de *diferença global*, que supõe uma civilização metropolitana superior a outras culturas consideradas primitivas. Essa visão simplista não reflete a diversidade e complexidade das experiências e identidades das pessoas que não se enquadram no modelo hegemônico e binário do sistema sexo/gênero. Para uma análise sistemática dessas engrenagens, é necessário adotar uma abordagem que transgrida às métricas dicotômicas. Nesse sentido, em vez de polarizar as culturas em categorias opostas, é fundamental considerar as múltiplas perspectivas e contextos culturais específicos, permitindo, assim, uma visão mais abrangente das experiências das populações marginalizadas.

A afeição de Raewyn Connell (2016) às teorias desconstrucionistas de Judith Butler (2020), ocorre a partir de deslocamentos subjetivos, sendo sua incidência acometida com a

crítica que ambas formulam em relação à tendência de universalização e à reprodução de desigualdades nas pesquisas acadêmicas ocidentais. Nesse sentido, à transgressão contida em suas teses, desafiam as noções tradicionais de identidade de gênero e questionam a objetividade do conhecimento social, destacando a importância de considerar as perspectivas subjetivas da materialidade da construção do corpo.

Connell (2016), critica a ideia de uma *diferença global* e aponta para o imperialismo global como um fator que influencia a produção de conhecimento e a hierarquização das culturas e, embora suas abordagens sejam diferentes das de Butler, ambas compartilham uma preocupação com a desigualdade, o poder e as estruturas que operam através da lógica de diferenciação social, comumente utilizados em abordagens universalistas e generalistas sobre as identidades sociais.

Essa construção subjetiva, apontada pela literatura, se materializa a partir de crítica a uma estrutura fixa: mecanismos de diferenciação social que alocam corpos em pares dicotômicos e opostos; não se resume apenas a experiência e a subjetivação de travestis e transexuais, mas sim, à todo um sistema colonial que produziu sua justificativa investigativa a partir de um ideal do discurso da razão (Connell, 2016; Mbembe, 2018).

Por fim, trazer à tona esta digressão, tem como objetivo mapear criticamente possíveis epistemes transgressoras, replicadas em grande parte em leituras feministas anglo saxônicas, e no contemporâneo, associadas no debate público e teórico por ativistas e intelectuais travestis e transexuais que privilegiam posicionalidade e localidade nas produções de conhecimento do mundo, como também em processos políticos mais amplos.

1.1. Outra revisão crítica: um aprofundamento na autodeterminação de gênero e raça

O marco histórico e analítico proposto neste trabalho de dissertação tem como objetivo corroborar com o estoque de conhecimento nas ciências sociais, e em especial nas análises que os autores e autoras da ciência política vem construindo sobre o fenômenos sociais ditos identitários, que a partir das manifestações denominadas “Jornadas de Junho”, ocorrida no Brasil em 2013, trouxe para o Estado democrático de direito uma certa instabilidade representativa nas instituições de poder e nos movimentos sociais. Essa percepção está refletida no rol de discussões dos corredores dos programas de pós-graduação em ciência política, e também em literaturas científicas sobre diagnósticos factuais produzidos nesse campo de saber (Reis e Soares, 2017; Miskolci, 2021).

Apesar de compartilhar desse engajamento, propomos que haja uma leitura subjetiva em relação a qualquer período histórico, que podem revelar assimetrias de poder entre os indivíduos a partir de diversas clivagens sociais de diferenciação. Na seção 1. busquei demonstrar que na leitura de autores como Foucault, Butler, Mbembe, Connell e nas teorias interseccionais do poder, há uma chave epistemológica na interpretação desses conflitos. Isso porque, talvez em manifestações populares, surjam no espaço-tempo críticas sobre a noção de sujeito e a forma como as instituições operacionalizam direitos sociais. Apreender epistemicamente esse conhecimento é a forma política que teorias transgressoras assumem frente às suas áreas de concentração. A afirmação é importante porque podem, às vezes, revelar uma certa cegueira de intelectuais estabelecidos nas ciências sociais, em especial na ciência política, sobre os fenômenos sociais de cunho identitário.

Na ciência política, como colocado por Yuri Espósito em *Subjetividade necropolítica e a materialidade do pós-estruturalismo* (2020), é afirmado que:

O impacto do pós-estruturalismo sobre as ciências sociais se mostra desigual; embora venham influenciando crescentemente a antropologia e a sociologia, é perceptível que alguma área de saber como a ciência política ainda hoje resiste a tais concepções (Espósito, 2021, p. 314).

As teorias pós-estruturalistas, como apontado anteriormente, surgiram como uma crítica e uma extensão do estruturalismo francês, especialmente no campo das ciências humanas e sociais, a partir da segunda metade do século XX. O estruturalismo francês, influenciado por autores como Ferdinand de Saussure (1857-1913) e Claude Lévi-Strauss (1908-2009), buscavam compreender a sociedade e a cultura por meio de estruturas fixas e universais, acreditando que os fenômenos sociais, culturais e linguísticos tinham um funcionamento inerente organizado por essas estruturas.

Vimos que autores como Michel Foucault contestaram sobre a fixação das estruturas do poder. Em suas análises, foi investigado como o poder se manifesta por meio do discurso e das práticas sociais, sendo assim, o conhecimento não é neutro, está profundamente ligado a estruturas de poder. Como demonstrado acima, Foucault (1999) mostrou em suas análises como as instituições (escolas, prisões, hospitais) exercem controle sobre os corpos das pessoas por meio de normas discursivas que as acometem de forma negativa e produtiva.

Essa recusa ao reconhecimento de teorias pós-estruturalistas, nos alerta Espósito (2020), sugere que é perceptível a resistência do campo hegemônico da ciência política em incorporar concepções outras, aquém do cânone estruturalista. Isso se dá porque ainda existe uma resistência em conceber como teoria, textos e análises sociais de métodos que fogem das perspectivas mais comumente utilizadas na área do saber. Isso se deve, porque “O pensamento pós-estruturalista foucaultiano, montou um grande conjunto de críticas que proporciona a desnaturalização dos mais diversos entendimentos sobre a sociedade, as relações sociais e os indivíduos” (Espósito, 2021, p. 324).

Essa perspectiva pode revelar profundas assimetrias constitutivas da prática acadêmica, de modo que negar a existência de autores desconstrucionistas nas ciências sociais, pode ser considerado como um projeto colonialista, racista, misógino e transfóbico das instituições que mantêm esse campo de saber. Na ciência política, ainda há uma forte influência de uma noção estruturalista de que as coisas e os sistemas democráticos são produzidos por pares bem ordenados de poder. Ou seja, esquecem lições que a antropologia e a sociologia já entenderam, de que a sociedade é produzida a partir de códigos coordenadores.¹⁵

Por isso, identificar à noção subjetiva do saber-poder colocado por Michel Foucault, mais as noções de entrecruzamentos de opressões colocados pelas teorias interseccionais, como também na teoria de gênero de Judith Butler, é um convite para complexificar noções hegemônicas sobre as identidades sociais. Bem como, também sobre a imbricação psíquica do poder, que introduzem táticas de exclusão em todas instituições, do ensino básico ao superior.

Escolher como base epistemológica autoras e autores que supostamente fogem de interesses clássicos nas ciências sociais, não dizem respeito a um projeto de extermínio do campo de saber, como colocado por alguns intelectuais estabelecidos do campo. O projeto pós-estruturalista tem como objetivo oxigenar a área com reflexões que também podem

¹⁵Espósito (2021) propõe esse conceito em detrimento da noção de marcadores sociais da diferença, comumente utilizados em análises na sociologia, em especial nas construídas por Richard Miskolci.

construir métodos e análises condizentes com o período histórico recente. Por isso, ao utilizar como força motriz a subjetivação de travestis e transexuais, podemos através da experiência pessoal e acadêmica, enfatizar que ainda há nas instituições públicas de ensino formas sistemáticas de exclusão de corpos e saberes que fogem da regra de inteligibilidade cultural hegemônica e heteronormativa.

Portanto, o saber produzido por corpos estrangeiros de raça e gênero, podem ser encarados como mais um instrumento de enunciação de um conjunto de táticas de subjetivação, que são contrastadas por políticas de inimizades e formas sistemáticas de extermínio de corpos e saberes. Não se trata, de forma alguma, inviabilizar ou invisibilizar qualquer análise que seja, mas sim, a partir de leituras constitutivas e localizadas, trazer para o campo da ciência política análises sociais significativas, complexas e porosas.

No livro *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser e como fundamento do ser* (2023), Sueli Carneiro propõe uma discussão sobre o conceito de epistemicídio. Seu objetivo é demonstrar como o racismo estrutural afeta profundamente o acesso ao conhecimento e a produção intelectual de grupos subjugados, em especial à população negra. Em sua análise, é identificado que o epistemicídio vai além da exclusão da educação formal, pois também faz parte de “um processo contínuo de deslegitimação do conhecimento produzido por povos subjugados.” Essa prática de exclusão se manifesta por meio da “negação de acesso à educação de qualidade, da inferiorização intelectual, e da desvalorização dos saberes negros”. Os efeitos dessas táticas também promovem, segundo a autora, “o rebaixamento da autoestima dessas pessoas, o que afeta diretamente sua capacidade de aprender e permanecer no sistema educacional”. Isso gera o que ela chama de “sequestro da razão”, um processo em que a racionalidade de populações marginalizadas é negada ou forçadamente assimilada à cultura dominante, perpetuando a subordinação intelectual e o apagamento cultural dos negros (Carneiro, 2023, p. 83 e 84).

Carneiro (2023) também observa que o epistemicídio opera de forma articulada dentro do sistema educacional, afetando o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos negros. A exclusão racial se manifesta por meio do controle das oportunidades educacionais, adaptando-se constantemente para manter a marginalização, mesmo em momentos de democratização do acesso ao ensino básico e superior, com implementações de políticas e equiparação, como as ações afirmativas introduzidas nos governos petistas (2003-2016), “o racismo cria mecanismos que rebaixam a capacidade cognitiva dos estudantes negros, seja pela falta de recursos ou pela discriminação, levando à evasão escolar ou à baixa

performance”. Sendo assim, mesmo quando há avanços na inclusão desses grupos, “o dispositivo de racialidade se reconfigura para atualizar e manter a exclusão racial, perpetuando a desigualdade intelectual e reforçando o ciclo de opressão” (Carneiro, 2023, p. 103).

A autora ainda diz que,

Mesmo quando o negro alcança o domínio dos paradigmas da razão ocidental, ele está sujeito ao epistemicídio pela afirmação da incapacidade cognitiva inata dos negros, pela ausência de alternativa a esse campo epistemológico hegemônico, pela aculturação promovida pelos paradigmas da razão hegemônica e pela destituição de outras formas de conhecimento (Carneiro, 2023, p 108).

Sendo assim, a partir do aporte teórico oferecido por essas análises, proponho que as teorias transgressoras são aquelas que acolhem epistemologias e saberes que buscam revelar sistemas de opressões que coordenam os corpos sob a noção normalizadora do que é ou não ser um sujeito dotado de possibilidades de transgressões. As manifestações das “Jornadas de Junho de 2013”, como vimos, podem nos servir de exemplo dessa crise representativa.

Na época das “Jornadas de junho de 2013”, eu tinha 17 anos, lembro de ir em algumas mobilizações populares escondidas de minha mãe. Lá pude identificar que havia uma grande crítica aos sistemas representativos. Pessoas que estavam empunhando bandeiras partidárias foram duramente reprimidas por uma gama de pessoas que criticavam o Estado não só pelo aumento da passagem, mas sim, por todo um conjunto de táticas de opressões que não poderiam ser respondidas apenas pelas análises dos intelectuais estabelecidos naquele momento.

Ali, nas ruas e no acender de até então uma nova crise democrática, pude experienciar de forma parcial o que denomino hoje como transgressão. Ainda que houvesse um grande número de pessoas fadadas a corroborar futuramente com o impeachment de Dilma Rousseff, que ocorreu em 2016, foi neste período que subjetividades outras começaram a aparecer novamente na cena política, e que eu também me encontrei refletindo sobre o sistema deliberativo junto ao meu processo de autodeterminação de gênero.

Uma forma de mapear essas identidades emergentes consiste em uma revisão teórica e crítica teórica sobre a representação de travestis e transexuais¹⁶. Isso porque as investigações das capacidades estatais, das políticas públicas e da coordenação estrutural do Estado, oferecem apenas uma perspectiva parcial dos problemas colocados no período histórico

¹⁶Uma genealogia da categoria travesti e transexual poderia nos revelar que a comunicação, junto com a mídia de massa e as redes sociais, representou corpos dissidentes não de forma estática, mas sim, como produto cultural e político de determinados períodos históricos ligados às transgressões.

supracitado. Por isso, precisamos também observar a pluralidade de grupos minorizados politicamente, que enxergaram ali, no alvorecer de uma então crise democrática, possibilidade de mudança de *status quo*, principalmente em relação aos direitos sexuais e reprodutivos, mas também sobre a sub-representação da população negra e trans em camadas estratificadas da sociedade contemporânea.

Esse efeito de transgressão, vivenciado por subjetividades dissidentes, ocorreu também na ditadura militar, momento histórico em que houve um posicionamento mais ordenado pelo Estado para o extermínio de travestis e transexuais e da subjugação da população negra por conta de suas atuações em movimentos de equiparação de gênero e racial. Essas políticas de inimizades também foram efetuadas por cidadãos comuns, que alienados política, educacional e ideologicamente, corroboram com a exclusão da maior parte da população brasileira.

Isso corrobora com a ideia foucaultiana de que o sujeito é um efeito do poder. Sendo assim, as práticas construídas pelo poder representativo nada mais são do que táticas de subjetivação, ou seja, “códigos coordenadores de normalização” (Espósito, 2021, p.304). Trazer essa perspectiva teórica faz parte de um processo de deslocamentos subjetivos, pois, durante o meu trajeto de estudos no mestrado em ciência política, me deparei com aspectos constitutivos relacionados aos caminhos subjetivos de orientação teórica e de escolhas metodológicas¹⁷.

As universidades públicas brasileiras, como colocado anteriormente, estão passando por mudanças estruturais, como por exemplo reformas nas moradias estudantis, subsídio na alimentação de bolsistas, transporte para aqueles que necessitam de auxílio de locomoção, mais verba para a assistência estudantil, bem como também, políticas afirmativas para o ingresso da comunidade de travestis e transexuais. Na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), recentemente foi discutido ações afirmativas para o ingresso de pessoas trans na graduação¹⁸. Essa medida se deu por conta dos movimentos que ocorreram em outras Universidades, como a Federal Fluminense, de São Paulo, de Santa Catarina e da Bahia. Na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), a qual eu faço parte, foi amplamente

¹⁷Durante a investigação desta pesquisa, fui confrontada com uma questão central que antecede a própria sede desta: posso (eu) ser uma pesquisadora transgressora? Essa questão subjetiva não apenas orientou meu percurso de pesquisa, como também dificultou o mais básico, que é o reconhecimento de estar e poder estar em determinado espaço. Ora, se passei no percurso primário de avaliação, e tenho os requisitos necessários para estar no programa de pós-graduação em ciência política, posso eu ser deslegitimada frente aos meus colegas e professores? Como vou me sentir inteira e pertencente a este espaço?

¹⁸<https://unicamp.br/noticias/2024/09/24/em-audiencias-publicas-unicamp-discutira-cota-para-pessoas-trans/>

discutida essa política, principalmente por iniciativa da Secretaria Geral de Ações Afirmativas, de Diversidade e Equidade (SAADE), juntamente com os estudantes trans.

Toda essa ampliação de políticas públicas de inclusão em instituições federais de ensino superior, têm como efeito oxigenar o campo intelectual com novas leituras metodológicas, interferindo assim, diretamente nos paradigmas epistemológicos acometidos contemporaneamente. Durante todos esses anos em que estou na universidade, me deparei com adversidades que me impactam individualmente, mas, sobretudo no que concerne ao ideal de que a universidade pública ainda é uma possibilidade de transgressão no mundo. Fui levada a acreditar que estar e pertencer ao grupo distinto ao qual eu faço parte, poderia me levar a transgredir social e culturalmente os alocamentos subalternos da comunidade a qual pertença.

Me foi passado pelos meus ancestrais e mestras/es que é na universidade que podemos materializar transformações mais duradouras, pois, como colocado pela tradição clássica nas ciências sociais, é por meio do pensamento crítico, muitas vezes distanciado e racional que demonstramos a materialidade da marginalização e da exclusão sistemática de corpos outros.¹⁹ Entretanto, parece necessário trazer à tona também a experiência daqueles que vivenciaram essas transformações, pois como discutido anteriormente, muitas vezes tive que defender que o espaço subjetivo da pesquisadora é um *modus* essencial para qualquer pesquisa que fale sobre epistemologias transgressoras.

Isso significa que travestis e transexuais, negros e indígenas podem descrever fenômenos sobre si e suas comunidades, como por exemplo, Ailton Krenak, Davi Copenawa, Conceição Evaristo e, não menos importante, Jaqueline Gomes de Jesus. Isso não inviabiliza, de forma alguma, as análises dessas comunidades feitas por homens brancos, heterossexuais e cisgêneros. Afinal, como coloca Djamila Ribeiro (2017), “uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas este homem branco cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis a partir do lugar que ele ocupa” (Ribeiro, 2017, p. 85).

Dito isto, advogo junto a Jaqueline Gomes de Jesus (2015, p.19), que na teoria transfeminista as autoras e autores são “aquelas que não conseguem tocar o coração dos seus defensores sem feri-los.” Isso significa que, muitas vezes, teremos que tocar na face de nossos interlocutores, sejam eles professores, colegas de curso e toda a comunidade acadêmica que

¹⁹Tenho como hipótese que os transfeminismos e os estudos trans não entendem o pensamento social como uma linha reta, que exclui e estigmatiza corpos não hegemônicos. A nossa produção do cânone, se constitui no resgate de autoras e autores que foram excluídos do rol de teóricos *mainstream* por uma questão geográfica, étnica, sexual e de gênero.

insiste em inviabilizar a permanência de grupos minorizados politicamente, principalmente em momentos de enrijecimento das regras institucionais. Por isso, quando se trata de uma teoria transfeminista e/ou epistemologias transgressoras, o desconforto será mútuo.

Enfatizo a questão do desconforto, pois imagino que para muitas pessoas não trans, não negras, não mulheres, não imigrantes, olhar para os nossos corpos revela sentimentos de *outriedades*²⁰, como argumentou Letícia Nascimento (2021), para além de sermos colocadas em oposição a um outro masculino, também somos constituídas sociologicamente como a oposição negativa do próprio *status* de humanidade. O outro, do outro e do outro.

Entretanto, para além do constrangimento cisgênero, há o meu. Essa afirmação faz com que a partir de agora eu realmente dê um sentido ao pressuposto epistemológico desta dissertação, que é pensar os deslocamentos subjetivos suscitados por Michel Foucault (1999) e Judith Butler (2020) sobre as análises de subjetivação e subjetividade de forma localizada.

Na primeira parte deste texto, argumentei que as teorias transfeministas e os estudos trans utilizam como lentes teóricas os deslocamentos subjetivos que são atravessados por investigações interdisciplinares, como a de Foucault e Butler. Cada qual à sua maneira, argumentaram que a subjetivação e/ou subjetividade se constituem a partir de regras juridicamente discursivas, ou seja, normas sociais muito bem colocadas para diferenciar o normal do não-normal, o humano do não-humano.

Essas constituições de saber-poder são utilizadas por autoras e autores transgressores, sobretudo aqueles que ainda não estão estabelecidos na carreira acadêmica, mas mesmo assim atuam em blogs, canais do Youtube, facebook, Instagram e X (antigo Twitter), como também na construção de estoques de conhecimento na academia. Fazer parte dessa geração de pesquisadoras é um desafio, pois sou confrontada por um ranço do rol masculinista da ciência política, e também estou inevitavelmente atrelada a um conjunto de pensadoras que são incapazes de deixar de falar de si mesmas, pois, necessitam construir novas formas de lidar com os processos de subjetivação sem borrar ou invisibilizar identidades.

Somos incapazes de deixar de falar de si (hipoteticamente), porque, como no meu caso, somos atravessados pelo racismo e sexismo, fazendo com que nosso comportamento social seja expressado sempre pelo medo da reprovação. Sueli Carneiro na coletânea *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil* (2011), aponta à exclusão da categoria negro nas políticas de desenvolvimento social nos governos Lula. O efeito dessa omissão, segundo a autora,

²⁰Sentimentos de *outriedades* podem ser definidos como processos de materialização do status de humanidade, pois como colocado pela literatura da diferença, o universal se manifesta em detrimento ao seu opositor, aquele que é a antítese de seu eu refletido no espelho, sempre na insistência da repetição e antagonismo.

causou um obscurantismo sobre a questão racial no Brasil, causando cegueira nos economistas, cientistas políticos e sociólogos sobre a desigualdade social.

Isso significa que os índices de mapeamento realizados em centros de pesquisa, como o IBGE e IPEA, são um ganho na análise da disparidade material, se forem cruzados com os dados de raça, percebemos que a concentração da pobreza persiste em pessoas que se autodeclararam negras. Entretanto, Carneiro (2011) aponta que essa disparidade não pode ser resolvida apenas com políticas de reparação, pois a convivência com a miséria e a violência, causam em nós (pessoas negras) processos cognitivos que sempre nos induzem a uma autodeterminação de si negativa. Mesmo que todos índices sociais apontassem o contrário, de que pessoas negras superam limites materiais de subsistência, temos dificuldades, de certa forma, em ocupar espaços até então excluídos para pessoas do nosso grupo social, como as universidades e espaços deliberativos.

Esse efeito de “superação” de negros e negras que conseguem ocupar a universidade, por exemplo, se analisadas pelas analíticas do poder, servem na prática, como mecanismo de apagamento da disparidade racial em ambientes decisórios e de alto grau de poder, pois, inviabilizam discussões necessárias acerca da produção subjetiva da branquitude, que estando sempre em posição de privilégio, reproduzem a ideia de ascensão social pelo adjetivo mérito. Esse discurso é comum (ainda) em professoras mulheres brancas sobre a questão de cotas raciais, pois, em suas análises, partem do pressuposto que a opressão de gênero se assimila com a opressão racial, de modo que se ela conseguiu vencer as barreiras de gênero, toda e qualquer outra pessoa, independente da identidade racial também pode.²¹

Para a maioria dos intelectuais estabelecidos nas ciências sociais, essa perspectiva de enunciação é um aspecto negativo, entretanto para as epistemologias transgressoras, é um fator primordial das análises sociais. Como foi argumentado durante a primeira parte desta seção, o lugar de onde olhamos o mundo influencia na forma como enxergamos determinados segmentos sociais, pois é no corpo que se materializam todas as opressões.

Desnaturalizar as opressões a qual corpos não cis, não brancos e não hegemônicas, deveria ser identificado pelos autores estabelecidos na ciência política como um presente. Autoras e autores transgressores, por meio de suas vivências e experimentações epistemológicas, convidam a *todes* a também experimentarem o exercício de

²¹Viola Davis proferiu um discurso poderoso sobre a falta de oportunidades por causa da invisibilização de pessoas negras em seu discurso na premiação do Emmy Awards, em sua 67ª edição. Parafraseando a abertura de seu discurso, inspirado em Harriet Tubman em 1800, “Na minha frente vejo um muro, atrás dele estão várias mulheres cis e brancas estendo a mão para mim, entretanto, há uma força motriz que não me deixa alcançá-las”

autodeterminação, que nada mais é do que assumir a sua posição social no mundo que representamos. Isso não significa atribuir um aspecto repressivo às identidades, mas sim, identificá-las como produto do poder, tão resiliente e proeminente como qualquer outro fenômeno social.

Antes de encaminharmos para as últimas argumentações desta seção, é de suma importância assumir algumas críticas que vêm sendo formuladas sobre a perspectiva teórica traçada até aqui, de que o espaço subjetivo de pesquisadores influenciam análises factuais. Richard Miskolci, no livro *Batalhas Morais: Política identitária na esfera pública técnico-midiatizada* (2021), argumenta (por vezes ironicamente) que essa forma técnica-midiatizada das relações nas esferas públicas substitui o lugar da ciência, espaço de investigações robustas e exaustivas, por meras quimeras subjetivas, que são acionadas por pânico morais a fim de desestabilizar o espaço crítico e democrático em detrimento de um empreendedorismo de si. Sobre essa afirmação, é destacado;

Que qualquer que seja o pânico - moral ou sexual -, ele revela um medo desproporcional em relação a um tema e promove também uma reação exagerada a ele. O pânico é disseminado por um grupo de interesse que passa a agir empreendendo uma campanha que pode adquirir características de cruzada” (Miskolci, 2021, p.,25).

Miskolci (2021), quando nos alerta sobre a polarização nos espaços midiáticos, na verdade, revela o que acontece dentro do seu próprio processo subjetivo como intelectual e homossexual. Fato esse que é comprovado por recentes discussões feitas por ativistas e intelectuais transfeministas enquadrando-o como *persona non grata*. Em notas publicadas pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), e nas redes sociais de ativistas e intelectuais, podemos perceber que o enquadramento negativo se dá pela sua recusa de reconhecimento sobre o conceito de cisgeneridade - tema esse que é dedicado em um capítulo inteiro de seu livro mais recente. O autor afirma em textos e entrevistas, que o transfeminismo e o conceito de cisgeneridade, experiência e local de fala (sic), utilizam perspectivas identitárias em verdadeiras cruzadas com o objetivo de silenciar o outro “opositor” cis.

Essa afirmação, corrobora com as análises comumente difundidas no rol das ciências sociais, de que a identificação das posições localizadas não dão conta de descrever os verdadeiros problemas sociais contemporâneos. Entretanto, a autora desta dissertação espera ter conseguido argumentar que, trazer à tona as sanções normalizadoras como uma força motriz investigativa, é um efeito argumentativo e teórico que um conjunto de autoras e

autores, sejam eles cis, trans ou negros, encontram para se posicionar frente a supremacia branca e cisgêneras que acomoda os corredores das instituições de saber-poder.

Evocar a experiência e nomear a normatividade é um produto estratégico utilizado nas epistemologias transgressoras, mas também uma analítica minuciosa de códigos coordenadores que subjetiva corpos em detrimento de um saber-poder, como também de sanções normalizadoras que assujeitam os corpos sempre a docilidade.

Bruno Latini Pfeil e Cello Latini Pfeil, no texto *A cisgeneridade como diferença: o caráter institucional da ofensa* (2023), argumentam que o conceito de cisgeneridade foi cunhado pelo transfeminismo no início do século XXI, ele é uma recusa à patologização das de travestis e transexuais. A recusa ao conceito, segundo os autores, pode ser entendida como uma “ofensa da nomeação”. Isso porque, como vimos anteriormente, o conceito de cisgeneridade é um recurso analítico que não é novo nas discussões teóricas, pois são produtos de deslocamentos subjetivos das teorias de gênero e sexualidade e das análises pós-coloniais. Isso significa que as estratégias de marcações patológicas de sexo e gênero comumente produzidas em pensamentos universalistas, são resultados de um problema social cindido, que é a dicotomia sobre normal X patológico. Não à toa, causam impactos significativos no comportamento e nas construções epistemológicas sobre problemas sociais vivenciados socialmente, seja por professores, técnicos administrativos ou estudantes.

Pfeil e Pfeil (2023), a partir de suas experiências generificadas,²² apresentam a hostilidade posta por acadêmicos estabelecidos como um problema cartesiano, que se resume em uma recusa da cisgeneridade em abandonar o que preconiza a ciência moderna eurocêntrica. Essa dualidade negativa imposta no *mainstream* de diferenciar um eu colonizador (detentor da razão e das capacidades técnicas de investigação), em detrimento do outro (objeto de pesquisa, periférico e não humano), está fadado ao fracasso, pois qualquer investigação sobre gênero e sexualidade e raça que não identifique o mais básico: a nomeação da cisgeneridade como forma de despatologização das transgeneridades tende a enviesar os resultados de pesquisas desse campo do saber.

A ofensa da nomeação, segundo Pfeil e Pfeil (2023), identifica que ainda há uma recusa da cisgeneridade em identificar saberes que foram construídos fora dos campos institucionalizados como legítimos. Essa tática de nomeação, do que seria ou não teorias e objetos possíveis de pesquisa, também excluiu por anos pesquisas de pesquisadoras e

²²De pessoas transmasculinas e militantes do movimento de travestis, transexuais e transgêneros. Para uma melhor descrição de suas atividades intelectuais procure a Revista Estudos Transviades. disponível em <https://www.revistaestudostransviades.com/>

pesquisadores negros, como por exemplo Guerreiro Ramos (1915-1982) e Virgínia Leone Bicudo (1910-2003),²³ que não tiveram suas investigações caracterizadas como problemas universais de pesquisa. Em vez disso, mais uma vez, foram atribuídas como um problema marginal da ciência, caracterizado como de pouca relevância.

Quando nomeamos a exclusão praticada pelos saberes hegemônicos na ciência política, nos deparamos com uma constrangedora recusa em atribuir valor significativo aos enunciados subjetivos dos pesquisadores. Essa tensão que se divide entre professores e estudantes, entende como experiência apenas aquilo que (eles) consideram patológico. A medida que às transgeneridades, às negritudes e descolonialidades são enquadradas como periféricas, o cânone masculinista volta à tona, num assincronismo bizarro, a fim de determinar o que é real e ficção, natural e a-natural.

Pesquisadores (sobretudo os homens brancos e heterossexuais) estabelecidos no campo masculinista do saber acadêmico, independente de conhecerem ou não o conceito de cisgeneridade, agem com tamanha hostilidade em detrimento desses saberes. Isso porque o cânone de investigação científica, como colocado anteriormente por Connell (2012a), induziu sua investigação no mundo contemporâneo sempre na intrínseca chave da diferenciação.

Sobre o conceito de cisgeneridade, a autora transfeminista Letícia Carolina Nascimento (2021) argumentar que:

(...) o conceito de cisgeneridade é capaz de estabelecer um paralelo crítico ao das transgeneridades, revelando que, apesar de todos os gêneros passarem por um processo de materialização a partir de práticas discursivas sobre o sexo, os corpos cis gozam de um privilégio capaz de colocá-los em uma condição natural, como sexo/gênero real, verdadeiro, na medida em que as transgeridades são caracterizadas como uma produção artificial e falseada da realidade cisnormativa. (...) O conceito de cisgeneridade convida as pessoas cis a se colocarem diante de um espelho para que mirem a si mesmas e percebam que seus gêneros são tão artificiais e produzidos quanto o das pessoas trans (Nascimento, 2021, p.87).

Mais uma vez, podemos concluir que a grande ferramenta dos transfeminismos e epistemologias trans consistem no que foi denominado como entrecruzamentos de opressões. Essa identificação não se dá em um movimento de fim em si mesmo, mas sim como crítica ao

²³Ao adentrarmos nos cursos de ciências sociais, percebemos que alguns autores, sobretudo negros e negras, estão empoeirados no fundo da estante de livros. Por mais que áreas como a sociologia e antropologia tenham avançado nas discussões subjetivas sobre o campo investigativo, a ciência política continua concentrando seus esforços na dura dicotomia sobre métodos qualitativos ou quantitativos. Ao passo que os dilemas dedutivos e indutivos são borrados pelo falseamento de uma estrutura rígida das capacidades estatais, as investigações desse campo continuam excluindo perspectivas que trazem para as análises institucionais à crítica ao controle de subjetividade, comumente empregados nas análises factuais e generalistas introduzidas por métodos de análise de conteúdo.

próprio campo de conhecimento. A medida em que os conceitos de entrecruzamentos de opressões confrontam o rol masculinista das ciências sociais, a recusa de aceitabilidade de análises situadas transbordam a partir da afirmação de que nossas teorias são perfumarias, marginais no estoque de conhecimento.²⁴

Portanto, as teorias transgressoras buscam analisar o olhar hegemônico das ciências sociais, e convida a *todes* a também se posicionarem frente aos seus códigos coordenadores. Identificar a frequência da hostilidade que corpos de travestis e transexuais negras/os/es enfrentam socialmente fazem parte de um deslocamento subjetivo introduzido pelas teorias de saber-poder. Fazer o mesmo com a categoria de cisgeneridade, nos evoca a refletir sobre as possibilidades de assujeitamento que corpos que gozam de inteligibilidade social heteronormativa também são submetidos. Esse exercício epistêmico, é um efeito estratégico utilizado por autores e autoras transgressores, aqueles e aquelas que não são estabelecidos no campo masculino da ciência hegemônica, mas mesmo assim, contribui epistemicamente via redes sociais e investigações científicas para o campo de estudos de gênero e sexualidade, independentemente de suas áreas de concentração.

A bagagem teórica explicitada até aqui é resultado da minha experiência enquanto travesti negra, mas de pressupostos teóricos que tive a oportunidade de me aproximar durante a graduação em ciências sociais e no mestrado em ciência política na UFSCar. Foi na convivência com professores e estudantes do campus São Carlos que eu pude ter acesso a literaturas clássicas de gênero e sexualidade.

Essa aproximação ocorreu principalmente em 2016, no ano em que foi concretizado o processo de impeachment contra o mandato da ex presidenta Dilma Rousseff. O fenômeno midiático acometido à sua imagem, tornou as correntes de gênero e sexualidade uma variante importante em alguns trabalhos acadêmicos de diagnóstico político. As aulas de diversos professores e professoras do curso, promoveram incansavelmente leituras do período histórico vigente que contemplasse a clivagem de gênero como categoria central na explicação do golpe. Apesar de uma leitura factual dos estudos de gênero, foi a partir da aproximação de intelectuais das ciências sociais, em especial da ciência política, em um contexto de crise representativa, que eu pude elaborar formulações conceituais capazes de problematizar a subjetivação de travestis e transexuais como um fenômeno social teórico e político mais amplo

²⁴Essa estigmatização é analisada in: SAFFIOTI, H. **Gênero patriarcado violência**. 2.ed. São Paulo: Editora Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

2. Crítica e transgressão disciplinar

Nas seções anteriores, argumentei que há em vigor uma crise acometida nas instituições federais de ensino superior, ocasionada por um novo paradigma epistemológico. É resultado de uma mudança estética e geracional que via políticas públicas de acesso e permanência estudantil, ocupam parte significativa do quadro das mesmas. Essa nova geração de intelectuais e pesquisadores têm um papel importante ao formularem críticas teóricas e metodológicas de fenômenos sociais complexos, principalmente os ligados à justiça social.

No campo de gênero, raça e sexualidade, as críticas são resultado de teorias e descrições de saberes locais. A partir de epistemologias consagradas no *Norte Global*, intelectuais e jovens pesquisadores propõem novas formulações conceituais sobre os problemas sociais com intuito de explicar as dinâmicas de gênero e sexualidade a partir de uma perspectiva local.

Essa empreitada é operacionada através do resgate de teorias e conceitos reconhecidos em movimentos sociais, mas inviabilizados na agenda acadêmica *mainstream* por intelectuais estabelecidos. Isso ocorre por conta de um desconhecimento (proposital) às técnicas de pesquisas interseccionais, principalmente as abordagens que nomeiam a experiência a partir da posicionalidade social de gênero, raça e classe.

A partir desse quadro, analisado na seção I, nomeamos epistemologias transgressoras como um conjunto análises sociais que tem como objetivo oxigenar o campo das ciências sociais com explicações críticas e robustas sobre processos de assujeitamentos, epistemicídios e extermínio social, temas comumente debatidos nos movimentos sociais e analisados nas ciências sociais. Essas práticas, apesar de causarem alvoroço nos tempos presentes, é produto de um deslocamento subjetivo das teorias de gênero e sexualidade, boa parte delas produzidas em grandes centros de pesquisa, mas que foram testadas e replicadas no *Sul Global* a partir de processos de globalização e colonização.

Portanto, esta dissertação tem por objetivo pesquisar teses precursoras do campo dos estudos de gênero, sexualidade e raça, principalmente as análises críticas à ideia de uma transgressão disciplinar. Essa apoteose investigativa não é algo novo, mas sim produto de um processo de crise fundante de uma disciplina maior, que é as ciências sociais.

Assim como Raewyn Connell (2012a;2012b;2016), tenho como premissa que essas lentes teóricas do *mainstream* são resultado de uma exploração empírica das dinâmicas sociais de países colonizados. Pesquisadores e intelectuais “bem posicionados,” a partir da

importação de conceitos teóricos hegemônicos, testam diversas variáveis sobre a explicação da formação social de países do *Sul Global*.

Essa tendência teórica do *Norte Global*, impactou a formação acadêmica de países periféricos possibilitando que intelectuais de diferentes filiações epistemológicas criassem uma agenda própria de pesquisa, baseada na reificação de conceitos e metodologias provenientes de grandes centros estrangeiros de pesquisas (Connell, 2012b).

No que se refere ao campo dos estudos de gênero e sexualidade, os interesses dos pesquisadores do *Sul Global* sobre o gênero são influenciados por um pensamento majoritariamente ocidental. Segundo Connell, “segue apoiando-se no mundo conceitual de Marx, Foucault, Beauvoir e Butler mesmo quando discorre sobre sexualidade na Índia, violência na África ou fábricas no México.” Esse empreendimento é produto da divisão global do trabalho científico, em que posiciona as teorias nas grandes metrópoles, enquanto a periferia global se encarrega em exportar dados empíricos difundidos em disciplinas hiper especializadas e aplicadas (Connell, 2016, p.26).

Essa divisão social do trabalho acadêmico, segundo Connell (2016), é resultado de uma dinâmica de gênero global, organizada por um pensamento hegemônico que importa conceitos de meia dúzia de autores europeus e norte-americanos em detrimento da desvalorização de conhecimentos locais. Essa crítica teórica é efeito de um deslocamento subjetivo das teorias de gênero e sexualidade, e podem ser eficientes na medida em que são “retrabalhadas” e posicionadas socialmente.

Do meu ponto de vista, isso constitui de fato um problema teórico central, e esse retrabalho precisa incluir uma crítica e uma transformação dos próprios arcabouços teóricos vindos da metrópole. Os debates sobre o pensamento descolonial e o conhecimento local [indigenous], embora raramente deem conta das questões de gênero, são vitais para análise de gênero. Precisamos pensar por meio das questões sobre a descolonização dos métodos, uma vez que elas aparecem nos estudos de gênero (Connell, 2016, p. 29).

O ponto de vista defendido por Connell (2016) propõe uma crítica dentro do campo dos estudos de gênero e sexualidade construídos em países do sul global, que segundo sua afirmação, devem se guiar a partir de uma abordagem menos estática e categórica. Com o exercício de retrabalho, as teorias de gênero podem compreender que às dinâmicas sociais tomam formas específicas, e devem ser compreendidas a partir dos contextos de colonização e globalização.

Neste sentido, as seções a seguir buscam contribuir com os estoques de conhecimentos nas ciências sociais a partir da prática transfeminista, que identifica os regimes de gênero e

sexualidade como subproduto de um projeto colonial. Além da autodeterminação de gênero e a formulação do conceito de cisgeneridade, o transfeminismo propõe crítica à violência colonial do gênero, que no contemporâneo se materializa através de um sistema econômico capitalista que visa sempre o lucro em detrimento da justiça social.

Proponho que a partir de um retrabalho epistemológico, os transfeminismos contribuem para o desenvolvimento de epistemologias transgressoras: formas de produção de conhecimento que rompem com as normas cis-heteronormativas dos essencialismos biológicos e coloniais do gênero. Esses efeitos da leitura das teorias de gênero e sexualidade, emergem de experiências outras, principalmente as que desafiam as estruturas de saber-poder a partir de uma transgressão disciplinar.

Em consonância com Connell (2016), entendo que por mais que as teorias localizadas dificilmente conseguirão abarcar uma explicação geral sobre as dinâmicas de gênero e sexualidade, os conceitos de localidade e posicionalidade social são de extrema relevância, e podem contribuir com a compreensão de fenômenos sociais em larga escala a partir de processos constitutivos. Por isso, insisto que a literatura sobre a escrevivências, elaborado pela intelectual e ativista Conceição Evaristo, corroboram com o arcabouço metodológico das ciências sociais ao possibilitar que travestis e transexuais negros/es/as utilizem a experiência e ancestralidade como produto analítico compartilhado.

Na seção 2.1, veremos que esse giro epistemológico pode problematizar a velha dicotomia entre teoria e experiência. Ao problematizar a colonialidade ao qual as dinâmicas de gênero são condicionadas, os transfeminismos empreendidos nesta dissertação propõe uma crítica insubmissa às divisões binárias acometidas nas agendas de pesquisa sobre gênero e sexualidade. Sendo assim, essa corrente do pensamento feminista contribuem para o desenvolvimento de epistemologias transgressoras ao permitir formas de produção de conhecimento que rompam com as normas sociais cis-heteronormativas e com o essencialismo biológico.

Já na seção 2.2, será discutido a centralidade das epistemologias transgressoras na produção de conhecimento das ciências sociais. Me inclino à ideia que esse movimento investigativo pode ser associado como uma chave política epistemológica ampla, que articula o corpo, a subjetividade e a experiência vivida como construção de coalizões anti normativas. Ou seja, nada de novo, pois trata-se de uma ação investigativa que é produto de uma disciplina ocidental, que ao meu ver, está aberta a ser retrabalhada e problematizada a partir de uma perspectiva localizada. Em nosso caso, a partir de processos de escrevivências.

2.1. A contribuição dos transfeminismos às epistemologias transgressoras

Entendo que para muitas interlocutoras feministas, como também para os propósitos dos estudos trans, conceituar os transfeminismos em uma ordem de fatos e acontecimentos seria a principal tarefa que uma dissertação transgressora poderia resolver. Entretanto, como pesquisadora crítica e sensível às demandas até então pouco incorporadas nas discussões acadêmicas, considero necessário, antes de tudo, demarcar o que poderiam ser as teorias transgressoras. Utilizo o verbo no infinitivo, pois, conforme entendido anteriormente, me inclino a ideia de que não há um consenso que consiga definir de fato as matrizes teóricas e conceituais presentes em uma corrente teórico-filosófica em crescente ascensão.

A transgressão, inclusive, não diz respeito apenas a teorias empreendidas por corpos trans, negros e do *Sul Global*, mas sim à uma ferramenta engendrada nas ciências aociais desde as suas primeiras formulações. Contudo, parece-me que as correntes feministas do campo endereçadas por múltiplas identidades carregam consigo o fato de explicitar definições possíveis sobre o papel político daquelas que conseguem fazer da voz, da escrita, e do corpo, força idealizadora de crítica e transformação.²⁵ Esses processos constitutivos, como veremos, estão além da escrita de textos analiticamente universais, pois fazem parte da experiência de determinados grupos sociais que às vezes conseguem descrever as opressões em seu âmago.

Os processos de enunciação transgressora consistem, portanto, num conglomerado de questões subjetivas que interferem diretamente na inteligibilidade de diversas vidas e saberes. A luta e a ideologia dos movimentos sociais de liberação sexual e equidade de gênero e raça, são centradas na emancipação total de mulheres, intelectuais, negras, refugiadas, travestis, transexuais e etc. Judith Butler, no livro *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição* (2017), caracterizou esses entrecruzamentos de pautas como uma coalizão de vidas precárias, pois, toda e qualquer emancipação depende diretamente da construção de formas possíveis de vida coletiva. Essa atualização conceitual, centrada nos processos de contingência, pode inclusive situar o que poderiam ser epistemologias transfeministas.

No Brasil, os esforços intelectuais transfeministas, muitas vezes, tendem a incorporar denúncias sobre a precarização de vidas que não correspondem aos ideais normativos impostos pela linguagem jurídica do poder. Os movimentos sociais de travestis e transexuais

²⁵Para mais informações sobre a aproximação dos transfeminismos com o campo das interpretações teóricas e metodológicos, ler; JESUS, V. **Pensamento social brasileiro e (trans)feminismos negros: contribuições de intelectuais travestis e mulheres negras na interpretação do Brasil**. PerCursos, Florianópolis, v. 25, e0107, 2024.(UFES)Vitória -ES,

organizam diversas frentes de combate em prol da descriminalização, despatologização e formulação de políticas para as identidades trans (Jesus, 2015).

Uma das práticas e atividades consiste em quantificar o número de assassinatos e violências produzidas contra esse grupo social. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), a violência direcionada à população trans no Brasil está enraizada por profundas intersecções entre identidade de gênero, raça, e contexto socioeconômico. O perfil das vítimas de assassinato é predominantemente de pessoas jovens, com 79% tendo menos de 35 anos, sendo a maioria negra, empobrecida, e que reivindica ou expressa publicamente o gênero feminino. Esse perfil sugere que pessoas trans, especialmente travestis e mulheres trans negras, são as mais vulneráveis à violência (ANTRA, 2023).

A organização da pesquisa destaca que, um fator agravante é o envolvimento frequente dessas vítimas com a prostituição, sua principal fonte de renda, que as expõe maiores riscos de vida, especialmente em espaços públicos, onde ocorre a maioria dos crimes. Travestis e mulheres trans negras têm até 32% mais chances de serem assassinadas do que homens trans e pessoas não binárias. É destacado ainda que a violência é exacerbada de forma brutal à medida que esses crimes ocorrem em locais públicos, geralmente à noite com requintes de crueldade (ANTRA, 2023).

Em dados mais aceito no ambiente acadêmico, é destacado que a violência e estigmatização de travestis e transexuais ocorrem também nas escolas. O Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC, 2021), apresenta um mapeamento sobre a escolaridade da população trans em São Paulo. Os dados indicam que, embora 51% da população entrevistada tenha concluído o ensino médio, apenas 12% alcançaram a educação superior. Ao analisar as diferenças de escolaridade entre as identidades de gênero, observa-se que homens trans 64% e pessoas não binárias 68% têm maiores índices de conclusão do ensino médio em comparação com mulheres trans 48% e travestis 39%. Os índices sugerem que, mulheres trans e travestis enfrentam maior discriminação e estigmatização nas instituições escolares, demonstrando serem mais suscetíveis a evasão.

Mesmo que a maioria das políticas de inimizades sejam encontradas com mais frequência em corpos transfeminismos, é importante salientar que também existem lógicas de saber-poder capazes de subjugar vidas de homens trans e de pessoas transmasculinas e não binárias por conta de suas transgressões de gênero. Em 2023, a ANTRA constatou que os maiores índices de assassinatos são de travestis e mulheres trans negras, entretanto, há um aumento no número de ideação e tentativas de suicídio entre homens trans e pessoas

transmasculinas negras. Foram catalogados 23 casos de suicídio, sendo 7 (30%) homens trans/transmasculinos e 16 (70%) travestis/mulheres trans.

Esses índices, construídos por pessoas técnicas em parceria com os movimentos sociais, sugerem que existem forças motrizes que buscam exterminar corpos de pessoas transexuais com táticas extrajudiciais, os ataques a essas vidas se intensificam quando diferentes marcadores se entrecruzam, tornando a vida de travestis e transexuais negras mais suscetível ao extermínio e a violência.

A intersecção entre raça e gênero, violência e educação são perspectivas herdadas do feminismo negro, suas autoras argumentaram que toda opressão deve ser compreendida estruturalmente. Segundo Oliveira (2017) e Carneiro (2023) a raça é, sem dúvidas, um determinante comum destinado a mensurar a discriminação a partir de suas intersecções. Isso significa que o contexto social de pessoas trans devem ser atreladas às heranças que importam, pois, toda e qualquer opressão se intensifica conforme os níveis de inteligibilidade jurídico cultural: é sobre a outorga ou não de possibilidades de reconhecimento social.

Diante deste cenário, a primeira coisa que podemos destacar é que as correntes transfeministas fazem parte de deslocamentos subjetivos já inseridos no rol de discussões feministas ao longo do século XX, por isso os esforços engendrados nesta dissertação, consistem em elencar variáveis atravessadas por fenômenos interseccionais a fim de inserir no campo dos estudos das transgressões novas possibilidades epistemológicas. Não pretendo propor uma leitura teleológica das primeiras obras e de sua receptividade no Brasil,²⁶ mas sim, construir um campo comum em que qualquer pessoa trans ou não trans possa recorrer para situar o que poderia ou não ser epistemologias transgressoras,²⁷ e mais, apresentar a contribuição dos transfeminismos em sua institucionalização.

Como colocado por Nascimento (2021), mais do que construir pontes entre as diferentes correntes dos feminismos contemporâneos, ser transfeminista significa delinear um pensamento social que se caracteriza pelas diferenças. Desse modo, “a criação do transfeminismo surge como a concepção de outra linha de batalha para atuar contra o sexismo

²⁶As leituras do estado da arte dos transfeminismos, ou seja, das principais publicações e recepções sobre os transfeminismos foram realizadas por Hailey Kaas, Jaqueline Gomes de Jesus e Viviane Vergueiro nos blogs do facebook sobre transfeminismo, como também em algumas publicações acadêmicas que serão citadas neste texto de forma argumentativa.

²⁷Isso significa que a pesquisadora desta dissertação, não busca delimitar a melhor receita ou o melhor caminho investigativo, até porque, como colocado anteriormente, a filosofia da humanidade se preocupou durante décadas em transcrever insistentemente a multiplicidade orgânica que toda e qualquer teoria possa suscitar, sejam elas críticas ou apenas descritivas

e a transfobia e pautar políticas específicas de reconhecimento do segmento trans” (Nascimento, 2021, p.72).

Isso significa que, para além de historiografar de forma linear os primeiros preâmbulos dos transfeminismos, talvez seja necessário, antes de tudo, explicitar os esforços de coalizão e apoio mútuo que diversas identidades sociais criam em prol de sua sobrevivência.

Os transfeminismos devem ser caracterizados como uma continuidade aos trabalhos e políticas de diversas organizações sociais, principalmente aquelas que buscam se estruturar em prol da construção de conhecimentos possíveis e políticos acerca da subjugação do feminino em detrimento da valorização do masculino. Mais do que sistematizar uma disciplina em departamentos universitários, o objetivo dos transfeminismos é criar um espaço de fortalecimento mútuo de toda e qualquer pessoa que tenha como ponto de partida análises, denúncias e intersecções sobre o extermínio de corpos trans, negros e do *Sul Global*.

Como mencionado anteriormente, os esforços transfeministas se engendram em conceber dentro dos movimentos sociais, intelectuais e jurídicos, caminhos contingentes de atuação política e na construção de conhecimentos outros, produzidos por mulheres negras, homens trans e pessoas transmasculinas, travestis, transexuais e pessoas não binárias e etc...

Nesse sentido, como transfeministas, e feministas por extensão, devemos nos apropriar da fala, da escrita, da linguagem, rachar o mundo com nossas palavras, construindo pontes de sororidade e redes de denúncia. Quanto mais lemos, ouvimos e compartilhamos nossas histórias, mais proporcionamos um cruzamento potente de vozes, que nos permite uma autoidentificação potente e rompe com o nosso silenciamento, perpassando por um reconhecimento coletivo de nossas experiências (Nascimento, 2021, p. 78).

A autoidentificação, como colocado por Nascimento (2021), pode ser definida como um processo de construção do corpo que subjetiva toda e qualquer pessoa que consiga estabelecer, por meio de intervenções endógenas e exógenas, limites e possibilidades sobre o corpo. Por isso, a construção subjetiva e corporal de pessoas trans ganham destaque devido a uma suposta transgressão disciplinar, acarretada, sem dúvidas, por modificações corporais e hormonais, mas também por processos de autodeterminação.

A autodeterminação pressupõe uma tomada de consciência capaz de transpassar a vida, consistem em transgredir processos de subalternização e subjugação, geralmente gerados por lógicas de saber-poder que autorizam ou não a determinação de gênero. Assim, como colocado por Nascimento (2021), os transfeminismos surgem como resultado de

movimento social mais amplo, compartilhado por múltiplas identidades em prol da equiparação entre gênero e biologia.

No que tange ao primeiro princípio, a equiparação entre gênero e biologia, talvez seja essa a contribuição mais incisiva ao feminismo que o transfeminismo, ligado a teoria queer e às teorias pós-estruturalistas, possa oferecer. Ela consiste na crítica à compulsoriedade de que o sexo, supostamente biológico, determina irrevogavelmente o gênero, numa perspectiva cultural (Nascimento, 2021, p. 81).

Nascimento (2021) propõe uma crítica transfeminista à equiparação entre gênero e biologia, pois essas agendas estão profundamente alinhadas com um projeto de homogeneização das identidades trans, constituindo uma força idealizadora capaz de criar explicações universalizantes as mesmas. Essas abordagens interseccionais, ancoradas metodologicamente em teorias críticas e desconstrucionistas sobre as identidades sociais, corroboram com o pós-estruturalismo ao passo que questionam a ideia de fixação nas explicações sobre fenômenos sociais generalizados. As perspectivas sobre gênero e sexualidade, muitas vezes baseadas e descritas a partir do campo biológico, que essencializa os sujeitos de forma binária, insistem em ignorar os esforços desconstrucionistas dos transfeminismos, que constroem formas metodológicas de não essencialização dos corpos.

A crítica ao essencialismo biológico, ou seja, a ideia de que o sexo determina de forma fixa e irrevogável o gênero de uma pessoa, é uma das principais contribuições que os transfeminismos, baseado em teorias pós-estruturalistas trazem para os feminismos e para a grande área das ciências sociais. A noção transfeminista sobre a compulsoriedade do gênero fundamenta-se em autoras como Judith Butler (2020), pois o gênero é caracterizado como atos performativos, construídos no interior das sociedades contemporâneas em consonância com as culturas locais. Essa visão pós-estruturalista, acompanha também Nascimento (2021), pois sugere que tanto o gênero quanto o sexo são construções sociais, e que os vínculos entre eles não são naturais nem inevitável, mas culturalmente imposto.

Assim, os transfeminismos ao criticar a noção de sexo e gênero, identificam que os sujeitos são construídos conforme regras jurídicas e por costumes culturais determinados em sociedades contemporâneas de forma dual e dicotômica. Ao romper com a dicotomia sexo-gênero, essas correntes desafiam às normas que mantêm as identidades de gênero atreladas a uma base biológica, questionando tanto a naturalização quanto a normalização das experiências de gênero.

Ao desestabilizar as categorias binárias de gênero, o pós-estruturalismo pode oferecer uma contribuição teórica incisiva as ciências sociais, ampliando assim os estoques de

conhecimento sobre fenômenos interseccionais, que operam, por exemplo, na investigação dos regimes discursivos e culturais atrelados ao gênero, raça e classe.

Entretanto, como colocado por Sayak Valencia (2022), os transfeminismos podem ser caracterizados como uma corrente feminista que está além da crítica a dissidência estética e porfamativa do gênero. Sua corrente de pensamento crítica a desconstrução de entendimentos reducionistas sobre os corpos. Entrecruzando as opressões com o capitalismo, a autora preconiza descrever todas as formas de violência que reforçam e naturalizam e essencializam os corpos a partir da fragmentação das categorias de análise sobre a violência machista e a maneira como esta é atrelada às normas jurídicas do poder, desta forma, é proposto formas de análises amplas e complexas.

Por isso, os transfeminismos se opõem às normas que regulam os corpos e identidades trans, viabilizando análises e práticas sociais anti-normativas e anti-assimilacionistas, ou seja, que não se conformam às regras impostas pelas estruturas dominantes de gênero e sexualidade: “(...) trata-se de uma rede que considera os estados de trânsito de gênero, de migração, de mestiçagem, de vulnerabilidade, de raça e de classe para articulá-los como herdeiros da memória histórica dos movimentos sociais de insurreição” (Valencia, 2022, p. 254).

A partir do entendimento de Valência (2022), os transfeminismos propõem uma leitura interseccional das violências, reconhecendo que essas afetam de maneira diferenciada os corpos feminizados e mestiços em contextos sociais diversos a partir de regimes de exploração capitalista. A autora sugere que a violência de gênero se manifesta como uma ferramenta de enriquecimento dentro do sistema neoliberal, onde a vida de certos sujeitos é desvalorizada e descartada em nome da produção de riqueza e do controle capitalista.

Assim, os transfeminismos podem mapear essas "cartografias políticas do necro-liberalismo" com o objetivo de apontar o capitalismo e suas forças de controle social como forças idealizadoras que moldam subjetividades e determinam quem tem direito à vida e a dignidade humana. Dessa forma, a corrente supracitada pode ser considerada como uma resposta política que articula lutas contra o machismo, o racismo, a transfobia e a exploração econômica, destacando as intersecções entre as opressões e propondo uma ação coletiva conjunta para enfrentá-las (Valencia, 2022, p, 254).

A partir da literatura supracitada podemos caracterizar os transfeminismos como uma coalizão contingente de vidas precárias de uma frente política dissidente e transversal, sendo

seus os esforços reconhecidos desafiar às normas de sexo e gênero e raça impostas pelos regimes colonialistas, que se perpetua no contemporaneamente pelo capitalismo.

Os objetivos dessa digressão conceitual podem ser entendidos como a localização de subjetividades coletivas que não se baseiam na lógica do capitalismo universal de consumo e opressão sexista. Através das abordagens interseccionais, os transfeminismos visam desconstruir as políticas e noções hegemônicas sobre a modernidade e o Estado-nação, seus objetivos podem ser também caracterizados como um projeto de extermínio das opressões estruturais que regulam às sociedades contemporâneas.

A contribuição dos transfeminismos aos estoques de conhecimento nas ciências sociais, pode ser entendido como um conjunto de deslocamentos subjetivos que visam promover análises localizadas sobre o corpo. Essas investigações podem situar os intelectuais estabelecidos em relação aos fenômenos sociais complexos, que são dotados de entrecruzamentos de opressões causados pelas marcações de gênero, raça e classe, estimulando assim, o campo a se oxigenar com novas ferramentas teórico-metodológico. Sua função, portanto, consiste na elaboração de leituras localizadas, complexificando as explicações universais com perspectivas sensíveis, situadas e contextualizadas.

Existem outros autores e ativistas que poderiam contribuir com esse debate, como por exemplo Paul Preciado, entretanto, por força do tempo e de uma suposta objetividade, optamos por descrever aqui a constituição conceitual com o objetivo de contribuir com os estoques de conhecimento nas ciências sociais, em especial na ciência política, área do conhecimento com maior resistência em incorporar investigações desconstrucionistas sobre a realidade social. Esse exercício possibilitou contextualizar as matrizes conceituais mais comum nas literaturas que foram identificadas anteriormente como transgressoras.

Em conversas com outras intelectuais outsiders, e em reuniões de orientação de pesquisa, pudemos perceber que existe (ainda) uma inferioridade na representação de travestis e transexuais por vários motivos, mas um, em específico, pode ser o de que nossa representação social seja atrelada a uma falta/força inerente, impossível de ser resolvida, pois causam sentimentos de outreridades, impedindo todo ou qualquer sentimento de coesão social. Esse efeito, como vimos, também é produto da colonialidade do gênero, sendo nós, pessoas trans e negras, apenas mais uma das vítimas de um processo mais amplo de estigmatização e corrompimento de mentes e corações.

2.2. A contribuição das ciências sociais a transgressão disciplinar

(...) a principal tarefa intelectual e política do cientista social - pois as duas aqui coincidem - é deixar claros os elementos da inquietação e da indiferença (...) é a exigência central que lhe fazem outros trabalhadores culturais - os cientistas físicos, os artistas, a comunidade intelectual em geral. É devido a essa tarefa e a essas exigências, creio, que as Ciências Sociais estão se transformando no denominador comum de nosso período cultural, e a imaginação sociológica na qualidade intelectual que mais necessitamos” (Charles Wright Mills, 1959, p. 20).

Poderíamos iniciar este texto argumentando que as teorias transgressoras, na verdade, são um conjunto de deslocamentos subjetivos dos feminismos contemporâneos, principalmente daqueles que priorizam fenômenos interseccionais em suas análises. É uma teoria que relaciona os entrecruzamentos de opressões em suas análises factuais a fim de não essencializar os sujeitos. O gênero, sexualidade, raça e a classe operam como descritores possíveis, pois identificam a relação de subjugação em detrimento de seus marcadores da diferença, ou como colocado por Espósito (2020), de seus códigos coordenadores.

Essa transgressão teórico-político é plural, pois acredito que não há um consenso sobre as determinações “essenciais” do movimento trans e transfeminismos. Embora exista uma historiografia sobre o campo de atuação dos movimentos sociais “identitários”, elencando seus primeiros autores e sua recepção no Brasil, optei aqui por construir explicações possíveis sobre o que entendemos por transgressão, como também na construção de um mapeamento de coalizões de grupos sociais minorizados, que podem ser definidas (provisoriamente) como um *ethos* político.

Outra definição possível consiste no exercício de mapear elementos constitutivos para pensarmos as opressões no âmago de seus entrecruzamentos. Pretendo atribuir mais de um significado a esse movimento teórico, pois sua manifestação é construída de forma interdisciplinar, fazendo com que diversos recortes apareçam enquanto clivagens determinantes, como, por exemplo, às diferenças disciplinares dos pesquisadores e ativistas que se empenham no campo dos estudos de gênero e sexualidade. Portanto, é necessário afirmar que o conjunto teórico proposto neste trabalho faz parte de uma área ampla, que é as ciências sociais.

Por ser uma pesquisadora recém-chegada ao campo, utilizo essa filiação muitas vezes de forma ponderada, pois, é notório que às primeiras décadas do século XXI trouxeram para a disciplina dilemas que talvez sejam difíceis de interpretar. No contemporâneo nós, cientistas sociais, experienciamos um clima político diferente do período da ditadura militar (1964-1988).

Em regimes de exceção, nos parece que a sociologia ficou “guardada” nos corredores das universidades, quase escondida dos cidadãos comuns, ainda que haja avanços teóricos e ativistas com esse grupo. Com a virada do milênio e o “respiro” democrático, parece-nos que surgiu a necessidade de apresentar às ferramentas sociológicas a comunidade externa, e que as mesmas, via políticas de acesso e permanência estudantil, usufruem por conta própria deste saber.

A virada do milênio, junto a aceleração tecnológica, possibilitou que a utopia aparecesse novamente como fator importante nos discursos e análises científicas sobre os fenômenos contemporâneos, em especial nas teorias de gênero e sexualidade. Essa afirmação está em consonância com os ensinamentos de Michel Foucault (1999), pois sociologicamente é interessante reconhecer que as estruturas sociais não são fixas, pois atendem a exercícios anteriores, sendo a sua predisposição marcada por conflitos de saber-poder que ora podem legitimar certas análises mais constitutivas, em outras apenas obliterar qualquer fato ou evidência das experiências sociais através de regimes de verdades.

Talvez essa dicotomia seja produto da complexificação das sociedades modernas ocidentais, que por maestria são aceleradas e contínuas, e exercem soberania analítica através de constantes repetições. O Estado enquanto ente regulador social, surge em diferentes momentos no tempo e espaço, fazendo com que a ideia de sociedade seja invadida de preocupações em torno da liberdade, fazendo com que diferentes concepções de contratos sociais fossem criadas, replicadas e criticadas ao longo da história.

Embora tenhamos vivenciado uma regulação da cidadania no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e durante o período ditatorial (1964-1988), deixamos de lado os exames minuciosos das pequenas táticas de saber-poder que operam a ação social. Podemos remontar essa remissão ilustrando como o Estado tentou controlar e subjugar diversos movimentos sociais, dentre eles a comunidade de travestis e transexuais. Por muito tempo, as análises sobre o Estado e a Democracia tentaram reprimir as diferentes nuances que compõem o social, negligenciando temas importantes que afetam diretamente a possibilidade de inteligibilidade cultural dos indivíduos, construindo assim, teorias e leituras homogêneas e distanciadas axiologicamente. Entretanto, com o respaldo democrático, as sociedades complexas usufruem de uma exceção que não se resume às táticas de ação militar, mas envolvem também um conglomerado de extermínios destinados a controlar corpos e mentes.

Vivemos em uma democracia recente, mas que aparentemente esqueceu muitas coisas do seu passado autoritário e das suas experiências de exceção. A manifestação da

materialidade humana, talvez tenha se perdido em um projeto de construção de um sujeito universal, ignorando que, a grande constelação que corresponde à condição humana se engendra a partir de seus entrecruzamentos estruturais. Estar e sentir-se no mundo nos ajuda a mensurar problemas relevantes para a disciplina, esse exercício não precisa ser resumido em uma acusação identitária, pois o que busca-se a partir de abordagens transgressoras é inspirar os comuns a também adentrarem a sociologia, como por exemplo, no exercício dialético empreendido por Charles Wright Mills, de analisar as sociedades a partir dos paradigmas históricos (estruturais) e biográficos (ação social).

O texto de Charles Wright Mills, *A Imaginação Sociológica* (1980), define o saber da sociologia como algo público, pois o autor defendia que a história caminha em movimentos de antagonismos e contradições, filiando-se, portanto, a uma filosofia da história de carácter emancipatória. Por isso, a imaginação sociológica é um conceito que age em “capacitar seu possuidor a compreender o cenário mais amplo em termos de seu significado para a vida íntima e para a carreira exterior de inúmeros indivíduos.” Trata-se de uma ferramenta para a tomada de consciência, que proporciona um acesso contínuo à razão, demonstrando os pontos de cruzamento entre biografia e história (Mills, 1980, p. 11).

A biografia resulta em algo de extrema importância pois “a formulação e a resolução das perturbações se enquadram, adequadamente, no âmbito do indivíduo como entidade biográfica e dentro do alcance imediato,” de modo que apreender esse conceito possibilita uma lição fundamental para todos os cientistas sociais, que só se pode compreender a própria experiência reconhecendo-se enquanto sujeito pertencente a determinado grupo social (Mills, 1980, p.12).

Relacionam-se com a organização de muitos desses ambientes sob a forma de instituições de uma sociedade histórica como um todo, com a maneira pelas quais os vários ambientes de pequena escala se confundem e se interpenetram para formar a estrutura mais ampla da vida social e histórica (Mills, 1959, p.9).

História e biografia são fenômenos distintos e interdependentes, evidenciam a investigação dos valores aceitos e ameaçados em determinada sociedade, o que impacta diretamente na posição pública que os cientistas sociais ocupam no mundo. Desde sempre, essa discussão suscita controvérsias entre os intelectuais, aparecendo no campo especialmente em períodos de “rupturas” estruturais. A narrativa é apreendida principalmente em países ocidentais, como exemplo dessa afirmação, é comum encontrarmos no cânone elementos que remetem a formação moderna à crise do teocentrismo, situada como quebra paradigmática do

século XV. Essa denominação é importante para nós, pois age como pano de fundo analítico das composições burocráticas das instituições sociais e políticas.

Por exemplo, se no teocentrismo, as preposições máximas (os regimes políticos) dependem do conhecimento e do domínio da igreja católica, o antropocentrismo, como movimento contrário, “cumpre” a promessa da queda dos sistemas do feudalismo e centraliza suas explicações na limitação da produção humana. O Deus onisciente e onipresente, ordenador das regras institucionais do cristianismo na época, cai em detrimento de um entendimento de que o homem (sic) cria e concebe suas próprias explicações sobre os limites da natureza e de sua consciência material.

Embebido dessas idealizações sociohistórica, Mills (1959) caracterizou a modernidade como uma complexificação generalizada, uma vez que o sistema capitalista transformou a experiência social em processos utópicos, tornando o exercício da razão uma impossibilidade constante em regimes de massas. No quadro de disciplinas dos cursos em ciências sociais, podemos encontrar *insights* que podem proporcionar caminhos para responder à afirmação de que talvez vivemos em um momento de apatia, e de que o reconhecimento de si é manifestado na constante repetição do que poderíamos ser, mas não somos.

Durante a institucionalização da disciplina, os intelectuais estabelecidos do campo se preocuparam com a identidade da disciplina, viabilizando uma melhor organização dos problemas do passado, e também se preocupando com as alocações ínfimas dos diferentes campos de atuação de cada especificidade. Talvez esse exercício tenha fragmentado a disciplina, pois colocou em oposição aqueles que defendem uma ciência objetiva e analiticamente distanciada (intelectuais mais experientes), e os demais (nova geração, jovens pesquisadores), que buscam demonstrar problemas sociais a partir de seus processos constitutivos. Parece que os intelectuais estabelecidos deixaram de lado o fato de que história e biografia são ferramentas concomitantes, cuja interdependência é central para localizar qualquer teoria, e por conseguinte, os problemas sociais.

Entretanto, talvez a incidência maior ocorra na própria dualidade dialética proposta por Mills (1980), pois em sua tese, o progresso e a liberdade só podem ser alcançados através do exercício da razão, fazendo com que as leituras representativas e generalizáveis tenham mais impacto sobre as produções hegemônicas do mundo social. Esse pensamento fez com que o autor defendesse que em democracias de massas, a competitividade ocorresse em uma alternância de poder entre as elites, sendo as massas (os comuns), incapazes quase que cognitivamente de, de fato, exercer a democracia (Mills, 1981).

Outro exemplo da indissociável relação hegeliana entre estrutura e experiência, consiste no contexto social em que o autor alemão Max Weber (1864-1920) estava inserido na Europa do século XX, marcada por guerras e mudanças sociais importantes para a consolidação das sociedades modernas. Esse clima político influenciou-o a construir modelos investigativos, tipos ideais de investigação, para que assim pudéssemos vislumbrar um ideal de nação.

Max Weber viveu em uma época de grande transformação e turbulência, nascido em 1864, ele testemunhou as mudanças drásticas que ocorreram na Europa no final do século XIX. Esse período foi marcado pela Revolução Industrial, que segundo algumas leituras, trouxe consigo uma profunda reorganização das estruturas econômicas e sociais acometidas durante a queda do imperialismo europeu.²⁸ As grandes potências industriais competiam por territórios e influência no mundo, e o contexto de expansão e exploração colonial, influenciou as reflexões do autor sobre o poder e a dominação.

A obra e vida de Max Weber influenciam as leituras e o exercício do funcionalismo público. Foi analisado como as burocracias e as estruturas administrativas se tornavam mais complexas e como a racionalidade instrumental começava a dominar a vida social, econômica e política daquele período histórico.²⁹ A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi um evento decisivo na vida de Weber, pois a guerra não só devastou a Europa, mas também desafiou os intelectuais de seu tempo a questionarem a norma vigente. Este período de crise intensificou as preocupações com o futuro da civilização ocidental. Em seus textos, foi construído uma análise da secularização do capitalismo, sendo a ética protestante, a dominação e a burocracia o que, ao longo do tempo, levaria as sociedades ocidentais ao desencantamento do mundo.

Max Weber, durante vida e obra, argumentou que o avanço da racionalidade e da burocracia resultaria em uma "jaula de ferro", onde a liberdade individual seria cada vez mais restringida por normas e regras impessoais. Esse desencantamento retiraria o mundo de seu significado mágico e religioso, e também o conduziria a um niilismo, onde a busca por sentido social se tornaria cada vez mais difícil³⁰.

²⁸Weber é o autor consagrado pelos estudos sociais como o grande fundador das ciências sociais, junto de Émile Durkheim e Karl Marx, foi construindo um denominador comum que dessa conta das grandes transformações ocorridas no mundo trabalho, na família e nas burocracias durante o século XVIII

²⁹Para mais abordagens desse período histórico, o leitor pode acessar o livro: QUINTANEIRO, T. *et al.* **Um toque de clássicos**. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2002.

³⁰ Para mais informações sobre esse aspecto Weberiano, ler o texto: WEBER, Max. **As causas sociais do declínio da cultura antiga**. In: Sociologia. (Org.) COHN, Gabriel. **Weber**. São Paulo: Ática, 2003. p. 37-58

A sociologia empreendida por essa corrente do pensamento é crítica e complexa, fazendo-nos acreditar que é através do pensamento e da construção rigorosa de um método de investigação axiológico, que poderíamos exercer formas de contar a história, demonstrando assim, um fazer ciência objetiva. A construção do Estado e seus tipos de dominação, segundo estas, é a forma mais concreta de diferenciação nas sociedades modernas, caracterizam os fenômenos por meio da ação dos indivíduos, sendo estes encarados como problemas dotados de sentido sociais (Weber, 2009).

Há também uma dimensão do pensamento de Max Weber, na qual a história é entendida como sincrônica, é caracterizada por uma postura pessimista que aponta para as consequências negativas dos processos de racionalização. Esse cenário é compreendido pelo autor como consequência da modernidade, pois a humanidade partiu de um universo habitado pelo sagrado e pela magia e passou a habitar um mundo racionalizado, material, manipulado pela técnica (ciência). Não é de se surpreender que o autor não encontrou saída para tamanha destreza, morreu angustiado em 1920, sugerindo que a expansão da razão nada mais é do que um desencantamento do mundo, ou seja, um niilismo.³¹

Em entrevista concedida a Bonnefoy, em 1966, na revista *Arts et Loisirs*, a respeito da humanidade, Michel Foucault (2011) oferece uma abordagem interdisciplinar ao analisar as artes, as ciências e a política, enfatizando a dialética e seus efeitos na sociedade, bem como a concretização de algumas redes de pensamentos que articularam grandes teses estruturais e generalizadoras sobre a sociedade. Uma das referências mais utilizadas durante a entrevista é seu livro *As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências* (2007), no qual caracteriza as ciências humanas como uma prática, e não como um saber.

Segundo Foucault (2011), o campo do saber não pode ser entendido como uma grande instituição. Ao analisar a gênese e a filosofia das ciências, o autor demonstrou como é recente o aparecimento do homem na história do ocidente, afirmando que “o homem não é, sem dúvida, nada mais que uma certa brecha na ordem das coisas, uma configuração” (Michel Foucault, 2011, p. 407).

Portanto, os seres humanos podem ser entendidos como uma invenção recente, fazendo parte de uma mudança interior das culturas ocidentais, que se estabelecem no século XVII até o XIX, legitimando-se a partir de vários saberes, como a linguística, filologia, história, política e biologia. A modernidade é caracterizada nessa representação como uma dualidade, sendo o “cuidado” apreendido por este conhecimento apenas com o objetivo de

³¹ Ibidem., (2002).

conhecê-lo cientificamente, essencializado em cada momento oportuno como objeto de saber, sem possibilidades de transformação.

Parece-me que o pensamento não dialético que se constitui agora não põe em jogo a natureza ou a existência, mas isso que é o saber. Seu objeto próprio será o saber, de tal modo que esse pensamento esteja em posição segunda em relação ao conjunto, à rede geral dos nossos conhecimentos. Ele terá que se interrogar sobre a relação que pode haver, por um lado, entre os diferentes domínios do saber e, por outro lado, entre saber e não-saber. Não se trata de uma empresa enciclopédica. Primeiramente, a Enciclopédica. (Foucault, 2011, p. 405).

Com o legado da modernidade contemporânea, Foucault (2011) vê a necessidade de se compreender positivamente a relação entre saber e não saber, pois “um suprime o outro”, apoiando-se um no outro, e só podem ser desvendados se analisados juntos. Por isso, remontar os contextos em que as ciências sociais vigoram pode nos ajudar na defesa do campo, pois sua complexidade se dá em detrimento de um saber-poder que pode ou não se desvelar profícuo nas análises sociais, como também pode gerar racismo científico, dividindo a sociedade em desenvolvimento e subdesenvolvimento³².

Se as ciências sociais dizem respeito a uma prática, caracterizar contextualmente seus analistas é, na verdade, uma clivagem preliminar de toda e qualquer teoria que se diz representar o social. Inclusive, demarcar as clivagens e as possíveis traduções e representações da teoria social, na verdade, fazem parte de um exercício já apreendido por teorias transgressoras.

Negar a experiências de seus interlocutores, segundo Foucault (2011), pode gerar uma crise de austeridade, que deve ser entendida como uma quebra da dialética moral, fazendo com que os sujeitos despossuídos materialmente rompam com a ordem vigente de um saber padronizador de corpos e mentes. As teorias transgressoras, portanto, podem utilizar as ferramentas das ciências sociais como uma possibilidade de confrontar os paradigmas colocados pela modernidade. Em contrapartida, podem também desconstruir a hipótese de que toda teoria tem por objetivo instituir um campo, seja através de sua defesa ou em prol de sua transgressão. Os esforços analíticos, portanto, não devem ser resumidos apenas em descrever os processos de subjetivação negativa, mas sim, em demonstrar as nuances até então desconhecidas ou pouco analisadas enquanto particularidades fundantes das dinâmicas sociais.

Essas abordagens não são novas nas ciências sociais, entretanto, por mais que disciplinas como a antropologia já tenham oxigenado o campo com investigações localizadas,

³² Os leitores podem encontrar um aprofundamento dessa característica em SOUZA, Jessé. **Max Weber e o “Racismo Científico” da sociologia moderna**. Ideias, Campinas, SP, v. 5, n. 1, p. 31–62, 2015.

e que autores como Charles Wright Mills (1916-1962), em nossa leitura, oferecem ferramentas investigativas para analisar os processos biográficos e históricos a partir da dialética negativa, parece haver uma tendência nas análises de alguns intelectuais estabelecidos em estabelecer um controle da subjetividade dos pesquisadores, um exercício oposto das apreensões transgressoras contidas neste texto.

Por isso, enfatizamos que às teorias transgressoras podem aproveitar do campo das ciências sociais a rigurosidade e complexidade das análises sociais, como por exemplo sobre o capitalismo, mas também, incorporar em suas investigações os contextos localizados pelos quais toda e qualquer disciplina passa para se legitimar.

Temos como hipótese que esse desgaste conceitual, de certa forma, tem causado uma grande crise no campo, pois ainda existem intelectuais que ignoram a força motriz que a experiência traz na interpretação dos textos e das análises sociais. Portanto, incorporar correntes críticas ao quadro teórico possibilita não só um reconhecimento de autores até então ausentes da produção de conhecimento, mas também, tem por objetivo oxigenar o campo com novas práticas sociológicas, contribuindo, assim, com a continuidade da construção de análises complexas, localizadas e interseccionais.

A epígrafe que guia esta seção, de Charles Wright Mills (1959), destaca o papel fundamental dos cientistas sociais, tanto no campo intelectual quanto no político, ao evidenciar e esclarecer elementos que causam inquietação e indiferença. Essas duas áreas coincidem, pois, o trabalho do cientista social tem implicações diretas no entendimento e na transformação do mundo social. O autor argumenta que os atores desse campo têm uma responsabilidade diante de outros trabalhadores culturais, como cientistas naturais, artistas e intelectuais, de ajudar a interpretar e esclarecer as questões sociais do presente com análises robustas e complexas. Essa tarefa de trazer à tona preocupações e problemas invisibilizados torna a disciplina essencial para os novos atores que adentram o campo sociológico. O conceito de imaginação sociológica é central aqui, pois representa a capacidade de conectar experiências pessoais com estruturas sociais mais amplas, sendo para Mills (1959), uma qualidade intelectual de que a sociedade necessita.

A imaginação sociológica permite que indivíduos compreendam suas biografias pessoais em relação aos contextos históricos e sociais em que estão inseridos, o que possibilita uma leitura crítica e transformadora da realidade. As teorias transgressoras, nesse sentido, a partir dos quadros estabelecidos das ciências sociais, podem incorporar em suas análises tanto elementos que remontam a subjetivação negativa de travestis e transexuais,

como também elementos compartilhados dentro dos limites da nossa condição humana, que é endereçada por oportunidades e constrangimentos. Entretanto, como colocado por Michel Foucault (2011), às ciências humanas não precisam ser entendidas como uma instituição, mas sim, como uma prática que consiste em remontar o social a partir da sua relação de saber-poder, sempre permeada por conflitos negativos e produtivos, sendo sua “natureza” heterogênea e descentralizada.

Autoras como Lélia Gonzalez (1935-1994) e Kimberlé Crenshaw (65 anos) contribuem com essas percepções descentralizadas, pois sistematizaram metodologias para que as diversas clivagens do social fossem reconhecidas como graus de opressão. Conforme temos mais de um marcador da diferença, estruturalmente enfrentamos subjetivações diversas em detrimento de nossa performance social, podendo nos auxiliar na compreensão de fenômenos mais amplos e interseccionais.

As teorias supracitadas podem auxiliar, inclusive, no entendimento sobre a estrutura subjetiva de travestis e mulheres trans, demonstrando que a possibilidade de autodeterminação de gênero não ocorre de forma homogênea, mas sim na possibilidade de passar ou não, significando que a autodeterminação é eficiente à medida em que os corpos conseguem ou não gozar de inteligibilidade cultural e jurídica, e portanto, serem entendidos ou não como produto cultural e social. Somente a partir deste reconhecimento é que podemos ou não ser entendidas como intelectuais/pesquisadoras, ou simplesmente como marginais e/ou prostitutas.

Letícia Lanz (2014), em sua dissertação de mestrado, aborda o fenômeno da passabilidade como uma questão de classe e raça. A medida que pessoas trans acessam meios materiais concretos, elas se institucionalizam via saberes médicos e jurídicos como uma forma de acessar procedimentos corporais para enfim serem reconhecidas socialmente. Esse fenômeno se dá em detrimento do afrouxamento das regras sociais, verificando-se os sujeitos conseguem ou não passar pelo outro gênero, no caso de travestis e mulheres trans, se vivenciam ao máximo a subjetivação feminina. O fenômeno também ocorre via o entendimento do que é ou não é ser humano, sendo a medicina, como colocado anteriormente por Foucault (1999), a responsável por essa inscrição.

A passabilidade não é uma abordagem que se endereça apenas à subjetivação transfeminina, mas sim ao emaranhado complexo das experiências das identidades trans. Essa noção é intensificada conforme outros marcadores sociais aparecem nas análises sociais. João W. Nery e Leonardo Meinberg Maranhão, no texto *Deslocamentos Subjetivos das*

transmasculinidades contemporâneas (2017) discutem essa questão a partir da subjetivação de pessoas transmasculinas. Em seu trabalho, foram analisados depoimentos de homens trans e boyceatas³³ em diversas comunidades criadas em redes sociais (Facebook). Os relatos encontrados nesses grupos virtuais, segundo os autores, possibilitaram identificar que o processo de autodeterminação se intensifica conforme as pessoas acessam ou não meios materiais para efetivar a transição de gênero. Isso significa que o processo de mudança de gênero é “mais tranquilo” para homens trans, brancos e de classe média, que têm acesso a procedimentos médicos eficientes, inferindo assim, suas identidades em padrões patologicamente aceitos.

Entretanto, a partir de uma abordagem transgressora, a autodeterminação está muito próxima da forma como as pessoas (no geral) se identificam no e com o mundo, sendo entrelaçados por fatos e por idealizações de representações “utópicas” que podem ser encontradas desde as teorias dos contratos sociais, até a formulações mais recentes do que é ou poderia ser o humano e por conseguinte as sociedades. Uma análise crítica das literaturas, poderiam, inclusive, vislumbrar explicações sobre a autonomia dos corpos através das representações estéticas, afetivas e sexuais.

Por isso, a autodeterminação de gênero abarca não apenas os anseios em relação à conformidade de gênero, mas também os processos subjetivos que evidenciam se os sujeitos podem ou não se relacionar com o outro (o mundo) a partir da sua autoidentificação. João Nery e Leonardo Maranhão (2017) identificaram essa questão à medida em que os relatos das pessoas transmasculinas apontaram para intervenções exógenas (hormonais e cirúrgicas), ao mesmo tempo em que estruturaram suas relações coletivas em função do gênero escolhido para sua representação social. Por isso, a conformação social se dá no reconhecimento do outro ao gênero autodeterminado, essa relação consiste em uma aproximação do entendimento de si com as idealizações da fantasia, corroborando na construção de uma experiência de sujeitos éticos com o entendimento mais amplo sobre si.

Esse contexto se estende, pois travestis e transexuais não vivenciam a autodeterminação de forma homogênea, pois a sociedade é construída em prol da classificação e cooperação de saberes. Aprendemos com Foucault (1999) que a sexualidade humana é um regime de saber-poder institucionalizado no cristianismo do século XVII, posteriormente cooptado pelos saberes psi com o objetivo de controlar corpos. Judith Butler

³³ Identidades coletivas de pessoas transmasculinas e não binárias.

(2020) dá continuidade à questão na medida em que identifica que o gênero opera através da performance social.

A subjetivação deve ser compreendida como um efeito do poder, que se materializa de formas repressivas e produtivas intensificadas nas interações humanas. O drama de travestis e transexuais, ocorre quando não se alcança a inteligibilidade cultural, principalmente pelo confronto com elementos constitutivos de raça e classe. Caracterizamos esse fenômeno como uma subjetivação negativa, uma vez que são colocados empecilhos ao reconhecimento social à medida em que somos marcados pelo outro como diferentes, ou seja, em um par negativo do que deveria ou não ser um ser.

O drama dessa existência também reside na falta de reconhecimento institucional. Embora nos últimos anos tenha ocorrido um aumento significativo na inteligibilidade jurídica e na viabilização de políticas públicas que buscam possibilitar a autodeterminação de gênero, ainda carecemos de reconhecimento naquilo que é definido como ser humano. As sanções regulatórias de gênero, portanto, operam não apenas através da linguagem institucional, mas também em sua atuação moral sobre os indivíduos. Travestis e transexuais são comumente marginalizadas no mundo institucional por conta de sua subjetivação negativa de gênero, ou seja, atreladas a preceitos patológicos. Contudo, conforme avança os movimentos transfeministas, percebemos que essa subjetivação ocorre também nas escolas, pois muitas são evadidas compulsoriamente do sistema (Oliveira, 2017); como também nos presídios, onde políticas de inimizade foram atribuídas à representação da comunidade pelo menos desde a década de 70 (Cavalcant, Barbosa e Bicalho, 2018).

Pessoas trans brancas, de classe média e escolarizadas, usufruem de uma subjetivação positiva em detrimento daquelas que não gozam do privilégio da branquitude. Independentemente do grau de conformação ao gênero atribuído no nascimento, os recortes de raça e classe geralmente demonstram *insights* à medida que identificamos que pessoas negras e pobres recebem menos reconhecimento social do que as brancas. Como vimos anteriormente, o efeito dessa discrepância aparece nos dados da ANTRA, demonstrando que travestis e mulheres trans negras são as mais assassinadas em território nacional (ANTRA, 2023).

Isso significa que, o gênero e a raça não são um efeito homogêneo das relações de saber-poder, mas sim um fator complexo e estruturante à medida em que possibilita ou não a inteligibilidade institucional.

A partir dessa digressão conceitual, insistimos que o campo das ciências sociais

podem ser definidas como uma prática investigativa centrada tanto em processos biográficos quanto em sua estrutura social e histórica mais complexas, como colocado por Mills (1959), podemos concluir que o “artesanato intelectual” elaborado nestas páginas dizem respeito a uma concepção não hegemônica do fazer científico.

Ora, como podem intelectuais/pesquisadoras travestis e transexuais, negros e negras e pobres, refugiados e indígenas insistirem com tanta veemência na impossibilidade de realizar pesquisas sobre fenômenos interseccionais sem se autodeterminarem enquanto produtos endógenos? Por que tanta resistência em manter a rigidez na construção de argumentos neutros e distanciados na ciência?

Em discussões sobre gênero e sexualidade, principalmente em pesquisas realizadas por pessoas trans, o tema da epistemologia centraliza questões fundamentais sobre a constituição analítica das produções científicas, revelando que a lógica normativa sobre o social, muitas vezes podem repelir discussões outras, agora não mais do âmbito daquelas já referidas por mulheres cisgênero brancas, como no caso de Heleieth Saffiott (2015), que demonstrou o olhar masculinista no campo científico.

A novidade se popularizou no debate acerca do lugar de fala (Ribeiro, 2017), ou seja, no resgate de uma forma do fazer científico que investiga os conflitos sociais de forma interseccional. Esse conceito surgiu no campo das ciências sociais e das teorias dos estudos culturais, sobretudo nas produções de feministas negras estadunidenses, como uma abordagem que enfatiza a importância da posição social e das experiências vividas por um indivíduo, ou grupo social ao se expressar e participar de debates acadêmicos e movimentos sociais.

A contribuição que essas abordagens podem oferecer para o campo das ciências sociais não consistem em abandonar por completo as análises factuais representativas, mas sim, em filiar-se às correntes pós-estruturalistas do pensamento social, demonstrando os desdobramentos do conceito de estrutura social através de seus dilemas localizados. Essa visão, como veremos adiante, busca demonstrar como as escrevivências também pode desvelar sentidos sociais profícuos a serem analisados e materializados como “teorias da produção cultural”, especialmente, na ciência política, área do conhecimento que demonstra maior resistência em incorporar em seus quadros disciplinares análises constitutivas sobre os fenômenos sociais.

Nos parece haver um esforço recente nas universidades brasileiras, principalmente na produção de pesquisadoras e pesquisadores que se identificam pertencentes a grupos

minoritários, em formular o conceito de *escrevivências* como uma possibilidade de exercer um ativismo acadêmico. De maneira geral, essa empreitada pode ser entendida como um esforço de expressar a escrita de si a partir de experiências localizadas. Isso significa que, se me exponho no texto em primeira pessoa ou se simplesmente faço adesão às conveniências da escrita acadêmica, a partir desta abordagem pouco importa.

Conceição Evaristo (2020), propositora do conceito de *escrevivências*, nos alerta em relação ao problema estilístico que essa análise pode suscitar, dizendo que:

(...) parece-me que o conceito de autoficção, de escrita de si, de narrativas do eu, e até de ego-história, quando um historiador resolve, por meio do aparato da ciência que ele conhece, narrar a sua vida, como sujeito histórico, como sujeito da história de seu tempo, o conceito de *Escrevivência* pode ser pensado por parâmetros diferentes dos colocados para pensar as categorias citadas anteriormente. Entretanto, quando falo de ego-história, a historiadora Beatriz Nascimento, no filme “Ôri” (1989), constrói uma ego-história que não se esgota na vida dela como historiada. É uma ego-história cuja narração fílmica está amalgamada à história de uma coletividade. Como pensar a *Escrevivência* em sua autonomia e em sua relação com os modelos de escrita do eu, autoficção, escrita memorialística.... Ouso crer e propor que, apesar de semelhanças com os tipos de escrita citadas, a *Escrevivência* extrapola os campos de uma escrita que não gira em torno de um sujeito individualizado. Creio mesmo que o lugar nascedouro da *Escrevivência* já demande outra leitura. *Escrevivência* surge de uma prática literária cuja autoria é negra, feminina e pobre. Em que o agente, o sujeito da ação, assume o seu fazer, o seu pensamento, a sua reflexão, não somente como um exercício isolado, mas atravessado por grupos, por uma coletividade (Evaristo, 2020; p. 40).

Evaristo (2020) apresenta o conceito de *escrevivências* como uma abordagem que pode trazer novas perspectivas para as ciências sociais, pois, em sua capacidade de apreensão, explora relações consagradas no campo científico, como as mencionadas perspectivas de auto ficção, escrita de si e ego-história. Entretanto, Evaristo (2020) enfatiza a importância de compreender a escrita de si de uma maneira que vá além do indivíduo isolado, insistindo que o conceito de *escrevivências* emergem no mundo contemporâneo de uma maneira conjuntural, ou seja, está para além de aspirações teóricas e analíticas individuais.

Sendo assim, adequar a *escrevivências* aos preâmbulos de nossa argumentação, deve ser entendido aqui como a procura de um estilo de escrita e investigação científica que se expressa a partir da prática coletiva de autores negros, femininos e periféricos e por conseguinte, de travestis e transexuais, considerados em nossa argumentação como transgressores, de modo que a atualização conceitual sobre o conceito sempre se faz necessária e pode ser elaboradas através de elementos compartilhados sobre a experiência social de grupos minorizados.

Quando exponho a experiência de travestis e transexuais negras/os/es, faço o esforço de focar a visão na história vivida que acontece em mim, mas que não necessariamente

começa ou termina comigo. Talvez possa ser o exercício constante de exercer (coletivamente) o ampliado do conceito de humanidade e ancestralidade. Podem ser entendidos também como uma constante busca de autodeterminação, composta pela experiência de múltiplas identidades sociais, em especial a de negros e negras. Tenho como premissa que essa contingência possa romper com os grilhões que assolam a experiência de alguns indivíduos subalternizados.

Estudantes de diferentes universidades do mundo, ativistas sociais e o movimento transfeminista vêm, por meio da inserção em espaços até então proibidos, problematizar a escrita acadêmica a partir dos parâmetros vivenciados no cotidiano e que, provisoriamente, serão denominados como processos de escrevivências. A escolha desse movimento teórico é importante para nós porque exerce fuga aos modelos autocentrados de algumas explicações do mundo, como também nos ajuda argumentar que trazer a experiência em análises transgressoras não diz respeito ao empreendedorismo de si. Isso porque;

(...) a Escrevivência não é uma escrita narcísica, pois não é uma escrita de si, que se limita a uma história de um eu sozinho, que se perde na solidão de Narciso. A Escrevivência é uma escrita que não se contempla nas águas de Narciso, pois o espelho de Narciso não reflete o nosso rosto. E nem ouvimos o eco de nossa fala, pois Narciso é surdo às nossas vozes. O nosso espelho é o de Oxum e o de Iemanjá. Nos apropriamos dos abebés das narrativas míticas africanas para construirmos os nossos aparatos teóricos para uma compreensão mais profunda de nossos textos. A Escrevivência e seus subtextos ali, quando lançamos nossos olhares para os espelhos que Oxum e Iemanjá nos oferecem é que alcançamos os sentidos de nossas escritas. No abebé de Oxum, nós descobrimos belas, e contemplamos a nossa própria potência. Encontramos o nosso rosto individual, a nossa subjetividade que as culturas colonizadoras tentaram mutilar, mas ainda conseguimos tocar o nosso próprio rosto. E quando recuperamos a nossa individualidade pelo abebé de Oxum, outro nos é oferecido, o de Iemanjá, para que possamos ver as outras imagens para além de nosso rosto individual. Certeza, ganhamos que não somos pessoas sozinhas. Vimos rostos próximos e distantes que são os nossos. O abebé de Iemanjá nos revela a nossa potência coletiva, nos conscientiza de que somos capazes de escrever a nossa história de muitas vozes. E que a nossa imagem, o nosso corpo, é potência para acolher os nossos outros corpos” (Evaristo, 2020; p. 38-39).

A escrevivências, portanto, é uma ferramenta de escrita que transcende o narcisismo, pois vai além de uma narrativa centrada em um eu individual e do espelho que reflete apenas uma imagem isolada, portanto, exotérica e distanciada dos processos sociais mais amplos. Por isso, ao pensar na subjetivação de travestis e transexuais negras/os/es, inevitavelmente uso o conceito de escrevivências como uma metodologia local e situada, entendendo que para descrever os processos que se referem à estruturação de inteligibilidade imposta pela matriz heterossexual, é necessário acessar tanto a minha experiência individual de travesti negra, como também a de outras pessoas desse grupo social que vieram antes e através de mim.

Para dar sentido à essa afirmação, de que a experiência social não se resume em processos individuais, podemos recorrer a histórias de travestis e transexuais narradas por Renata Carvalho em seu espetáculo teatral *Manifesto transpofágico* (2021). Através do exercício de memória e oralidade, a trama busca descrever uma realidade travesti que está em constante transgressão. Durante todo o espetáculo, a narrativa construída sobre os corpos de travestis e transexuais é cuidadosamente apresentada não como um fim em si mesmo, mas sim como um exercício de memória compartilhada, que se manifesta na imaginação de pessoas cis sobre as trans. A autora faz um esforço de remontar um tempo em que o Estado brasileiro junto aos saberes psi, moldaram a subjetivação das mesmas a partir de uma subjetivação negativa, recorrendo a estereótipos e táticas que visavam à nossa revelia.

Os noventa minutos de espetáculo, evidenciam a realidade social vivida por travestis e transexuais no Brasil das décadas de 1970, 1980 e 1990, a fim de desvelar a violência e o genocídio que o grupo sofreu a partir de processos de enrijecimento moral. Como todo manifesto teatral, a construção imagética se dá a partir de artifícios substanciais que, ora podem causar desconforto, ora promovem afetividades e reconhecimento.

Carvalho (2021), a partir de recursos imagéticos e de atos performativos, propõe em sua narrativa formas de contar as histórias de travestis e transexuais que fogem da essencialização de um sujeito universal. De forma lúdica, a autora sugere à plateia que a subjetivação negativa atrelada a corpos trans, na verdade, são produtos disruptivos que acometem o Estado brasileiro de formas multifacetadas. E mais, entende que às políticas de inimizades inseridas contra essa população durante períodos de exceção se intensificam quando os códigos coordenadores subjetivos se entrecruzam, ou seja, é identificado durante a peça como o recorte de raça preconiza um agravamento nas táticas de opressão.

Por fim, as formulações contidas aqui sobre história, biografia, experiências e escrevivências, podem ser interpretadas como abordagens mais amplas do que são, ou do que poderiam ser epistemológicas transgressoras. O texto que se seguiu pode ser analisado por intelectuais e pesquisadores das ciências sociais, em especial da ciência política, como mais um esforço da criação de modelos teórico-metodológicos de investigação social. Sua relevância ou eficiência podem estar na criação de estados de saber que pensam a produção de conhecimento construído por pessoas trans, negras, indígenas e etc como uma prática transgressora, que em seu âmago argumentativo, reconhecem o eu de maneira menos individualizada e mais compartilhada.

Isso significa que os processos de subjetivação de pessoas trans, não começam e nem terminam nos limites individuais da experiência social, pois suas definições devem, em um mundo ideal, escapar das caixinhas taxativas construídas pelo senso comum, que tem como intuito inviabilizar abordagens mais complexas e menos universalizantes das ciências sociais. Nesse sentido, vale-nos lembrar as definições construídas por Jota Mombaça (2015), que identifica a teoria social via metodologias indisciplinadas, que são conferidas no âmago da existência e na fuga da normalização colonial do gênero.

Sendo assim, as estruturas sociais cisheteronormativas e colonialistas do gênero, que desafiam as noções de liberdade a partir da restrição do que é ou poderia ser um ser, podem ser convertidas em objetos de análises sociais contextualizadas e situadas. As delimitações da experiência social dos pesquisadores, neste sentido, podem ser entendidas, às vezes, como esforços de enunciações que convertem realidades estanques e generalizáveis em um movimento de fuga de qualquer exercício de normalização de corpos e saberes. Isso não significa que as epistemologias transgressoras substituam ou inviabilizam análises sociais consagradas no campo das ciências sociais, mas sim, de que devemos, talvez, pensar na leitura estrutural do social apenas como ponto de partida, cujas respostas investigativas tenham um status de leitura parcial.

Nas décadas de 1980, como foi demonstrado na primeira seção desta argumentação, a polícia, junto ao Estado, outorgava políticas de inimizades contra travestis e transexuais, entretanto, isso não isenta aquelas que por sobrevivência estavam diretamente ligadas à cafetinagem, ou seja, à prática ilegal de lucro material a partir de trabalhos sexuais de terceiras. Trazer à tona a imagem de travestis e transexuais, principalmente daquelas que vivenciaram o período da ditadura militar e redemocratização, não significa, de forma alguma, estereotipar a imagem de nossos ancestrais ligados à dor e à vadiagem. Muito pelo contrário: a prática de escrevivências propõe contar histórias que não terminam em si mesmas, é o exercício de desvelar os sentidos sociais que até então eram silenciados ou inviabilizados nos espaços institucionais.

Mais do que um exercício de escrita, escrevivências é um ato de fala. Audre Lorde no livro *Irmã outsider* (2019) traz uma reflexão incessante sobre a “transformação do silêncio em linguagem de ação”. Dessa forma, resgatar a representação social da história e da experiência de travestis e transexuais, é uma tentativa de romper com um silêncio que pode acabar nos engasgando. É afirmar ao mundo que, mesmo com toda a violência exercida contra nós,

resistiremos e transformaremos a raiva e o ódio em linguagem de ação, pressuposto este que que inclusive vigorará nos quadros disciplinares das ciências sociais (Lorde, p. 52).

Pensar a subjetivação de travestis e transexuais em um exercício acadêmico, pode ser resumido, às vezes, em exercícios de táticas de saber-poder que tanto podem desvelar nas escrituras nuances de seus surgimentos, quanto escurecer algo maior, que é a inserção desses corpos nas instituições públicas, sendo a universidade e os programas de pós-graduação apenas uma parcela delas. É um deslocamento subjetivo já amarrado nas epistemologias transgressoras, que possibilitam construir arcabouços teóricos e analíticos cujo principal objetivo seja romper com a destreza dos essencialismo em volta de nossas identidades coletivas.

Esse exercício, como vimos, ajuda a contextualizar o aumento de pesquisas de gênero e sexualidade feitas por pessoas trans e negras, mas o mais importante, também possibilita a qualquer pesquisador da grande área das ciências sociais a também suplantar em seus textos os pontos de partida que todo e qualquer projeto científico pode incorporar, que é dar significância e complexidade as narrativas localizadas sobre si e os outros. É identificar uma materialidade maior na experiência, ou seja, nas escrevivências.

3. Cultura do cancelamento no campo ético e moral dos estudos de gênero e sexualidade

Durante todo o processo de escrita deste trabalho de dissertação, um sentimento me acometeu durante o percurso. Isso porque, a minha pergunta motriz, que é sobre a possibilidade de existir epistemológicas transgressoras, é produto de um clima de polarização política que está instaurada nas sociedades contemporâneas ocidentais e que vigora de maneira interessante nos ambientes institucionais acadêmicos, principalmente no campo dos estudos de gênero, raça e sexualidade, que por sua vez, tensionam o debate sobre justiça social e inclusão institucional de corpos outros.

A pergunta motriz, na verdade, tem como objetivo descrever uma mudança epistêmica importante ocasionada no debate acadêmico e público nos últimos anos. De alguma forma, as políticas de inclusão e equiparação de desigualdades sociais, possibilitou um ambiente propício para críticas ao modelo hegemônico institucional, como por exemplo: a do mérito como regra comum de ascensão social; a composição estética dos cargos públicos e; dos proponentes teóricos e epistemológicos utilizados em explicações mais estanques sobre os fenômenos sociais.

No contemporâneo, atores sociais até então excluídos dos espaços de saber-poder, reivindicam políticas públicas de inclusão e reparação histórica. A máxima de suas reivindicações não se limita a uma representação puramente descritiva de corpos outros, mas sim, sobre a necessidade de uma reformulação metateórica que dê conta de falar de si e dos outros sem borrar ou inviabilizar subjetividades. Essas pautas causam em intelectuais estabelecidos certo ressentimento devido a dupla crítica que a integração de corpos outros incorporam: que é a da possibilidade de transgressão disciplinar, bem como uma certa resistência a modelos explicativos centralizados em pressupostos universais. Como comentado anteriormente, um fenômeno que não é novo dentro dos estudos de gênero e sexualidade, mas que atualmente, parece estar desgastando o campo em uma cruzada ética e moral.

As investigações científicas sobre a formação social do Brasil, durante muitas décadas, permaneceram como discussões exclusivas dos grandes institutos de pesquisas. Intelectuais de diferentes ideologias e abordagens metodológicas o compunham, como por exemplo: Nina Rodrigues (1862-1906) e sua teoria eugenista sobre a evolução social; Gilberto Freyre (1900-1987) e suas teses sobre a democracia racial; Guerreiro Ramos (1915-1982) e Abdias Nascimento (1914-2011), que tiveram um desempenho importante na consolidação de uma elite intelectual propriamente negra no Brasil já nas décadas 60 e 70.

Todos esses intelectuais estavam diretamente ligados a controvérsias valorativas sobre os seus campos de atuação. O que diferencia-os de intelectuais de nosso tempo, é uma nova ecologia comunicacional, que possibilitou que o repertório epistemológico se tornasse algo mais próximo dos cidadãos comuns, fazendo com que temas sensíveis sobre a formação social deixassem de ser assunto exclusivo dos intelectuais. Agora, em diferentes páginas online, conceitos até então cristalizados pelo repertório acadêmico estão sendo bombardeados nas redes sociais, mídias televisivas, fenômeno que molda parte da opinião pública.

Essa nova ecologia comunicacional, possibilita que atores de diferentes espectros sociais e nível de formação superior interfira diretamente nas discussões sobre desigualdade racial e gênero, democracia, políticas públicas e até mesmo em áreas científicas mais duras, como os casos de perpetuação de *fake news* sobre vacinas durante o período de pandemia do covid 19.

Durante as seções anteriores, argumentei que esse fenômeno social também está ligado a uma nova composição das instituições de ensino superior, que a partir de políticas públicas importantes, possibilitou uma mudança geracional e estética que impulsionam um novo paradigma epistemológico. Nas ciências sociais, por exemplo, a cisão ocorre a partir dos conceitos de lugar de fala, cisgeneridade e branquitude, temas que possibilitaram uma crítica profunda às explicações supostamente neutras e universais sobre justiça social.

Me inclino à ideia de que esse movimento paradigmático têm como resultado prático uma certa desconfiança das instituições públicas, fazendo com que atores políticos e sociais se posicionem de maneira binária em relação à inclusão ou não de novas perspectivas explicativas sobre os fenômenos sociais. Esse cenário, como veremos, explica o surgimento de uma nova direita ou fim de uma direita envergonhada, que a partir de uma disputa ética e moral desestabilizam o debate público sobre democracia e justiça social.

As instituições públicas de ensino superior, a partir desse novo cenário de composição social, tem como missão equalizar as pressões da interpelação de duas gerações importantes: intelectuais outsiders, nascidos em períodos democráticos e principais críticos sobre os sistemas de opressão; e também a de intelectuais estabelecidos, muitos nascidos em períodos de exceção democrática e supostamente progressistas, ressentidos por serem questionados por uma geração mais nova sobre a suas posições sociais.

Inevitavelmente, todos, de um lado e do outro, a partir de ações deliberadas ou não, polarizam o campo de estudos de gênero e sexualidade a partir de controvérsias éticas e morais. Resultado de um empreendimento moral que se materializa na disputa de narrativas.

Isso porque, os personagens evocam a retórica como instrumento de comprovação científica, o que dificulta o dissenso acadêmico a partir de uma divergência na leitura sobre o conceito de lugar de fala, comumente utilizados em análises interseccionais. Essa oposição valorativa, é produto de uma polarização maior orquestrada por atores institucionais ultraconservadores, que mediatizam as divergências teóricas a fim de atacar o campo ético dos estudos de gênero e sexualidade, mas sobretudo a democracia e as instituições públicas com pânicos morais.

Pânicos morais, um conceito desenvolvido por Stanley Cohen (2011) na década de 70, oferece uma chave interpretativa para compreender tais fenômenos. Segundo o autor, pânicos morais ocorrem quando um grupo ou indivíduo é retratado como uma ameaça aos valores e interesses centrais da sociedade, sendo transformado em *folk devil*, ou seja, um inimigo comum “demonizado” por suas transgressões disciplinares. A reação social a esses grupos geralmente é desproporcional, mas tem a capacidade de mobilizar as instituições, mídia e opinião pública em uma campanha de condenação e controle a práticas consideradas moralmente subversivas.

Segundo Cohen (2011), a disseminação de pânicos morais depende de agentes com capacidade de amplificação, como a mídia, líderes religiosos e políticos conservadores, que enquadram as demandas por justiça social como ameaças morais. No contemporâneo, essas práticas de propagações ocorrem em espaços mediatizados, traduzidos na tentativa de atacar subjetividades insubmissas ao sistemas hegemônicos de autodeterminação de sexo e gênero, e também ao campo dos estudos interseccionais, sendo comparadas com um complô maior de subversão e ataque a família, a moral e as instituições.

Essa lógica de ataque e deslegitimação está presente na maneira como intelectuais do campo de estudos de gênero e pessoas LGBTQIAPN+ têm sido alvo de campanhas morais que ultrapassam o campo acadêmico e se articulam com narrativas mais amplas sobre a moral e os bons costumes. O resultado líquido dessa empreitada ressoa diretamente na disciplina, sendo disputada por variações ideológicas e epistemológicas sobre o que deveria ou não ser a ciência.

A presença de pessoas trans em instituições tradicionalmente cisheteronormativas é percebida por setores conservadores como disruptiva e ameaçadora aos valores basilares da família e dos bons costumes. O resultado dessa subjetivação negativa não se limita ao campo simbólico: ela impacta concretamente a formulação de políticas públicas importantes voltadas para a equidade de gênero e direitos sociais. Na América Latina, esse cenário é retratado por

ideólogos religiosos ultraconservadores como uma ideologia de gênero, que tem como intuito atacar a educação e as crianças e minar direitos de mulheres cisheterossexuais.

A construção da chamada ideologia de gênero, conforme analisada por Miskolci e Campana (2017), é um exemplo de como esse processo de ataques a minorias se dá por meio de uma gramática política reativa. Os autores sugerem que a expressão e ações tem origem no discurso da igreja católica, em especial nos escritos de Joseph Ratzinger (Papa Bento XVI), como resposta à inclusão da categoria gênero em documentos da ONU a partir da conferência de Beijing (1995). Desde então, a expressão vem sendo mobilizada por empreendedores morais ultraconservadores em resposta à ampliação de direitos de grupos sociais historicamente oprimidos.

Na América Latina, Miskolci e Campana (2017) identificam que os ataques a chamada ideologia de gênero se intensificam em países governados por partidos de esquerda, especialmente aqueles que tem como chefe do executivo mulheres, como o caso do Brasil e Argentina, que teve seu acirramento moral na gestão de Dilma Rousseff e de Cristina Kirchner. Apesar dos autores não atribuírem muita significância a esse detalhe, tenho como premissa que o alargamento representativo institucional também é um dos fatores primordiais de ataques reativos a presença de mulheres, negros, indígenas e LGBTQIAPN+ no legislativo, executivo e judiciário.

O conceito de pânico moral oferece possibilidades de compreender como o campo político institucional se torna hostil a presença de corpos insubmissos à matriz cisheterossexual. Esse ressentimento se materializa em forma de ressentimento, inviabilizando o diálogo e dissenso no campo dos estudos de gênero e sexualidade. Os cancelamentos públicos de intelectuais estabelecidos e outsiders funcionam como dispositivos de controle, que têm como objetivo disciplinar o discurso público e estabelecer fronteiras normativas sobre quem pode falar, pesquisar e legislar sobre os corpos e vidas consideradas desviantes. Um fenômeno controverso, acometido no espaço tempo de maneira espaçada e descentralizada, até porque, como veremos nas seções a seguir, impacta tanto atores estabelecidos institucionalmente como jovens pesquisadores outsiders reconhecidos nos movimentos sociais por suas transgressões disciplinares.

Na seção 3.1 iremos discutir sobre o cancelamento do Professor Doutor Richard Miskolci a partir de uma perspectiva localizada, centralizando o debate em torno das críticas que o pesquisador fez aos movimentos sociais ditos identitários. Em seu livro mais recente, *Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-midiatizada* (2022), argumenta

que os conceitos de lugar de fala e cisgeneridade geram pânicos morais no ambiente acadêmico, que por sua vez são mediatizadas em plataformas online em uma cruzada moral.

O argumento do pesquisador gerou resposta de instituições transfeministas, que teve como resultado a carta pública aberta lida por Caia Caia no Seminário Identidades Trans e Travestis (2023), realizado pela Revista Cult em parceria com o Sesc Pompeia, retratando-o como *persona non grata* no transfeminismo brasileiro por deslegitimar a produção acadêmica de trans, em especial no que diz respeito ao conceito de cisgeneridade. O episódio polarizou o ambiente institucional: enquanto intelectuais outsiders defendem o boicote a Miskolci, outros acadêmicos defendem sua liberdade de cátedra. Esse conflito é fruto de uma disputa epistemológica mais ampla sobre quem pode ou não pode produzir conhecimento legítimo nos ambientes institucionais.

Já na seção 3.2 serão apresentadas as controvérsias éticas e morais em torno das contribuições de Tertuliana Lusófono na palestra intitulada Educando com o cú (2024), apresentada em um evento acadêmico na Universidade Federal do Maranhão. As discussões levantadas pela pesquisadora provocaram intensa repercussão pública e institucional, materializando a polarização entre epistemologias transgressoras e normas acadêmicas hegemônicas.

As controvérsias envolvendo Lusófono excede posições individuais, isso porque sua representação pode ser contextualizada com uma crítica ao neoliberalismo e precarização estrutural enfrentada por pessoas trans, principalmente travestis e mulheres trans que frequentemente exercem múltiplas ocupações laborais, muitas vezes no mercado do sexo. Nesse sentido, a experiência de Tertuliana é lida como uma tática de necroempoderamento, resultado das contradições entre visibilidade e vulnerabilidade.

Por fim, a virada epistemológica defendida por Tertuliana Lusófono não é um empreendedorismo de si, mas sim, um fenômeno social produto de uma divergência nas interpretações das teorias da interseccionalidade. Esse movimento teórico provoca resistências de intelectuais estabelecidos, como o Professor Doutor Luís Felipe Miguel, que sugeriu que a atuação de Lusófono enfraquece a Universidade Pública ao alimentar pânicos morais.

Evidentemente, sugerimos que críticas como essa são resultado de um desconhecimento (proposital) da virada epistemológica que novas traduções teóricas possibilitaram ao campo dos estudos de gênero e sexualidade. Jota Mombaça, desde 2015, já descrevia críticas a metodologias normativas nas ciências sociais, assumindo uma posição insubmissa, tática traduzida como uma forma de fuga da captura institucional.

Os pânicos morais ocasionados por Lusófono são resultado de empreendimento moral mais amplo, mediatizados por atores ultraconservadores intencionados em provocar ataques éticos e morais às instituições públicas, em especial as de ensino superior. A partir de uma deturpação do conteúdo das atividades acadêmicas, esses agentes editam narrativas e sugerem que o campo de estudos de gênero e sexualidade está associado a um complô maior, denominado ideologia de gênero.

3.1. O cancelamento de Richard Miskolci: notas introdutórias.

De todas as análises e textos contidos ao longo desta dissertação, os que seguem agora, sem dúvidas, são os que terei mais dificuldade em descrever. Isso porque, os casos que iremos analisar adiante, me atravessam de maneira constitutiva, primeiro por me posicionar politicamente como de esquerda; segundo porque já fui aluna de Richard Miskolci durante meu percurso de graduação em ciências sociais na Universidade Federal de São Carlos; e terceiro, porque reconheço e reproduzo muitos dos textos e teses do pesquisador, pois as compreendo como precursores nos estudos de gênero e sexualidade no Brasil

O motivo de nos deslocarmos até aqui, refere-se a alguns posicionamentos de Richard Miskolci, principalmente em relação às suas teses sobre os fenômenos identitários, analisadas em seu último livro intitulado *Batalhas morais política identitária na esfera pública técnico-midiatizada* (2022). O autor afirmou que os movimentos sociais de mulheres, negros e de travestis e transexuais incidem no debate público pânico morais contemporâneos, que ocorrem por conta dos conceitos de local de fala, cisgeneridade e experiência, comumente debatidos em teses e incursões metodológicas interseccionais e transfeministas.

A posição defendida por Miskolci (2021), é produto dos efeitos transgressores causado por conta de uma mudança geracional e estética institucional nas instituições de poder com inclusão de corpos até então não autorizadas no espaço acadêmico, Essa introjeção é resultado da promoção de políticas de acesso e permanência estudantil à negros, indígenas, travestis e transexuais. Temos como hipótese provisória que esse novo quadro representativo nas últimas duas décadas, transformou o espaço acadêmico e introduziu nas agendas de pesquisa um novo paradigma epistemológico, resultando em investigações à partir de lentes teóricas vinculadas ao pós-estruturalismo, pós-colonialismo e análises decoloniais.

Segundo Miskolci (2021), essa nova geração de estudantes, transformou as universidades brasileiras em um verdadeiro palco de disputas morais, incidindo ataques dos “ativismos identitários na mesma medida ou até mais do que foi atacada externamente pelos conservadores” fazendo com que “Aquelas e aqueles que buscaram criar diálogos foram atacados e perseguidos em um impulso anti-intelectual vindo de dentro e de fora da instituição” (Miskolci, 2021, p. 25).

Como veremos adiante, a reação negativa reiterada em sua argumentação, na verdade, diz respeito às controvérsias morais que ocorrem dentro do seu próprio campo de atuação, que são os estudos de gênero e sexualidade. Nos últimos anos, com a introdução de incursões transfeministas e interseccionais, foram formuladas perspectivas localizadas para falar de si e

dos outros sem borrar ou inviabilizar experiências. Estou me referindo, inevitavelmente, aos trabalhos sobre cisgeneridade (Simakawa, 2015) e branquitude (Bento, 2022), realizados e reproduzidos em grande medida por intelectuais e ativistas negros, travestis e transexuais nas últimas duas décadas do Brasil contemporâneo.

Entretanto, antes de enfrentarmos essa “seara”, vamos para as apresentações formais do pesquisador. Segundo informações contidas na Plataforma Lattes, Richard Miskolci é professor Titular de Sociologia do Departamento de Medicina Preventiva da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), pesquisador do CNPq e coordenador do Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Direitos Humanos e Saúde (Quereres), também é docente e vice coordenador do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da mesma instituição. É Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), produziu e orientou diversas pesquisas acadêmicas relacionadas aos temas de gênero e sexualidade.

Durante minha trajetória acadêmica, eu tive a oportunidade de ter aula com o professor Richard Miskolci em pelo menos um semestre dos anos letivos em que estive na graduação de Ciências Sociais na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). O encontro ocorreu, mais especificamente, no curso de *Teoria Sociológica 2*, disciplina em que estudamos os processos sociológicos contemporâneos, estendendo uma leitura pós-estruturalista francesa a partir de obras de Michel Foucault, principalmente os livros *História da sexualidade I: e a vontade de saber* e *Vigiar e Punir: a história das prisões*. Estudamos também, no mesmo período, os textos de Pierre Bourdieu, especificamente o texto *A dominação masculina*. No cronograma apresentado para a disciplina, também continham textos e abordagens feministas sobre o gênero, com autoras como Judith Butler e Angela Davis. Toda a discussão conceitual tinha como pressuposto alargar o vocabulário sobre modernidade, cujos autores expoentes também estudados na disciplina são: Anthony Giddens, Norbert Elias e Howard Becker.

O objetivo do cronograma da disciplina, de modo geral, era de apresentar uma compreensão sociológica que narrasse a sociedade como um processo de constante mudança social. Os principais temas retomaram as discussões sobre desigualdades sociais, relações de poder, identidades e diferenças. Em meu entendimento, analisando quase 10 anos depois do ocorrido, julgo os conteúdos ofertados naquele semestre condizente com a trajetória acadêmica do professor Richard Miskolci. Em textos com *A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização* (2009), e o livro *O Desejo da Nação*:

masculinidade e branquitude no Brasil XIX (2012), podemos encontrar certa organização epistemológica dos autores e movimentos conceituais supracitados em seu curso.

Entretanto, a primeira vez em que pude de fato conhecê-lo, também foi durante o percurso de graduação, mais especificamente no segundo ano do curso. No primeiro semestre letivo, pude acompanhar uma palestra de Richard Miskolci e Sylvia Iasulaitis proferida aos ingressantes do curso de Ciências Sociais sobre gênero e mídia. Um pouco depois do debate ter acontecido, Sylvia imediatamente foi cancelada por um conjunto de ativistas e estudantes por estar supostamente sexualizando em sua palestra mulheres pretas e periféricas. Naquele momento, não importava se de fato houve esse ato ou não, pois, a partir de então, o ambiente se contaminou com posições controversas sobre o papel da Universidade Pública e dos intelectuais, principalmente, no que se concerne a pouca pluralidade de corpos e epistêmica contida em análises sobre gênero, raça e sexualidade.

De alguma maneira, apareceu ali, algo sobre a polarização instaurada nos ambientes universitários contemporaneamente. Na época, eu não conseguia distinguir se isso ocorria por conta do recém impeachment da ex presidenta Dilma Rousseff, ou se foi, na verdade, resultado da crescente mudança geracional e estética das universidades públicas. Me refiro aqui, inevitavelmente, a expressiva quantidade de estudantes negros, indígenas e pobres que ingressaram por ações afirmativas. Eu sendo pessoa negra e travesti, formada em escolas públicas, e recém-chegada ao campo, faço parte deste quadro.

Um ano depois do ocorrido acima, houve um grande conflito em uma série de palestras públicas proferidas pelos professores da mesma instituição sobre Democracia e Universidade Pública. Novamente, Richard Miskolci estava envolvido em um episódio de cancelamento, agora por conta de uma denúncia pública feita por uma ex -pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFSCar, acusando-o e também outros professores de assédio moral e sexual.

As denúncias bem como o trato institucional permanecem em sigilo, quase não são mais mencionados, mas reverberou conversações por muitos anos dentro dos espaços institucionais acadêmicos e no campo ético dos estudos de gênero e sexualidade, questionando assim, o caráter subjetivo e moral dos envolvidos, até porque, neste caso, estamos falando de professores negros, homossexuais e mulheres sendo canceladas por estudantes recém chegados ao campo, que também se autodeterminam como homossexuais, negros, mulheres periféricas, travestis e transexuais. Um fenômeno controverso e poroso,

situado no espaço acadêmico e no ambiente virtual na última década no Brasil contemporâneo.

Analizando o cenário evidenciado mais recentemente, quase 10 anos depois dos ocorridos, a partir das abordagens transgressoras detalhadas ao longo desta dissertação, podemos identificar que, controvérsias e cancelamentos no ambiente acadêmico sempre existiram, entretanto, no contemporâneo, nos parece que o foco, em parte, se dá por conta das discussões identitárias, principalmente às contidas em teses de intelectuais e ativistas do campo da diferença, que por meio de investigações científicas e posicionamentos públicos, reivindicam localidade e posicionalidade étnico racial e de gênero,

Os efeitos dessas reverberações, ocorrem, segundo Leandro Colling, no texto *Ataques recentes às perspectivas das interseccionalidades* (2022), por conta do impacto que a literatura sobre interseccionalidade causou no campo de estudos de gênero e sexualidade nas últimas duas décadas. Interseccionando mais de uma clivagem constitutiva de opressão, travestis e transexuais, negros e negras, descrevem identidades sociais de forma menos fixas, e mais compartilhadas com os entrecruzamentos de raça, classe e território.

Segundo o autor, as teorias interseccionais;

(...) além de terem colaborado para abrir o fluxo identitário em nosso país, amplificaram os debates identitários nos últimos anos e isso gerou uma série de importantes reflexões, mas também ataques que se constituem em tentativas de desqualificar as discussões” (Colling, 2022, p.52).

Ou seja, por mais que seja evidente o crescimento epistemológico que as teorias interseccionais causaram nas agendas de pesquisa nas ciências humanas, intelectuais de diferentes áreas de concentração, principalmente aqueles que constroem investigações científicas anti identitárias, têm maior resistência em conceber análises sociais que entrecruzam mais de um marcador social da diferença para solucionar e descrever fenômenos sociais constitutivos. Essa afirmação, está baseada nas leituras supracitadas, mas também se expressa na minha experiência enquanto pesquisadora negra e travesti, pois, durante meu percurso de pesquisa de mestrado, fui confrontada direta e indiretamente por interpretar alguns fenômenos sociais a partir de leituras interseccionais.

Neste sentido, a tese defendida por Colling (2022), de que as disputas e as controvérsias morais contidas no campo ético dos estudos de gênero e sexualidade, corroboram parcialmente com nossa análise, que afirma que os fenômenos sociais de cancelamento ocorrem em contraposição a leituras e investigação científica que pesquisadoras

de diferentes identidades sociais, acionam partir do conceito de lugar de fala, que nos servem, na prática, como um instrumento metodológico de diagnósticos sociais, principalmente naqueles buscam descrever o fenômeno social da cisgeneridade e branquitude em seu âmago.

Entretanto, os posicionamentos e acontecimentos mencionados até aqui, são ainda, a ponta do *iceberg*. Outro caso importante de cancelamento envolvendo Miskolci, agora mais contemporaneamente, está relacionada à *carta aberta* lida pela ativista transfeminista Caia Caia, no Seminário Identidades Trans e Travestis, realizado pela Revista Cult em parceria com o Sesc Pompeia, retratando-o como *persona non grata*. O posicionamento em questão refere-se aos questionamentos empíricos de Miskolci sobre o conceito de cisgeneridade, legitimado nos movimentos sociais de travestis e transexuais nas últimas duas décadas, mas inviabilizados em análises acadêmicas.

Abaixo, segue a carta³⁴ na íntegra;

Cumprimentos,

Através deste título, em nome das organizações, pensadoras e ativistas que o subscrevem, declaramos publicamente que Richard Miskolci passa a ser reconhecido como "persona non grata" no âmbito epistemológico e ético do transfeminismo brasileiro.

A decisão se dá no contexto em que Miskolci tem atuado no sentido contrário a conceitos fundamentais do transfeminismo, como a cisgeneridade. Seu evidente menosprezo pela produção epistêmica de pessoas trans, se estende também às comunidades não binárias, utilizando retóricas negacionistas e que contribuem para o trans-epistemicídio da produção intelectual de pensadoras e pesquisadoras trans.

Durante o evento do I Seminário Queer – Cultura e Subversões das Identidades, organizado em 2015 pela Revista Cult em conjunto com o Sesc Vila Mariana, Miskolci explicitou sua rejeição em relação ao conceito de cisgeneridade, posição que vem sendo reafirmadas e que no ano de 2021, foi reiterada por meio de um artigo publicado no jornal gaúcho Extra Classe.

Ante ao exposto, da dificuldade de um diálogo e falta de posição crítica em relação ao cissexismo, e por manter posição que não demonstra intenção em rever suas afirmações que trazem impactos deletérios em relação a produção Transepistêmica, aproveitamos a ocasião do Seminário Identidades Trans e Travestis, produzido pela Revista Cult em colaboração com o Sesc Pompeia, para declarar que tais posições não serão toleradas em qualquer âmbito e que a sua defesa representa um passo contrário à luta antitransfobia. Não se tratando simplesmente do "livre exercício do contraditório", mas de deturpações deliberadas de fantasmagorias obsoletas e epistemologicamente violentas – deturpações que, efetivamente, têm o potencial de ser instrumentalizadas por movimentos autoritários e conservadores. Considerando o avanço de uma agenda anti-trans que tem utilizado espaços acadêmicos para a disseminação de retóricas que sustentam as posições mencionadas, declaramos formalmente que Richard Miskolci passa a ser reconhecido como *persona non grata*. Em outras palavras, enquanto o mesmo continuar a publicamente reafirmar tais posições cisativistas sem adotar ações reparadoras, consideramos sua presença inaceitável e contraditória nos espaços dedicados à luta anti-transfobia. (grifos meus, 2024)

³⁴ Mais detalhes do textos e dos assinantes podem ser encontrados via link <https://www.change.org/p/reconhecimento-de-richard-miskolci-como-persona-non-grata-do-transfeminismo-brasileiro>

Algumas pesquisadoras e pesquisadores transfeministas, reiteraram o mesmo posicionamento de Caia Caia, como Jaqueline Gomes de Jesus (Professora Doutora em Psicologia), Letícia Nascimento (Professora Doutora em Educação), Thiago Coacci (Doutor em Ciência Política), entre outros³⁵.

Houve também assinatura e grande circulação nas redes sociais de entidades de combate à discriminação racial e gênero, como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA); Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS) e do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT).

Dentre as manifestações públicas sobre o ocorrido, observou-se também posicionamentos em defesa da “liberdade de cátedra” de Richard Miskolci, como os de Luiz Felipe Miguel (Professor Doutor em Ciência Política) Larissa Pelúcio (Professora Doutora em Antropologia), Berenice Bento (Professora Doutora em Sociologia), dentre outros.

Todos os posicionamentos, estão dispersos em algumas notas emitidas pela Revista Brasileira de Sociologia (RBS); no Instagram de alguns Programa de Pós Graduação e grupos de pesquisa nacionais, como também em artigos de opinião publicados em blogs e jornais científicos pelos referidos professores³⁶.

Em nota assinada por Edna Castro (professora Doutora em Sociologia, presidente da SBS), a Sociedade Brasileira de Sociologia³⁷, em *Nota de apoio ao Prof. Dr. Richard Miskolci, em favor a liberdade de cátedra* (2023) diz;

A Sociedade Brasileira de Sociologia vem a público manifestar seu apoio ao professor Richard Miskolci e repudiar nota emitida por transativistas em 07 de novembro de 2023 contra o sociólogo. Postada em rede social como abaixo-assinado, a nota repreende o pesquisador e especialista em gênero e sexualidade por sua crítica sociológica à noção de cisgeneridade, declara-o persona non grata e ainda afirma que o abaixo assinado será enviado para sua universidade, o que constitui ameaça. A liberdade de cátedra é uma conquista da sociedade democrática. Não podemos aceitar nenhuma forma de constrangimento, perseguição e ameaça à ciência e seus profissionais.

Belém, 10 de novembro de 2023. Edna Castro - Presidente da SBS (grifos meus, 2024)

Segundos as notas organizadas nos anexos I e II, tantos os posicionamentos das organizações de pessoas trans, como os das instituições dos intelectuais estabelecidos refletem, segundo o meu entendimento, a crescente preocupação da deslegitimação das instituições de ensino superior, principalmente relacionados aos estudos de gênero e sexualidade, pois, em uma leitura a contrapelo, alguns posicionamentos enxergam de forma

³⁵ Ver Anexo I e II..

³⁶ Ver Anexo IV e V.

³⁷Ver Anexo III e IV.

negativa a introjeção de debates guiados por ativistas e militantes de grupos sociais minorizados, principalmente aqueles que, assim como eu, adotam formas de investigação social localizadas.

Estou me referindo, explicitamente, à recusa de alguns intelectuais estabelecidos em incorporar investigações subjetivas em relação à nomeação da branquitude e da cisgeneridade como ponto central das análises de gênero e sexualidade, principalmente as que são construídas por negros e negras, travestis e transexuais. Sendo assim, implicitamente, a nota emitida pela SBS identifica que o cancelamento do pesquisador mencionado ocorre em ambientes institucionais por intelectuais outsiders, que a partir de leituras interseccionais sobre os fenômenos que atravessam as temáticas de sexo e gênero, raça e etnicidade, teoria crítica negra, interseccionalidades e entrecruzamentos de opressões, constroem repertório próprio dos movimentos sociais, para falar de si e dos outros. Novamente, esse movimento remete a um extenso debate acometidos nas teorias transgressoras, entretanto, no tempo presente, o terreno de discussão se torna árido por conta de uma crescente desvalorização moral das Universidades Públicas, inferidas por atores ultraconservadores via pânico morais.

Durante toda a minha estadia na universidade pública, pude presenciar diversas mobilizações de docentes, técnicos administrativos e estudantes por mais verba para realização de pesquisa e permanência estudantil. Durante os anos em que estive na graduação, por exemplo, houve greve estudantil por conta do impeachment de Dilma Rousseff, como também pela posse de seu vice Michel Temer como presidente interino. As manifestações ocorriam em formas de paralisações docentes e estudantis, com aulas abertas sobre democracia ministradas por professores de esquerda.

Os posicionamentos públicos nem sempre foram contrários ao impeachment, também tivemos manifestações institucionais da gestão da universidade naquela época, que tinha como ideal implementar na instituição medidas de ajuste fiscal proposto no documento *Uma Ponte para o Futuro*, projeto que tenderia segundo sua autoria equilibrar a dívida pública a partir do controle do superávit primário, ou seja, enxugando gastos com atividades públicas, como educação, saúde e bem-estar social.

Os cancelamentos de intelectuais estabelecidos, portanto, ocorrem em paralelo a uma profunda crise representativa da sociedade brasileira, um profundo desgaste moral que, no contemporâneo, se manifestam em acusações e controvérsias sobre o papel político das instituições de ensino superior e, por conseguinte, sobre o papel dos intelectuais nas transgressões de mundo.

A partir da literatura analisada nesta seção, bem como da minha experiência enquanto pesquisadora e travesti negra, me parece que há um ressentimento de alguns intelectuais estabelecidos, principalmente daqueles que participaram ativamente dos processos de redemocratização, momento em que muitos ainda eram estudantes de graduação e pós-graduação, como também militantes em movimentos sociais de subversão. De alguma forma, a comunidade compostas por essas experiências, tornou-se reativa a presença de estudantes e ativistas travesti e transexuais, como também negros e negras, pois, esses grupos, reivindicam no espaço público localidade e posicionalidade nas investigações científicas sobre gênero, raça e classe, como também em processos deliberativos.

Neste contexto, como vimos com os irmãos Pfeil e Pfeil (2023), Richard Miskolci e outros intelectuais estabelecidos, ressentem-se em relação à nomeação da norma como processo constitutivo dos saberes insurgentes. Isso faz com que, muitos desses, mesmo se declarando de esquerda, hoje são reconhecidos por parte da comunidade acadêmica como conservadores e reacionários, pois como vimos, rejeitam e inviabilizam a construção de saberes produzidos por negros e negras, e da comunidade indígena, como também de travestis e transexuais, grupos estes, até então proibidos e coagidos a sair para fora dos espaços institucionais educacionais por serem caracterizados como não humanos.

De alguma forma, muitas vezes expressas em textos e posicionamentos públicos, intelectuais e ativistas, alguns deles homossexuais, negros, feministas e pessoas em ascensão social, “denunciou” por meio de investigação científica a disparidade de classe, raça e gênero que acometem a sociedade como um todo. Essas sanções normativas também ressoam em Richard Miskolci. Até porque, pelo o que sei, durante o início de sua carreira, houve muita resistência da comunidade acadêmica em validar suas pesquisas com a “desculpa” de que os temas de gênero e sexualidade não são basilares do conhecimento sociológico.

O clima de polarização política acometida em ambientes institucionais, como vimos, afetam a comunidade acadêmica como um todo, sejam estudantes, ativistas e intelectuais. Esse desgaste moral ocorre tanto em posicionamentos de agentes ultraconservadores via pânico morais, como também internamente por membros da comunidade que se dizem de esquerda, mas também assumem posição reativa aos movimentos sociais de negros, indígenas e de travestis e transexuais, acusando-os como identitários.

Durante a investigação desta pesquisa, por mais contraditório que seja, encontramos uma profunda ligação epistemológica entre os debates feitos por intelectuais estabelecidos com os posicionamentos e investigações científicas de intelectuais outsiders. Entretanto, nos

parece que há uma cisão na forma como os recortes analíticos são construídos e projetados. Estou me referindo ao desconforto que algumas pessoas despertam a partir de leituras subjetivas de autores transgressores, como as de Michel Foucault e Judith Butler, enquadrando-os como gays, bruxas, brancos e provenientes do *Norte Global*.

Corriqueiramente, na contemporaneidade, parece que virou questão política trazer à tona a localidade dessas produções bem como de quem as interpreta. Esse entendimento advém das contribuições epistemológicas que travestis e transexuais, negros e negras, indígenas, entre outros minorizados, dão ao campo de estudos de gênero, raça e sexualidade via análises transgressoras.

A nomeação da branquitude e cisgeneridade, como vimos anteriormente com os irmãos Pfeil e Pfeil (2023), causam em intelectuais estabelecidos do campo acadêmico uma ofensa da nomeação, materializado na recusa dos mesmos em posicionar-se enquanto brancos, classe média e heterossexuais. Tenho como hipótese que essa remissão se justifica segundo a narrativa de métodos cujo objetivo seja controlar a subjetividade do pesquisador, causando assim, uma obstrução nas análises sociais localizadas.

Portanto, o cancelamento de Richard Miskolci e suas controvérsias morais, trata-se de uma disputa no campo conceitual dos estudos de gênero e sexualidade. Travestis e transexuais, por meio de redes sociais, como os blogs do facebook sobre transfeminismo, e também de investigações científicas, desde 2008, vêm construindo repertório próprio sobre formas de falar de si e dos outros, rompendo com vieses epistemológicos de neutralidade subjetiva. Iremos nomear essas abordagens constitutivas como *render-se* ao campo de estudos de gênero e sexualidade.

No caso das transfeministas e de parte dos intelectuais outsiders, o conceito de *render-se* ao campo tem por intuito nomear o que ocorre no próprio processo de pensar a escrita acadêmica a partir de atividades políticas e metodológicas que visam abordar a história de vida, epistemologias e relatos etnográficos a partir de um viés localizado e posicionado sobre os fenômenos sociais de gênero, sexualidade e raça.

O exercício de *render-se* ao campo de estudos de gênero e sexualidade, nos ajuda a localizar a produção de conhecimento realizadas por intelectuais travestis e transexuais a partir de leituras interseccionais sobre o copo (Jesus, 2015; Simakawa, 2016; Nascimento, 2021), respaldadas em amplo viés metodológico contidos na literatura de gênero e sexualidade (Haraway, 1995; Foucault, 1999; Butler, 2020). *Render-se* ao campo ocorre em

momentos em que teoria, história de vida e autoetnografias se cruzam em prol da descrição de fenômenos sociais constitutivos.

A afirmação acima, está baseada em críticas colocadas ao professor Richard Miskolci desde de 2015, ano em que ocorreu o I Seminário Queer no Brasil. Neste momento, na efervescência de manifestações populares que já haviam ocorrido anteriormente³⁸, houve grande manifestação das(os) ativistas transexuais e travestis no ambiente institucional e virtual, como também no espaço em que ocorreu o seminário. As controvérsias se deram em relação à migração do conceito *queer* para explicar os fenômenos sociais brasileiros de sexualidade e gênero, como também por conta da recusa do conceito de cisgeneridade, apresentado por algumas intelectuais travestis e transexuais no momento, que foi refutado de várias formas por Miskolci com a justificativa de que o mesmo não fora construído a partir de dados empíricos e mensuráveis.

Jota Mombaça, ensaísta e politóloga, na época do Seminário, foi uma das expoentes diretas do confronto com Richard Miskolci. No texto *Pode um cu mestiço falar (2016)*, postado na plataforma *Médium* e também no repositório virtual da USP, a autora já traz discussões sobre a polarização acadêmica a partir de deslocamentos subjetivos engendrados nos textos de Grada Kilomba. Ela refere-se, necessariamente, ao embate e lutas de sobrevivência de intelectuais negros e trans no espaço acadêmico, argumentando sobre a inexistência epistêmica de corpos cuja a performatividade foge da heterocisnormatividade imposta como norma.

Essas questões evidenciam, muitas vezes, o suposto ressentimento e desqualificação de trabalhos que pautem a questão racial e de gênero a partir da experiência. Essa percepção, se dá por conta da leitura das teorias de raça construídas no Norte global, que utilizam como metodologia indutiva à crítica ao pensamento colonial para explicar fenômenos locais, ou seja, nada diferente do que os intelectuais estabelecidos vêm fazendo ao longo dos anos. Nesse sentido, ao meu ver, também nada diferente da importação que Richard Miskolci faz do conceito *Queer*. Nada diferente, inclusive, da forma como este trabalho importa teorias para definir o que são epistemologias transgressoras.

A diferença da abordagem transgressora, no caso, consiste nas formas e usos das teorias supracitadas. Parece-nos que, nas leituras feitas por análises transgressoras, há o intuito de localizar toda e qualquer teoria que seja, bem como a posicionalidade de quem faz o uso das mesmas, corroborando assim, com os estoques de conhecimento nas ciências sociais,

³⁸Jornadas de Junho de 2013.

principalmente na subárea dos estudos trans e transfeministas. Esses métodos causam indiligência por parte da comunidade científica em relação às travestis e transexuais, pois, alguns intelectuais estabelecidos recusam em reconhecer os privilégios da branquitude e cisgeneridade.

No contexto brasileiro, como vimos anteriormente, a indiligência com travestis e transexuais no ambiente escolar também se apresenta na evasão compulsória que a comunidade enfrenta no ensino básico ao superior. Tanto os dossiês da ANTRA (2023), como os do CEDEC (2021), sugerem que a prevalência escolar de mulheres trans e travestis negras são menos consistentes. Isso faz com que se materialize uma inexistência estética das mesmas, principalmente em lugares de produção de conhecimento.

Isso porque, no caso dos intelectuais negros, como aponta Carneiro (2023), a falta de adesão e performance acadêmica também se dá pelas interdisciplinaridades de seus trabalhos. Uma vez que negros e negras, por questões de sobrevivência dentro do espaço acadêmico, optam por abordagens teóricas e metodológicas interdisciplinares, que, por conseguinte, incluam diferentes áreas de concentração, é comum que seus trabalhos sofram interferências exógenas e endógenas de forma dinâmica até a sua institucionalização.

Esses efeitos ocorrem em múltiplos cenários, podem ser remontados em processo genealógico, como por exemplo, desde as mulheres que ao produzirem conhecimento local a partir de ervas, foram queimadas na Europa medieval, acusadas de estarem praticando bruxaria no final XVI. Esse exemplo, segundo Ramón Grosfoguel (2016), é um dos quatro tipos de genocídios/epistemicídio que ocorreram para a construção de conhecimento das Universidades Ocidentalizadas. Segundo o autor;

Nas universidades ocidentalizadas, o conhecimento produzido por epistemologias, cosmologias e visões de mundo "outras", ou desde geopolíticas e corpos políticos do conhecimento de diferentes regiões do mundo considerados como não ocidentais com suas diversas dimensões espaço/temporais, reputados "inferiores" em relação ao conhecimento "superior" produzido por uns poucos homens ocidentalizados dos cinco países, conformam o cânone do pensamento nas humanidades e nas ciências sociais. O conhecimento produzido a partir das experiências sócio-históricas e concepções de mundo do Sul global - também conhecido como mundo "não ocidental" - é considerado inferior e é segregado na forma de "*apartheid* epistêmico" (**Rabaka, 2010**) do cânone de pensamento das disciplinas das universidades ocidentalizadas. Mais ainda: o conhecimento produzido por mulheres (ocidentais ou não ocidentais) é também visto como inferior e fora do elenco do cânone do pensamento. As estruturas fundacionais do conhecimento das universidades ocidentalizadas são epistemicamente racistas e sexistas ao mesmo tempo. (Grosfoguel, 2016, p. 27-28)

A afirmação acima refere-se a uma profícua crítica, construída em movimentos sociais de toda ordem, sobre o processo colonial, que segundo Grosfoguel (2016) cria uma percepção

enviesada nas universidades ocidentais que, a partir da hiper valorização de conhecimentos universais, aqueles produzidos pelo *norte global* desde o século XVI, reproduzem racismos científicos com técnicas eugenistas. Neste sentido, as teorias produzidas em contextos locais, muitas vezes não são reconhecidas nos espaços institucionalizados, como também sofrem com uma subjetivação negativa, que culmina na perpetuação da subalternização das diversas dimensões de espaço/tempo, ou seja, outros locais de produção do conhecimento, aquém do conhecimento branco eurocêntrico.

O *apartheid* acadêmico, por conseguinte o epistemicídio, também podem ocorrer em trabalhos escritos por homossexuais, travestis e transexuais, uma vez que, pautar a diferença sendo a diferença, faz com que sejamos subjetivados negativamente a partir puramente da expressão de gênero. Esse movimento interfere nos argumentos e leituras primordiais, propiciando o olhar colonizador da norma. Entretanto, no caso de homens gays brancos, a interferência ocorre de maneira mais velada e menos consubstancializadas, principalmente porque muitos se utilizam do lugar da masculinidade e branquitude para então legitimar autoridade frente aos seus campos de saber-poder. Digo isso, pois, para as abordagens transgressoras, deve-se apontar o caráter geracional e estético da ocupação nos espaços onde o saber se coloca como centro, como também a ruptura necessária para erradicar o colonialismo e eurocentrismo nas formas de representar a si e aos outros.

Jota Mombaça, no texto *Para desaprender o queer nos trópicos - Desmontando as caravelas queer* (2016), enfatiza a necessidade de repensar a ética nas investigações científicas que são construídas dentro dos espaços de saber-poder, de modo que as pesquisas de gênero e sexualidade necessitam de olhares localizados acerca da subjetivação que cada indivíduo - em sua multiplicidade - é submetido. O diagnóstico da autora é cirúrgico;

Desaprender o queer dos trópicos tem assim o sentido de uma desnaturalização radical dos procedimentos acadêmicos, incluindo uma problematização das relações sujeito-objeto que ajudaram a consolidar a elite teórica queer do Brasil, assim como uma revisão crítica dos efeitos de interpelação que a apropriação do queer desdobrou em territórios como o nosso (Mombaça, 2016, grifos meus).

Neste sentido, a crítica que é colocada à Richard Miskolci excede posicionamentos superficiais e meramente opositivos, pois, trata-se de um fenômeno social localizado cuja incidência ocorre a partir de tensionamentos geracionais e estéticos da produção científica sobre as investigações no campo de estudos de gênero, sexualidade e raça no Brasil contemporâneo. Mombaça (2016) caracteriza esse efeito de forma direta, até porque, há uma década atrás, quando os tensionamentos em relação ao conceito de branquitude e

cisgeneridade estavam no seu auge, o grupo de pesquisa liderado por Miskolci, o Quereres, era um dos maiores expoentes nas traduções e diagnósticos sociais sobre gênero e sexualidade no Brasil. Por isso, Mombaça (2016) reitera;

PS: quando falo em “elite teórica queer do Brasil”, refiro-me à rede de teóricos de gênero e sexualidade consolidados, bem posicionados nos rankings formais de produção de conhecimento, empregados por universidades de renome, majoritariamente brancos e cisgêneros. Falo de gente como Richard Miskolci, que durante o I Seminário Queer do SESC (que não por acaso ficou conhecido como Cisminário) chegou a afirmar que a ausência de pessoas trans*, racializadas e dissidentes sexuais na programação do referido evento se devia a uma “falta de vocabulário” que ele, e a equipe por ele formada, estava tentando suprir com suas pesquisas, falas e publicações (Mombaça, 2016, grifos meus).

Em resumo, o cancelamento do Professor Doutor Richard Miskolci tem incidência no marco de proposições de políticas públicas de acesso à permanência estudantil de grupos sociais minorizados. Após quase duas décadas de ações afirmativas e políticas de equiparação social, podemos afirmar que há uma produção crescente de intelectuais, pesquisadores, cientistas e estudantes cuja as investigações científicas pautem o racismo, sexismo, machismo e misoginia em seu âmago. Discutir criticamente as noções subjetivas dessas produções ajuda a compreender e organizar os fenômenos que atravessam os espaços institucionais, em especial no acadêmico, como também a retratar de forma justa, honesta e ponderada, tanto as recusas como as escolhas metodológicas de diferentes intelectuais e pesquisadores.

O cancelamento de Richard Miskolci ocorre devido uma divergência na forma como as teorias transgressoras reproduzem e produzem teorias de gênero, sexualidade e raça com suas incursões epistemológicas. Portanto, nada mais do que o exercício do contraditório, respaldado pelas regras acadêmicas e que também se materializa a partir de uma disputa moral e ética no campo de estudos de gênero e sexualidade.

Alguns grupos, como vimos, são acusados pelo pesquisador de serem anti-intelectuais, por outro lado, parte das transfeministas o acusam como *persona non grata* pela sua recusa em conceber o conceito de cisgeneridade, e de também negar e deslegitimar produções de conhecimento feitas por travestis e transexuais.

Vale retratar ainda que, os episódios de bullying, perseguição virtual, hostilidade e deslegitimação em sala de aula causam adoecimento psíquico naqueles que centralizam o debate sobre gênero, sexualidade e raça. Segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (Andifes), publicada em 2019, ao menos 83% dos estudantes de universidades federais brasileiras já enfrentaram alguma questão de ordem emocional. Há também o adoecimento de professores e técnicos administrativos, que

infelizmente, por conta da precarização da categoria sofrem com jornadas exaustivas, como também em relação ao clima polarizado instaurado nos corredores, departamentos e salas de aula.

3.2. Cancelamento trans: o caso de Tertuliana Lusófono

Segundo informações da plataforma lattes, Tertuliana Lusófono possui graduação em História da Arte pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2019), tem experiência na produção de poesias, música, arte contemporânea e literatura. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Pós-Cultura da Universidade Federal da Bahia. Possui algumas publicações e participação em eventos acadêmicos em que aborda temas transversais sobre o corpo, a educação e o prazer.

Tertuliana também integra a banda de pagode chamada “a Travestis”, cuja música e performance vem influenciando o mundo da arte contemporânea *underground*. Uma de suas músicas com maior destaque na plataforma do *spotify* e *youtube* é a “murro na costela do viado³⁹”, em que diz “pede pro maloca dar murro na tua costela, é só uma brincadeira, vai machuca ela, murro, murro, murro, murro na costela viado.”

O estilo musical da multi-artista e pesquisadora percorrem os ritmos do funk proibidão, sertanejo universitário, e pop nacional. Em pesquisas no *google* usando seu nome como descritor identifica-se que a mesma possui mais de uma função profissional, se dividindo entre formação acadêmica, shows em festivais e atuação em pesquisa, como também atuação no mercado do sexo em plataformas digitais, como por exemplo *Only Fans*.

Esse detalhe sobre sua atuação profissional demonstra criatividade e versatilidade para sustentar-se e produzir discussões sobre arte e cultura no Brasil. No entanto, também serve como alerta para a precariedade neoliberal contemporânea que tem afetado os ambientes institucionais e sociais por meio de sua constante precarização. A suposta inserção de travestis e transexuais nesses espaços é frequentemente mediada por códigos coordenadores que reforçam representações do senso comum, perpetuam estigmas e dificultam a mobilização social.

Embora a interdisciplinaridade na atuação de pessoas trans seja relevante, é necessário considerar que a multiplicidade de funções exercidas no mundo do trabalho não é uma novidade para essa população. Uma pesquisa sobre a população trans realizada pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), em São Paulo, revelou que a principal ocupação de parte significativa das pessoas entrevistadas é a prostituição: 46% das travestis e 34% das mulheres transexuais declararam-se profissionais do sexo, acompanhantes ou garotas de programa (CEDEC, 2021).

³⁹A versão completa pode ser encontrada na plataforma do youtube via link https://www.youtube.com/watch?v=5ql1Ru1uZjE&ab_channel=ATravestis

A maioria das pessoas trans exerce mais de uma função laboral. As ocupações secundárias mais citadas na pesquisa incluem atividades de comunicação, artes e religião — áreas que representam 53% das ocupações de pessoas não binárias, 28% dos homens trans e 26% das travestis. A prostituição também aparece com destaque como ocupação secundária, sobretudo entre mulheres trans (32%) e travestis (24%). Isso significa que as atividades relacionadas ao mercado do sexo constituem ocupação principal ou secundária para 71% das travestis e 66% das mulheres trans. A pesquisa também investigou a frequência com que essa atividade é exercida: 18% das travestis e 17% das mulheres trans afirmaram se prostituírem regularmente (CEDEC, 2021).

Os dados empíricos sugerem que o empreendedorismo de si, principalmente relacionados ao mercado do sexo, podem ser considerados uma cilada que, mascarada de versatilidade e criatividade, impõe às trabalhadoras e aos trabalhadores a necessidade de acumular múltiplas funções (muitas vezes informais) para garantir sua subsistência. Essa discussão pode ser exemplificada a partir da noção de capitalismo gore, desenvolvida por Sayak Valencia (2010). Tal conceito descreve um regime econômico marcado pelo derramamento de sangue explícito e injustificado, amplamente difundidos por uma imprensa que lucra com o extermínio dos corpos subalternizados. A autora observa como a precarização econômica e o crime organizado colaboram para a construção de binarismos sexo/gênero voltados à captura e exploração predatória dos corpos, especialmente nos países do Sul Global. Esse mecanismo de alocação pode ajudar a interpretação dos dados acima, que demonstram maior proeminência de mulheres trans e travestis que atuam no mercado do sexo, espaços esses engendrados como uma ferramenta de necroempoderamento: captura mulheres minorizados em detrimento da perpetuação de um sistema econômico hegemônico e excludente.

No contexto brasileiro, o capitalismo gore também pode ser ilustrado pelo avanço de atores institucionais com agendas ultraconservadoras, cujas ações se materializam em constantes ataques às políticas de justiça social e equiparação à população trans. As universidades públicas federais, por exemplo, vêm enfrentando uma prolongada precarização ao longo da última década em decorrência de ataques conservadores às políticas de inclusão e permanência estudantil para grupos minorizados. Esses atores, por meio de discursos e políticas antigênero, tentam solapar as experiências sociais de mulheres, pessoas negras, travestis e transexuais, por considerarem inadmissível qualquer vivência que escape à norma cisheteropatriarcal branca.

As sanções normativas impõem representações deturpadas sobre as experiências de travestis e transexuais, reduzindo-as às narrativas de submissão e sofrimento. Com isso, suas histórias de vida são frequentemente silenciadas ou homogeneizadas em favor de discursos que reafirmam o que é caracterizado como anormal e patológico.

A perspectiva epistêmica aqui apresentada se constroi a partir da fuga da precarização e da busca por oportunidades de atuação em diferentes campos significativos, como a arte, a cultura e a intelectualidade. Tais práticas são compreendidas como táticas de contrapoder, capazes de, por vezes, afastar a auto-sexualização compulsória por meio de subjetivações insubmissas. Assim, a fuga tem como intuito denunciar as diversas gambiarras institucionais que tentam regular os corpos dissidentes e que também atua na transformação do conceito de precarização em táticas de empoderamento, mas que na verdade atuam como necroempoderamento, exterminando políticas públicas e vidas subalternizadas em detrimento de um sistema de acumulação primitiva.

Com essa demonstração empírica e conceitual, buscamos posicionar — ainda que provisoriamente — o local de produção de saber-poder que Tertuliana (e muitas outras travestis e transexuais) ocupa nos espaços institucionais. Esse assujeitamento é caracterizado como porosos e incertos, ainda alocados em uma precarização e falta de oportunidades concretas de elucidação. Isso porque, os dados empíricos apresentados ilustram uma parcela local da população nacional. Entretanto, enfatizamos que tal movimento analítico é produto de uma produção transgressora, isso significa que a clivagem socioeconômica é preliminar, isso porque os dados e representações da comunidade é permeada por ausências e epistemicídios, insuficientes para uma demonstração geral.

Tertuliana Lusófono ganhou repercussão nas redes sociais no mês de outubro de 2024 depois de uma palestra no seminário *Dissidências de gênero e sexo*, em que demonstrou parte dos seus resultados de pesquisa e atuação artística. A atividade acadêmica foi mediada pelo grupo de pesquisa Epistemologia da Antropologia, Etnologia e Política (GAEP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Sua apresentação foi nomeada como “educando com o cú”. Em sua argumentação — que é delineado formas e técnicas para pensar uma pedagogia do corpo e do prazer ganha notoriedade quando a pesquisadora utiliza as nádegas em uma performance didática, sugerindo que o corpo e os prazeres podem oferecer ferramentas didáticas pedagógicas para localizar representações de si e dos outros.

Apesar do ocorrido ser um episódio individual, a partir de um exercício de crítica, identifiquei que as práticas acadêmicas exercidas por Tertuliana é algo comum em algumas

formas de elucidar as insurreições em detrimento da métrica. Todavia, o corpo é um espaço de fuga até mesmo em suas contradições, sejam elas biológicas ou performativas. Sendo assim, a disforia social podem ser acionadas no corpo de uma travesti independentemente se ela estiver ou não utilizando as nádegas em uma performance didática. Basta que a mesma faça uso das metodologias indisciplinadas, formuladas por Jota Mombaça (2016), que por sua vez afirma que o movimento da ciência deve ser um ato de fuga: “tentar ser monstruosa no espaço da norma; indisciplinada no lugar da disciplina. Uma batalha inglória e arriscada, se levo em consideração os riscos de ser excluída ou capturada pela lógica do saber institucional” (Mombaça, 2016, p. 344).

Essa forma de construir intervenções, inevitavelmente, causa uma polarização no campo dos estudos de gênero e sexualidade por conta de uma questão ética e moral, que é sobre a possibilidade ou não de acolher os saberes insurgentes que algumas travestis e transexuais insistem em evocar. Digo isso porque a performance de Tertuliana parece-me que teve como resultado prático um forte questionamento de suas atribuições, bem como causou uma polarização institucional, em que os sujeitos se mantiveram firmes no dilema ético de incluí-la ou não.

Como via de regra, parece que a intervenção da historiadora causou certos desconfortos. Sua palestra foi replicada em redes sociais de agentes institucionais ultraconservadores como também em jornais locais de alguns municípios, incidindo assim, pânicos morais no contexto ético dos estudos de gênero e sexualidade. Luís Felipe Miguel, Cientista Político e crítico anti identitário, no texto *A travesti na UFMA e a esquerda que facilita o trabalho da extrema-direita* (2024), publicado no site diário do mundo, diz que o resultado líquido da suposta transgressão disciplinar feita por Tertuliana, tem como resultado “levantar a bola” para o bolsonarismo e ultraconservadores atacar e deslegitimar à Universidade com pânicos morais. Ressalta ainda que essas ações fragilizam a Universidade Pública, fazendo com que o debate sobre gênero e sexualidade sejam “vilanizados”, culminando no ataque e na desvalorização das ciências humanas. Afirma que a Universidade Pública não deve virar palco para este tipo de conteúdo, pois, a mesma, deve pautar-se em debates críticos e produtivos sobre a ciência.

A análise conjuntural proposta por Miguel (2024) excede à uma posição pessoal. Com ou sem intenção, seus posicionamentos e trabalhos ajudam a organizar o campo intelectual, disseminando engajamento crítico de intelectuais estabelecidos e parte de alguns estudantes

de pós-graduação. Portanto, esses elementos, inevitavelmente estão alinhados, tanto em movimentos sociais conservadores quanto progressistas.

Há um código antigo que vigora nas instituições de saber. Essa sanção pode ser interpretada como uma conduta moral sobre os processos de assujeitamento. Tem por premissa objetivar o saber via disciplinas muito bem ordenadas e permeadas por ideações de conduta ética e moral. É um movimento que inevitavelmente aloca os sujeitos e saberes em posições de poder, sendo disputadas de tempos em tempos por paradigmas sociais e epistemológicos. Sendo assim, o movimento proposto por Tertuliana fere alguns princípios comuns das instituições de ensino superior, e provoca reações contrárias tanto de atores ultraconservadores como de intelectuais estabelecidos no campo dos estudos de gênero e sexualidade.

Em nota institucional de esclarecimento sobre o evento, postada no site oficial da UFMA no dia 18/10/2024, é afirmado que;

Nesta quinta-feira, 17, a historiadora Tertuliana Lustosa, na condição de palestrante convidada pelo Grupo de Pesquisa Epistemologia da Antropologia, Etnologia e Política – GAEP, apresentou a sua pesquisa durante a Mesa-Redonda "Dissidências de gênero e sexualidades", em que reproduziu e performou uma de suas canções, considerada inapropriada para o momento e a construção do debate acadêmico-científico em que se encontrava.

Como sabido, a Universidade é um espaço plural e de diálogos, dedicado ao conhecimento, à diversidade de ideias e ao respeito mútuo. Por isso entendemos que a liberdade de expressão é um pilar fundamental da academia, mas também ressaltamos a importância de se manter um ambiente harmônico e respeitoso para todos os membros da nossa comunidade.

Por ser um lugar de múltiplas formas de conhecimento, os cursos, de graduação e de pós-graduação, possuem autonomia para discutir os variados temas que permeiam a nossa sociedade e que se apresentam com base em diversas teorias científicas. Ressalta-se, contudo, que a UFMA não compactua com quaisquer tipos de ações que possam desrespeitar os valores e princípios basilares da instituição.

Nesse sentido, a UFMA informa que está averiguando o ocorrido e tomará as providências cabíveis, após o comprometimento de ouvir todas as vozes, reafirmando seu compromisso com um ambiente acadêmico inclusivo, respeitoso e transparente.

Reafirma-se, por fim, que todos os esforços da Universidade buscam a melhoria de uma sociedade mais justa, inclusiva e comprometida com a pluralidade de vozes e saberes em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade.

Revisão: Jäder Cavalcante

A nota institucional da UFMA e os argumentos defendidos por Luis Felipe Miguel (2024), demonstram uma posição parcial sobre o que deveriam ser as instituições, como também os efeitos negativos de teorias transgressoras no campo de estudos de gênero e sexualidade, pois, é utilizado nos dois posicionamentos as idealizações normalizadoras do que deveria ou não ser a ciência, assumindo que os valores das instituições públicas devam ser

preservados à partir de inclinações normativas, que vigoram a partir de uma base ética e de boa conduta. Ou seja, um mecanismo comum na busca de regimes de verdade que ora podem validar, em outras apenas descredibilizar o que é entendido como legítimo e verdadeiro.

Essa visão se dá por conta de um desconhecimento (proposital) de produções de conhecimento a partir do *cuir*. Há uma longa abordagem tanto científica, como artística em que é proposto formas de pensar o corpo e a heteronormatividade partindo de pontos de inflexão que problematizam a identificação social do gênero centralizada na vagina ou no pênis.

O debate ganha repercussão na América Latina a partir de algumas traduções que intelectuais estabelecidos propuseram sobre a importação do conceito *queer* para representar as comunidades dissidentes de sexo e gênero em países do *sul global*. Os deslocamentos subjetivos, ocorreram a partir de uma produção teórica de autores estadunidenses sobre o termo, sendo sua primeira abordagem em texto de Teresa de Laurentis, intitulado *Queer Theory Lesbian and Gay Sexualities*. Contudo, o conceito ganha popularidade a partir da tradução e reprodução de textos escritos por Judith Butler (Nascimento, 2021; Valência, 2023).

As traduções e recepção da teoria *queer*, possibilitou aos intelectuais acadêmicos novas ferramentas teóricas que desse conta de falar de si e dos outros a partir de abordagens complexas e robustas. Foi possível a formulação de uma tradução do *queer* em *Cuir*; esse movimento tem como objetivo evidenciar as demandas dos movimentos sociais locais. Os efeitos dessa transgressão podem ser entendidos como revoltas contraculturais, entretanto, em países do *Sul Global*, os tensionamentos ocorrem por conta de uma crítica à noção de colonialidade. Por isso, Sayak Valência reitera que;

O cuir também procura tornar visíveis alguns usos estratégicos da desobediência epistêmica, em que se propõem – frente às metodologias de enunciação tradicionais da modernidade/colonial – outras metodologias de corte decolonial que mostrem as inquietudes discursivas – já existentes nas geopolíticas locais e messtic*s do sul – em torno da renovação dos imaginários da insubordinação social por meio das práticas (trans)feministas e da dissidência sexual como práticas pacíficas de desobediência civil organizada. (Valência, 2023, p. 30)

Dessa forma;

O cuir visibiliza e dá voz às políticas linguísticas de sobrevivência e aliança entre trans, borders, messtic*s, bixas, lésbicas, vestid*s, put*s e pessoas com deficiências. O cuir representa um estranhamento (ostranienie; desfamiliarização) do termo queer, isto é, uma desautomatização da perspectiva leitora, registrando assim uma inflexão geopolítica rumo ao sul a partir das periferias em contraofensiva à epistemologia colonial e à historiografia anglo-americana. Assim, o deslocamento do queer ao cuir

se refere a um locus de enunciação com inflexão decolonial, tanto lúdica quanto crítica. (Valência, 2023, p. 31)

Valência (2023) aponta que o *cuir* tem como prática desafiar as metodologias tradicionais de produção de conhecimento a partir da valorização de metodologias que já estão presentes em território local, mas que sofrem deslegitimação por não estarem estabelecidas institucionalmente, e por não partilharem de uma mesma ontologia significativa. O efeito dessa tensão ocorre via um movimento de desfamiliarização, muitas vezes inserido por atores não autorizados nos espaços de poder. O resultado ocorre através de uma inflexão lúdica e crítica, que busca reafirmar um vínculo com práticas de desobediência colonial cuja incidência ocorre através de uma virada epistemológica.

Entretanto, esse debate de melhores traduções no Brasil, tem como marco epistemológico novamente as traduções de saberes do *norte global* para pensar gênero e sexualidade em países cuja a experiência da modernização tenha ocorrido a partir de processos de colonização. Abordagens e textos de Jota Mombaça (2016) já mencionam o *cu* como forma de pensar a subjetivação, organizando e traduzindo amplo campo conceitual cujas reverberações incidem sobre o papel político de pensar o corpo como produção de vida e conhecimento. Essas cisões conceituais, também foram abordadas por Tertuliana Lusófono em um de seus textos acadêmicos, como por exemplo o relato etnográfico intitulado *Educando com o cú: introdução às pedagogias do corpo e do prazer* (2023), resultado de uma palestra que ocorreu na Universidade Federal da Bahia — instituição em que atualmente está institucionaliza como pós-graduanda, e que mais recentemente, como vimos, instaurou pânico morais no campo ético dos estudos de gênero e sexualidade.

Tanto a abordagem de Mombaça (2016) como a de Lusófono (2023) propõem críticas aos pressupostos conceituais do texto *Pode um subalterno falar?* (2010) de autoria de Gayak Spivak. Portanto os deslocamentos subjetivos ocorrem a partir da releitura epistemológicas que flexionam sobre as formas de repensar a relação sujeito-objeto e os processos de alteridade, caracterizado por Spivak (2010) de forma negativa, pois a autora de forma descritiva representa o subalterno como sem voz, ou seja, sem local de fala. Esse argumento é uma crítica colocada sobre a análise de poder de Michel Foucault, que enxergava formas contrapoder nas produções de subjetivação, ou seja, na própria ação política⁴⁰.

⁴⁰Para mais informações sobre esse diálogo, ler FOUCAULT, M. **Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze**. In. FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro/; Graal, 2006. p. 68-79.

A partir de práticas artísticas transgressoras e textos acadêmicos, tanto Mombaça (2016) como Lusófono (2023) questionam a produção de conhecimento em seu âmago, demonstrando os limites da moralidade ética e moral que caracterizam o que pode ou não ser considerado ciência. Os saberes construídos nos movimentos sociais de travestis e transexuais a partir da estética e experiência evoca novas noções de conhecimento legítimo. Ao contrário do que muitos possam dizer, o exército empreendido pelas autoras é uma continuação dos estudos de gênero e sexualidade, entretanto, a partir de outras interpretações epistêmicas.

O cu, assim como a buceta e o pinto, demonstram formas de pensar o corpo em sua natureza sexuada, mas também performativa. Isso significa que há vasto conhecimento sendo construído nos campos da arte e em abordagens acadêmicas que identificam cisões no conhecimento médico/científico/patológico produzido acerca das experiências generificadas e racializadas do corpo. Essa incidência pode ser demonstrada, como vimos anteriormente, em práticas e discussões que abordam formas de falar de si e dos outros menos centralizadas em aspectos biológicos e/ou normativos.

Nesse sentido, a performance de palestra de Lusofono causa pânico morais não por conta de sua nádegas de fora, mas sim, por ser uma travesti engajada no campo dos estudos de gênero e sexualidade, consciente da sua posição social como também da necessidade de encontrar caminhos de fuga aos estereótipos estanques sobre a sua representação social. Podemos identificar essa premissa como deslocamentos subjetivos do campo de estudos de gênero e sexualidade e que, neste texto, serão conceituados como sistemas de travestilidade pós-estrutural. Esse conceito pretende dar conta de traduzir algumas noções de produção de cultura e arte pós-moderna entre e para travestis e transexuais no contexto brasileiro.

O conceito pretende situar a pornografia e ao uso do corpo como táticas comuns acometidas por travestis e transexuais, produtos de sua locação compulsória em espaços em que se faz necessário seduzir o público. Como vimos anteriormente, para Michel Foucault (1999), o corpo pode ser interpretado como o processo de materialização das sanções de poder. Judith Butler (2016) dá continuidade às proposições dizendo que o conflito ocorre no e através dos corpos, sendo seus pontos de referência a própria subjetividade, ou seja, a própria representação que temos de nós e dos outros.

Normalmente, o corpo de travestis e transexuais são representados a partir de noções eróticas e subversivas, seus pontos de incidência podem ser encontrados em documentos institucionais que retratam o período da ditadura militar (1964-1988). Como vimos anteriormente, na seção 1.1, as políticas de inimizades causaram pontos de inferência que se

deslocam no contemporâneo, dando continuidade a uma subjetivação negativa do grupo social, perpetuando sua existência ainda relacionados à venda de serviços sexuais.

Os sistemas de travestilidade pós-estrutural é uma forma de conceituar a tradução estética que travestis e transexuais incidem em contextos artísticos e institucionais. As respostas não são simples, mas a partir do exercício de *render-se* ao campo de estudos de gênero e sexualidade, podemos provisoriamente caracterizar como uma fuga às interpelações normativas sobre o corpo via investigações científicas e atuação na vida profissional. Vou tomar emprestado a minha vivência enquanto travesti negra na universidade pública, realidade mais ou menos próxima de que Tertuliana e Mombaça presenciam para elucidar algumas percepções encontradas em olhares exógenos sobre o corpo travesti.

Quando ocorreu o cancelamento de Tertuliana, meu *direct* no Instagram encheu de mensagens de homossexuais brancos que me pediam um posicionamento crítico acerca do ocorrido. Um ano antes, o mesmo aconteceu em relação ao cancelamento de Richard Miskolci. As mensagens, aparentemente inocentes, no primeiro caso, relacionavam a minha produção acadêmica com a de Tertuliana, insinuando que a “natureza” das travestis e transexuais incidem substancialmente no sexo, portanto, sedução. Essas interpelações fizeram com que eu me questionasse se de fato essa sedução ocorre, ou se, na verdade, todos os atos normativos são produtos de códigos coordenadores, fazendo com que realidades sociais sejam suprimidas e marginalizadas a partir de um viés estanque e exógeno.

Desta forma, minhas contribuições teóricas, e meu percurso acadêmico, também resultam em pânicos morais? Já em relação ao cancelamento de Richard Miskolci, algumas pessoas insinuaram que eu estava de tramoio com transativistas para silenciar o opositor cis, de modo que eu deveria tomar cuidado e ser cautelosa com os posicionamentos que poderia tomar sobre o caso. Como se eu, uma pesquisadora recém-chegada ao campo, pudesse, de fato, influenciar a agenda acadêmica com novas leituras? Não sou eu quem está em processo de formação?

Enfim, uma verdadeira bagunça de opiniões, de pessoas que leram a produção de gênero e sexualidade a finco, e que também identificam estudos de travestis e transexuais como um complô maior, quase que orgânico, cujo os objetivos políticos sejam exterminar o opositor cis e polarizar o ambiente institucional via pânicos morais.

Tanto os escritos de intelectuais estabelecidos como as manifestações artístico-culturais de intelectuais outsiders causam no campo de pesquisa sobre gênero e sexualidade uma polarização moral sobre o que deveria ou não ser a ciência, bem como o que

deveria ou não ser um comportamento adequado em espaços institucionais. Esse efeito solapador corresponde a ações deliberadas de ambos os lados, até porque, todos, via investigações científicas e compreensões políticas, incidem controvérsias no campo ético dos estudos de gênero e sexualidade a partir de questionamento fundantes, como os biológicos e construtivistas sobre a formação dos sujeitos.

Os pesquisadores de gênero e sexualidade, sejam eles estabelecidos e outsiders, segundo o meu entendimento, polarizam o ambiente acadêmico por conta de possíveis interpretações sobre os conceitos de lugar de fala, cisgeneridade e experiência, ou seja, nada mais e nada menos do que exercício do contraditório, que inclusive, são importantes para o avanço da ciência e da institucionalização dos estudos de gênero e sexualidade.

O caso de cancelamento de Tertuliana Lustosa é fruto da ascensão de grupos até então proibidos no espaço acadêmico e que, via políticas de ações afirmativas e permanência estudantil, oxigenam o campo de estudos das ciências sociais com novas perspectivas epistemológicas a partir das análises interseccionais sobre os fenômenos sociais

Entretanto, como vimos anteriormente, nem todos partem do mesmo entendimento para referir-se a esse novo quadro. Isso significa que corpos dissidentes de sexo e gênero incomodam alguns atores estabelecidos na ordem institucional. O resultado dessa contraposição, entre intelectuais estabelecidos e outsiders, é materializado pela polarização acometida nas instituições de ensino superior por conta de uma mudança estética e geracional no espaço acadêmico. Entretanto, seu ponto de envergadura ocorreu nas manifestações de junho de 2013, que trouxe para o debate público temas caracterizados contemporaneamente como identitário.

Alguns intelectuais estabelecidos, via investigações científicas e posições ideológicas, acusam toda e qualquer minoria de anti-intelectuais e de identitários. Ao meu ver, esse ressentimento beira a uma alucinação cognitiva, até porque, muitos desses intelectuais realmente acreditam que travestis e transexuais são organizadas ao ponto de criarem uma nova agenda política e científica cujo o interesse seja destruir o opositor cis? Mas até ontem, não estávamos nós todos na marginalização compulsória? Será que, quase como uma mulher maravilha, rompemos com os recortes de subalternização tão repentinamente? Ou se estamos aqui, como escritoras, pesquisadores, artistas pop, é porque houve nas últimas décadas políticas públicas de justiça social?

Por fim, esses episódios de controvérsias éticas e morais são fruto de uma virada epistêmica importante, iniciada nas abordagens conceituais interseccionais, conduzidas por

atores minorizados socialmente, que até pouco tempo atrás não tinham espaço e voz nas instituições de saberes. Não é diferente de movimentos de capturas ocasionados em outros períodos históricos, isso porque, argumentamos que a representação de travestis e transexuais impactam o cenário nacional pelo menos desde 1970, período em que o regime autoritário instaurou uma série de políticas de inimizades com o intuito de exterminar grupos minorizados por conta de suas posições no mundo.

Isso significa que, mais do que o exercício do contraditório, alguns intelectuais e grupos ultraconservadores se ressentem diante das leituras interseccionais que travestis e transexuais vêm construindo a partir do campo dos estudos trans e transfeminismos. De alguma forma, o novo campo de atuação dos estudos de gênero e sexualidade causam controvérsias éticas e morais entre os atores que o institucionalizam. Esse efeito não é ocasionado por um empreendedorismo de si, mas sim resultado da contraposição de conhecimentos produzidos em movimentos sociais e conhecimento acadêmico. É produto de uma virada epistemológica contemporânea cuja função é questionar e desconstruir conhecimentos hegemônicos a partir de fatores localizados.

Conclusão: construindo caminhos possíveis para a transgressão.

Durante o percurso da escrita desta dissertação, me deparei diversas vezes com problemas constitutivos em relação ao local subjetivo em que a pesquisadora ocupa nos enquadramentos estruturais de subjetivação. Esse sentimento fez com que, parte dos meus esforços teóricos, ficassem, de certa forma, ligados às dinâmicas de gênero, raça e sexualidade, contidas em diversas literaturas do campo de estudo de gênero, sexualidade e raça, evidenciados por conta de suas abordagens interseccionais sobre os fenômenos sociais.

Isso possibilitou, de maneira provisória, à construção de caminhos subjetivos que dessem conta de explicar o nó entre história de vista, teoria e análise social. Uma tarefa difícil e erudita, pois, busquei evidenciar que, a nova composição social do campo de estudos das ciências sociais possibilitou o reavivamento de teorias e posicionamentos políticos até então inviabilizados e/ou invisibilizados nas agendas de pesquisa.

Neste sentido, trazer à tona as perspectivas de poder de Michel Foucault (1999), Judith Butler (2020) e tantos outros autores do campo das diferenças, foi o formato mais aceito dentre os enfrentamentos epistemológicos acometidos na teoria social e política, como também no próprio processo de orientação, momentos em que professora e estudante testou exaustivamente formas possíveis de fazer pesquisa sem borrar ou inviabilizar identidades. Dessa forma, às literaturas supracitadas ao longo de nossa argumentação serviu como fonte de recursos para então suscitar uma prática científica rigorosa, complexa, mas sobretudo localizada.

Isso significa que à revisão crítica sobre os processos de subjetivação e subjetividades, de raça e interseccionalidades, conceitos exaustivos nas teorias pós-estruturalistas, foi um caminho possível, evidenciando o que denominamos como autores transgressores, que a grosso modo, são aqueles e aquelas que refletem sobre suas posições frente aos processos de investigação científica e atividade política à partir de deslocamentos subjetivos, contidos na própria experiência de investigação social e escrita de determinados fenômenos sociais

Embora este trabalho compartilhe do engajamento em torno dessas análises, argumentamos que é fundamental adotar uma leitura subjetiva em relação a qualquer período histórico, de modo a revelar as assimetrias de poder entre indivíduos sociedade. Autores como Foucault, Butler, Mbembe, Connell e etc, interseccionam formas de interpretar as dinâmicas de poder, fornecem bases epistemológicas para compreender às críticas emergentes nas manifestações populares sobre a noção de sujeito e o funcionamento das instituições nas operacionalizações de direitos. Assim, teorias transgressoras assumem uma função política ao

desnaturalizar as estruturas que sustentam assimetrias na construção de conhecimento e na normalização de sujeitos.

Durante a argumentação, reconhecemos que a ciência política ainda apresenta resistência em incorporar teorias pós-estruturalistas, que desafiam o cânone estruturalista ao introduzir novas formas de compreensão sobre a sociedade, às relações sociais e os indivíduos. Essa resistência perpetua uma prática acadêmica marcada por assimétricas, reforçando a exclusão de perspectivas desconstrucionistas, que são acionadas na denúncia de projetos colonialistas, racistas, misóginos e transfóbicos, muitos deles perpetuados no espaço acadêmico (Espósito, 2023; Pfeil e Pfeil, 2023)

Desta forma, via análises transgressoras, reforçamos durante toda a argumentação a necessidade de problematizar táticas de exclusão institucional, bem como, também, alguns constrangimentos em relação à construção de exercícios científicos localizados. Ao escolhermos como base epistemológica autores e autoras que desafiam os interesses clássicos nas ciências sociais, reafirma-se o papel crítico que essa pesquisa busca evidenciar, que é oxigenar o campo do saber com reflexões que dialogam com realidades complexas, interseccionadas, é claro, reverberadas em um contexto social amplo, complexo e poroso.

Com base na subjetivação de travestis e transexuais, e à partir da minha experiência enquanto pesquisadora recém chegada ao campo, enfatizou-se como a exclusão sistemática de corpos e saberes não alinhados à heteronormatividade cultural continua sendo uma prática recorrente em espaços institucionais, em especial no acadêmico. Desta forma, buscamos argumentar que o saber produzido por corpos estrangeiros de raça e gênero podem ser entendidos como uma ferramenta de resistência frente às políticas de inimizades e formas sistemáticas de extermínio de mentes e corações.

A discussão sobre epistemicídio, apresentada por Sueli Carneiro (2023), foi central para evidenciar como o racismo epistêmico afeta a produção intelectual e o acesso ao conhecimento de grupos subjugados, especialmente à população negra. O epistemicídio opera não apenas pela exclusão educacional, mas também por meio da deslegitimação contínua do conhecimento produzido pelos mesmos, perpetuando e consolidando, formas de extermínio via o "sequestro da razão", revelando o impacto dessa negação na formação da autoestima dos pesquisadores, na permanência estudantil, e por conseguinte, no sucesso acadêmico.

Por isso, pode-se afirmar que o epistemicídio opera de maneira articulada dentro do sistema educacional, impactando diretamente o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes dissidentes da norma, em especial de negros e negras. Essa exclusão racial, ainda

que adaptada a avanços pontuais via políticas públicas, concretiza a inviabilização por meio de estratégias que impactam diretamente à permanência estudantil. Mesmo com políticas de equiparação social, como as ações afirmativas, o dispositivo de racialidade se reconfigura continuamente, reafirmando a exclusão e sustentando desigualdades estruturais. Como apontado pela literatura supracitada, o domínio das epistemologias hegemônicas por indivíduos negros não os exime de estar sujeitos à destituição de outras formas de saber e à constante reafirmação de uma suposta incapacidade cognitiva. (Carneiro, 2023).

À “luz” dessas contribuições teóricas, este trabalho destaca o papel das teorias transgressoras como acolhedoras de epistemologias que visam desvelar sistemas de opressões, nomear a norma e, contudo, construir caminhos possíveis na investigação social. As “Jornadas de junho de 2013”, observadas aqui como um marco crítico, exemplificam essa crise representativa. Naquele período, não apenas o aumento das tarifas de transporte foi alvo de contestação, mas também, foram problematizadas estruturas amplas de opressão que transcendem as análises clássicas das ciências sociais, principalmente as da ciência política. As críticas à representatividade estatal e partidária demonstraram uma tendência comum por mudanças que abarcam direitos sexuais, reprodutivos e a inclusão de grupos historicamente sub-representados, como a população negra e os corpos dissidentes de gênero.

Sendo assim, propomos que as investigações generalistas, comumente acionadas em explicações conjunturais, precisam antes ser complementadas por análises sociais da pluralidade de sujeitos e movimentos que emergem em períodos de crise social. As teorias transgressoras, neste sentido, podem oferecer instrumentos fundamentais para compreender as limitações das abordagens hegemônicas e propor novas possibilidades de pensar o sujeito político, a representatividade e as dinâmicas sociais a partir de práticas consubstanciadas. Concluir este trabalho é, portanto, um convite para continuar explorando essas epistemologias como ferramentas de resistência, emancipação e reconfiguração do campo das ciências sociais e na subárea da ciência política.

Os conceitos de lugar de fala, branquitude, experiência e cisgeneridade, ainda causam em intelectuais estabelecidos certo alvoroço no campo de estudos, pois, alguns autores acreditam que esses movimentos epistemológicos podem interferir na rigorosidade do campo dos estudos sociais. Essa interpretação errônea, se dá por conta do vício em produzir teorias factuais cuja a principal contribuição seja o controle de subjetividade. O *mainstream* das ciências sociais brasileiras, em especial na ciência política, acredita que análises sociais mais

bem-sucedidas são aquelas em que a posicionalidade social esteja ligada a uma falsa alteridade entre pesquisador e seus objetos.

Isso faz, muitas vezes, com que haja uma hostilidade em relação a pesquisas que deem vazão ao lugar subjetivo dos pesquisadores. Uma vez que a crítica sobre o campo constitutivo em que nossas identidades são produzidas ganham força nos movimentos sociais e acadêmicos, é comum que haja recusa de alguns agentes envolvidos pelo rol masculinista em também aceitar e descrever as suas posições sociais. Essa postura é chamada de ofensa da nomeação, pois as teorias de gênero e sexualidade descrevem a produção subjetiva sempre em relação à uma análise de saber-poder. Isso significa que os códigos coordenadores operam de formas repressivas e produtivas.

Talvez estejamos presenciando neste trabalho, uma das primeiras tentativas de investigação constitutivas sobre os processos de subjetivação que travestis, transexuais e transgêneros representam na política institucional, sejam elas da academia ou de caráter representativo político. O desafio desses caminhos, se deu por um forte desconhecimento dos pares de pesquisa sobre as teorias aqui supracitadas. Isso causa quase que uma lacuna nas investigações sobre a subjetivação de pessoas trans no campo político e acadêmico. Há também, uma angústia à contrapelo nas páginas escritas anteriormente, pois em uma episteme transgressora, às fontes de pesquisa devem ser escolhidas de forma política. No caso de epistemologias endereçadas por pessoas trans e negras, ainda há necessidade de demarcar o caráter repressivo e produtivo de suas produções acadêmicas.

Alguns críticos enquadram essas metodologias como demasiadamente substantiva, pois acreditam que investigações localizadas podem ser produtos de um processo identitário, portanto individual e reducionista das realidades sociais. Entretanto, por mais que eu quisesse poder escrever sobre meus processos individuais, percebi que essa possibilidade é efetivamente impossível, uma vez que os processos que me subjugam, na verdade, são efeitos de lógicas de saber-poder produzidos por códigos coordenadores via táticas de exclusão, corroborando com um silenciamento e a inviabilização de pesquisas sociais localizadas.

Uma vez que as universidades brasileiras são produzidas como um espelho das sociedades ocidentais, encontrar corpos e investigação localizadas de travestis e transexuais se tornou um desafio. Essa afirmação faz com que os esforços investigativos contidos nesta investigação sejam encontrados nos processos de subjetivação negativos, principalmente porque no meu caso específico, eu sou a única travesti negra que ocupa espaço no programa de pós-graduação em ciência política da Universidade Federal de São Carlos.

Mesmo em disciplinas que costumam incorporar em seus quadros perspectivas de pessoas trans e negras, percebemos que alguns intelectuais estabelecidos se manifestam em relação a essas experiências muitas vezes de forma hostil e desumanizante. Isso faz com que o nosso enquadramento seja o tempo todo submetido ao local da loucura, da pouca experiência e da militância.

Essa tática de exclusão, coloca nossas produções acadêmicas como marginais e subalternizadas no grande campo das ciências sociais. Um dos efeitos dessa subjetivação é uma representação social reconhecida no campo da sociologia e antropologia, entretanto, pessoas trans ainda são invisíveis nas normas jurídico-discursivas do poder, fazendo com que nossa experiência muitas vezes seja resumida como um não ser. (Lanz, 2017).

Reiteramos que os esforços contidos aqui não dizem sobre uma investigação individual metodológica, mas sim, há uma leitura crítica sobre epistemologias transgressoras: caminhos investigativos construídos no interior das teorias de gênero e sexualidade e que no contemporâneo, são reproduzidas por travestis, transexuais, negras e negros. Tem como proposta corroborar com as investigações nas ciências sociais, construindo leituras e análises sociais que deem conta de falar de si e dos outros sem borrar ou inviabilizar a experiência.

Dito isto, iremos enfatizar que os deslocamentos subjetivos das teorias feministas, de raça e gênero, causam em nós, pessoas dissidentes e marginalizadas processos de (des) subjetivação, fazendo com que, uma força idealizadora impacte na construção de possibilidades argumentativas que fogem de uma suposta regra universal e/ou objetiva.

Em outros termos, me sinto impedida, muitas vezes, de construir um lugar comum com aqueles e aquelas que se apoderam da escrita de forma profissional e neutra. Isso porque talvez a minha representação social perpassasse status unívocos sobre o que é ser gente, e por conseguinte, o que é ser escritora.

Digo escritora, e não pesquisadora, porque acredito que o exercício da escrita antecede toda e qualquer conotação estilística. Uma escritora escreve coisas que os outros querem ouvir, mas muitas vezes, por conta de uma subjetividade inerente ao processo de escrita, se perdem nos sussurros que outras vozes ecoaram em nós. É como se fosse um sonho que ocorre quando estamos na frente de nossos computadores, estamos acordadas, mas reside ali um imaginário que nos faz transpassar o status da razão e objetividade.

Esse sentimento de desconcentração, pouco assertividade, e até mesmo de incapacidade racional, podem ser entendidos como um projeto de fuga. Talvez, se for

apreendido pelas epistemologias transgressoras, esse amargor possa ser convertido em leituras parciais da sociedade contemporânea.

O projeto da razão universal construiu rigorosas formatações do que deveria ou não ser um exercício acadêmico, e até mesmo, o exercício etnográfico. Foi construído, durante muitas décadas, formas comuns de apreensão do social focadas em variáveis fixas, e não na complexidade narrativa sobre si e o outro.

A ciência, por exemplo, transformou o projeto de escrita em um exercício de objetividade técnica. Isso faz com que o ato de escrever se limite à aqueles que possuem conhecimentos técnicos sobre os acordos ortográficos e regras de mensuração de rendimento acadêmico.

Para alguns deles, só conseguem escrever aqueles e aquelas que como em um passe de mágica, consigam absorver toda e qualquer manifestação subjetiva. Para escrever é preciso esquecer das crianças, dos maridos, dos afazeres domésticos e de qualquer preocupação de subsistência.

A escrita, talvez tenha se transformado em um terreno fértil de oportunistas que querem exprimir toda e qualquer manifestação da experiência. Isso ocorre em alguns textos acadêmicos, cujo os autores e autoras se escondem atrás do status de pesquisadores e técnicos. Acometem também os formadores de opinião pública, pois lançam diagnósticos factuais em jornais consagrados utilizando como técnica a mensuração factual de alguns dados e objetos que as instituições (às regras) precisam apreender.

Esse sentimento de objetividade, por vezes, acomete as professoras e professores, que com receio de serem denunciados como ideólogos, praticam análises sobre a história e os fenômenos sociais de forma acrítica, descontextualizada e robótica. Ou seja, parece-me que existem forças capazes de subjugar o processo da escrita em técnicas de mensuração objetivas e universais.

Entretanto, o exercício etnográfico, outro processo de escrita, segundo Clifford Geertz (2002), consiste na descrição densa da cultura, quase como uma narração de coisas e particularidades, que por vezes, só o etnógrafo consegue apreender com um olhar de fora. Consistem em processos de mensuração que atravessam os interlocutores de pesquisa, expropriado assim, toda e qualquer experiência mais íntima, minimamente costurada a processos massificantes de subjetivação.

Esse entendimento de mensuração guiou os corações dos etnógrafos por muito tempo, fez com que suas mentes e corações estivessem invariavelmente acometidas por uma busca

incansável sobre o saber, que muitas vezes são convertidas em técnicas capazes de capturar produtos mensuráveis a partir da universalização da linguagem.

Talvez consista aqui a dificuldade e (des) compreensão que muitas de nós, em frente de nossos computadores, sofremos. Somos invadidas e arrematadas para fora, nos sobrando assim, apenas a reprodutividade técnica da escrita e a mensuração do universal, pois somos confrontados com os gritos de sua razão que insistem em nos capturar, nos amarrar às suas agendas e compromissos inevitáveis.

Escrevemos em nossos computadores, agendas, redes sociais, em documentos, em textos filosóficos e acadêmicos, mas mesmo assim, somos desapropriados do verdadeiro ato da escrita porque, em suma, tivemos nossas experiências expropriadas. Estamos desgastadas, por isso é muito difícil desobedecer aos códigos coordenadores. Isso faz com que o ato transformativo da linguagem seja transpassado por nuances pequenas e distanciadas do que poderia ser o social.

Entretanto, essa digressão não é, ainda, uma experiência transgressora, vejamos o que podemos fazer em relação às questões estilísticas nas próximas páginas.

O exercício transgressor, consiste em descrever minimamente o que identificamos anteriormente, durante a argumentação expositiva e teórica deste trabalho acadêmico. Sendo assim, a digressão da memória é uma ferramenta importante destacada em alguns livros e conferências da escritora Conceição Evaristo (2020). Vimos em um dos seus trabalhos citados, que a *escrevivências* consiste em processos de contar histórias coletivas. É uma forma de empoderar mulheres negras a tomarem a escrita como forma de sobrevivência. Não importa se as histórias contadas por nós são ficções ou diários de memórias, mas sim, de exercitar a escrita de forma a conectar as diversas histórias contadas através de elementos constitutivos, que podem se concentrar na cor da nossa pele, em nossa origem geográfica e de classe, como também com o que carregamos debaixo das pernas.

Entretanto, vejo a necessidade de atualizar o conceito à luz das transgressões. Estou invertendo o movimento proposto inicialmente neste texto para tentar descrever os processos de *escrevivências* como uma forma de contar histórias até então invisibilizadas na teoria social. Afinal, estamos partindo do pressuposto que o campo das ciências sociais expropriou o exercício da escrita em prol de um projeto de descrição do universal.

Por isso, se fossemos ousados o bastante para nomear o exercício proposto aqui, poderíamos chamá-la de *sociologia das experiências*, uma subárea das ciências sociais, que tem como intuito comportar análises e produções que teorizam sobre processos de

subjetivação; que buscam organizar produções subjetivas sobre o corpo, o estado e a democracia, alargando assim, os estoques de conhecimento nas ciências sociais. Esses materiais podem ser utilizados pelos intelectuais estabelecidos do campo como uma forma de deixar suas análises e investigações de conjunturas mais robustas e complexas. Podem ser utilizados por estudantes, professores e curiosos de fora do campo das ciências sociais, pois os materiais contidos aqui têm por objetivo também proporcionar para as pessoas comuns formas e maneiras de analisar o social a partir de suas experiências vividas. Por fim, pretendemos complexificar as interpretações sobre a condição humana, que segundo as teorias citadas nesta dissertação, são dotadas de pressupostos constitutivos, que ora ou outra podem inserir no campo lógicas e *insights* sobre os processos de subjetivação, como também proporcionar ferramentas críticas de entendimento sobre o mundo a partir das variações do saber-poder.

Entretanto, como dito anteriormente, o ofício da escrita antecede as apreensões que a academia, e em especial as ciências sociais introduziu. Não consiste em um processo cartesiano de análise do social, mas sim, como colocado pela *chicana* Gloria Anzaldúa (2000) na década de 80, de que a escrita para corpos de mulheres de cor, mestiças e do terceiro mundo global, consistem em *falar em línguas*.

Por isso, para exercitar essa ferramenta metodológica, necessitamos, antes de tudo, *render-se* ao campo de estudos, nos desprendendo assim, de certas lógicas de saber-poder que buscam normalizar a escrita enquanto técnica exógena. Com o auxílio de Evaristo e seu conceito de escrevivências, podemos nos apoderar do ofício assim como Anzaldúa o fez, não de maneira linear, mas na busca de razões constitutivas de narrar as histórias de nós mesmos e dos outros.

REFERÊNCIAS

- ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). **Dossiê assassinatos 2023**. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>. Acesso em: 08/08/2023.
- ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). **Eleições 2020**. Disponível em: <https://antrabrasil.org/eleicoes2020/>. Acesso em 27/01/2025.
- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 229, 2000. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em: 28 jan. 2025.
- BENTO, B. O que é transexualidade. 1ª Edição São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 2001.
- BENTO, C. **O pacto Narcísico da Branquitude**. 1º Edição São Paulo. Editora Companhia das Letras, 2022.
- BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 20ª Edição. Rio de Janeiro, 2020: Civilização Brasileira, 2020.
- BUTLER, J. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Tradução Rogério Bettoni. Ed 1. Belo Horizonte. Editora Autêntica, 2017.
- CAVALCANTI, C., BARBOSA, R., BICALHO, P. P. G. **Os tentáculos da ditadura: abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização**. In: *Psicologia, Ciência e Profissão*, n. esp. 2, v. 38, p. 175-191, 2018. Disponível: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212043>. Acesso em: 08/08/2023
- CARVALHO, R. **Manifesto Transpofágico**. São Paulo: Casa 1: Editora Monstra, 2021.
- CAMARGO, B. Q. **Em defesa das crianças? A instrumentalização da democracia no discurso antigênero na Câmara dos Deputados e em espaços religiosos**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14257>.
- CEDEC - CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA. **Mapeamento das Pessoas Trans na Cidade de São Paulo**: relatório de pesquisa. São Paulo, 2021. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/LGBT/AnexoB_Re/loratorio_Final_Mapeamento_Pessoas_Trans_Fase1.pdf Acesso em: .07/10/2024.
- CEPÊDA, V. **A nova direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais**. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 23, n. 2 mai./ago. 2018, pp. 40-74. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2018v23n2p40>. Acesso. 29/01/2025.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). Texto 7: **Ditadura e homossexualidade**. 2017. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%207.pdf>. Acesso em: 08/08/2023.
- COOHEN, S. **Folk Devils and Moral Panics**. This edition published in the Taylor & Francis e-Library, 2011. Disponível em: https://infodocks.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/01/stanley_cohen_folk_devils_and_moral_panics.pdf
- CONNELL, R. **Gênero em termos reais**. Trad. Bra. Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2016.
- CONNELL, R. **O império e a criação de uma ciência social**. In: *Contemporânea*, v.2, p. 309-336, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/issue/view/7>. Acesso em: 08/08/2023.

CONNELLb, R.. **A iminente revolução na teoria social**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 27, n. 80, p. 09–20, out. 2012. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000300001>. Acesso 30/01/2023.

COWAN, B. **Capítulo 1: "Homossexualidade, ideologia e subversão no regime militar"**. In: **Ditadura e homossexualidade: expressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: Edufscar, 2014.

COLLING, L. **Ataques recentes às perspectivas das interseccionalidades**. Revista Periódicus, n. 17, v.2, jan.2022-jun.2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Leandro-Colling/publication/362940131_Attaques_recentes_as_perspectivas_das_interseccionalidades/links/6309827a61e4553b953f7826/Attaques-rec-entes-as-perspectivas-das-interseccionalidades.pdf Acesso em: 29/01/2025.

CORREIO BRAZILIENSE. **Pessoas trans no ensino superior avançam, mas ainda há desafios**. Disponível em <https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2022/06/5018468-pessoas-trans-no-ensino-superior-avancam-mas-ainda-ha-desafios.html> acesso 29/01/2025.

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. In: Revista Estudos Feministas, 171, 2002. Disponível <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTp4SFXPnJZ397j8fSBOQ/?format=pdf&lang=pt> Acesso 27/01/2025.

ESPÓSITO, Y. **Subjetivação necropolítica e a materialidade do pós-estruturalismo**. Agenda Política, V. 8, Número 1, São Carlos, 2020, 313-336. Disponível em: <https://doi.org/10.31990/agenda.2020.1.11>. Acesso 27/01/2025.

EVARISTO, C. **Escrevivência a escrita de nós: Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, cap. 26-48-164.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: A vontade de saber**. 13ª edição. Rio de Janeiro: Editora Digital Source, 1999.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. 20ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. **O homem está morto?**. In: **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. Coleção Ditos & Escritos, vol. VII. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, pp. 138-144.

FOUCAULT, M. **Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze**. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro/; Graal, 2006. p. 68-79.

GROSFOGUEL, R. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Sociedade e Estado, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 25–49, 2016**. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6078>. Acesso em: 29 jan. 2025.

GURVITCH, Georges. **As Estruturas em Sociologia**. In: BASTIDE, Roger (coord.). **Usos e sentidos do termo “estrutura”**. São Paulo: Editora Herder – Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

HARAWAY, D. **Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Revista Cadernos Pagu, nº 5, Campinas, 1995.

JESUS, J. G. **Transfeminismo: teorias e práticas**. 2º. Editora Lea Carvalho, Rio de Janeiro, 2015.

JESUS, V. **Pensamento social brasileiro e (trans)feminismos negros: contribuições de intelectuais travestis e mulheres negras na interpretação do Brasil**. PerCursos,

Florianópolis, v. 25, e0107, 2024.(UFES)Vitória -ES. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/19847246252024e0107Recebido>

PANKE, L. IASULAITIS, S. **Mulheres no poder: aspectos sobre o discurso feminino nas campanhas eleitorais** OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 22, nº 2, agosto, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/nPwPLVHhpnbfF3sYpTZps9WCs/?format=pdf>

LANZ, L. **Ser uma pessoa transgênera é ser um não-ser**. Revista Periódicus, [S. l.], v. 1, n. 5, p. 205–220, 2016. DOI: 10.9771/peri.v1i5.17188. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17188>. Acesso em: 12 ago. 2024.

LANZ, L. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Defesa: Curitiba, 10/06/2014. Disponível em:

<https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/36800?show=full>. Acesso em: 07/10/2024

LEITE, JR. J. **Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias travesti e transexual no discurso científico**. Editora AnnaBlume, 1ª Edição, São Paulo, SP. 2011.

LORDE, A. *Irmã Outsider*. Editora autêntica, 1ª Edição, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: [file:///C:/Users/ferna/Downloads/Audre%20Lorde%20Irm%C3%A3%20outsider%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/ferna/Downloads/Audre%20Lorde%20Irm%C3%A3%20outsider%20(1).pdf). Acesso: 11/08/2023.

MARTON, S. **Foucault, Deleuze e Derrida Frente à crise**. Café Filosófico, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mPBN2vYsOLI>. Acesso em 29/01/2025.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Trad. Bras. Sebastião Nascimento. n-1, 2018.

MISKOLCI, R. **Batalhas Morais: política identitária na esfera pública técnico-midiatizada**. Edição nº 1, Ed. Autêntica, Belo Horizonte, 2021.

MILLS, C. W. **A Imaginação Sociológica** (Trad. Bras. Waltensir Dutra), Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

MILLS, C. W. **A elite do poder**. Trad. bras. Waltensir Dutra. Editora Zahar, Rio de Janeiro 1975

MOMBAÇA, J. **Pode um cú mestiço falar?** In plataforma médium. 2015. Disponível em: <https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>. Acesso em: 28/01/2025.

MOMBAÇA, J. **Para desaprender o queer dos trópicos; Desmontando a caravela queer**. In Plataforma médium. 2016. Disponível em: <https://medium.com/@monstraerrtika/para-desaprender-o-queer-dos-tr%C3%B3picos-desmontando-a-caravela-queer-6ced98495821>. Acesso em: 28/01/2025.

NASCIMENTO, L. **Transfeminismo**: 1ª Edição. São Paulo - Jandira, coleção feminismos plurais, 2021.

NERY, João W.; MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque. **Deslocamentos subjetivos das transmasculinidades brasileiras contemporâneas**. Periódicus. Salvador, n.7, v.1, p.280-299, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/33130957/NERY_Jo%C3%A3o_W_MARANH%C3%83O_Fo_Eduardo_Meinberg_de_Albuquerque_Deslocamentos_subjetivos_das_transmasculinidades_brasileiras_contempor%C3%A2neas_Peri%C3%B3dicas_Salvador_n_7_v_1_p_280_299_2017. Acesso em: 07/10/2024

OLIVEIRA, M. R. **O diabo em forma de gente: (re)existência de gays afeminados, viados e bixas pretas na educação**. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de

Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Defesa: Curitiba, 30/03/2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/47605?show=full>. Acesso em: 07/10/2024.

PHILLIPS, A. **O que há de errado com a democracia liberal?** Revista Brasileira de Ciência Política, nº 6, Brasília, julho - dezembro de 2011, pp. 339-363. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000200013>. Acesso em: 08/08/2023.

PHILLIPS, A. De uma política de ideias a uma política da presença? Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 1, p.268-290, 202. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100016>. Acesso 29/01/2024.

PFEIL, B; PFEIL. **A cisgeneridade como diferença: o caráter institucional da ofensa da nomeação.** Revista Espaço Acadêmico (242), 2023.

QUADROS, M. P DOS R; MADEIRA, R. M. **Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil.** Revista Opinião Pública. V, 24,nº 3. P. 486-522. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912018243486> . Acesso em 29/01/2025.

QUINTANEIRO, T. *et al.* **Um toque de clássicos.** Belo Horizonte, MG:UFMG,2002..

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Feminismos Plurais.Belo Horizonte: Letramento, 2017

SAFFIOTI, H. **Gênero Patriarcado Violência.** 2º Edição. Expressão popular: fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2015.

SIMAKAWA, V. V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Programa Multidisciplinar de Pós Graduação em Sociedade e Cultura. Defesa 12/07/2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19685>. Acesso em 30/01/2025.

WEBER, Max. **As causas sociais do declínio da cultura antiga.** In: Sociologia. (org.) COHN, G. **Weber.** São Paulo: Ática, 2003. p. 37-58

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Trad. bras. Regis Barbosa e Karen Barbosa. Ed, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <https://www.uel.br/grupo-pesquisa/socreligioses/pages/arquivos/Sociologia%20I/Weber%252c%20M%20cap%201%20Conceitos%20Sociol%C3%B3gicos%20fundamentais%20-%20Economia%20e%20Sociedade.pdf>

Valencia, S. **Do queer ao cuir: Geopolítica do estranhamento e Epistêmica do Sul Glocal.** In Caderno Espaço Feminino | Uberlândia, MG | v.36 | n.1 | 2023. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/CEF-v36n1-2023-3>. Acesso em: 29/01/2025.

Valencia, S. **Capitalismo Gore.** 1º Edição. Editora Melusina. Espanha, 2010

ANEXOS

Anexo 1: COELHO, Caia Maria de Araujo. Pela autonomia transfeminista no reconhecimento de Richard Miskolci como persona non grata. Disponível em: < [Pela autonomia transfeminista no reconhecimento de Richard Miskolci como persona non grata](#) > Acesso em: 27 jan. 2025.

O compromisso transfeminista com a liberdade de cátedra é inegociável. Na mesma medida, a autonomia de pensadoras, ativistas e organizações sociais trans e travestis deve ser preservada. A declaração de persona non grata parte de prerrogativas democráticas e diplomáticas, tendo constituído, na tradição política do movimento de travestis, uma ferramenta de resistência à censura.

Assim sendo, além de reiterar nosso posicionamento, destacamos a importância na defesa da autonomia política e epistêmica do transfeminismo e dos movimentos sociais, já

que a liberdade do livre dissenso é direito de todas, todos e todes, e não pode se restringir a formas acadêmicas de manifestação, sendo atacada quando não se encaixa nestes parâmetros.

Divulgamos este abaixo-assinado, republicando abaixo a nota-manifesto deturpada por pessoas que não entraram em contato com seu conteúdo e não discutiram seus argumentos. Ela foi anteriormente divulgada pelos movimentos civis de pessoas trans e travestis e transformada, estrategicamente, em uma acusação antidemocrática que serve ao crescente ódio e cruzada antitrans (e antigênero) no Brasil, sendo mais um dispositivo de exclusão epistemológica e política das pautas e formas de ação do transfeminismo brasileiro.

*

São Paulo, 07 de novembro de 2023

Cumprimentos,

Através deste título, em nome das organizações, pensadoras e ativistas que o subscrevem, declaramos publicamente que Richard Miskolci passa a ser reconhecido como "persona non grata" no âmbito epistemológico e ético do transfeminismo brasileiro.

A decisão se dá no contexto em que Miskolci tem atuado no sentido contrário a conceitos fundamentais do transfeminismo, como a cisgeneridade. Seu evidente menosprezo pela produção epistêmica de pessoas trans, se estende também às comunidades não binárias, utilizando retóricas negacionistas e que contribuem para o trans-epistemicídio da produção intelectual de pensadoras e pesquisadoras trans.

Durante o evento do I Seminário Queer – Cultura e Subversões das Identidades, organizado em 2015 pela Revista Cult em conjunto com o Sesc Vila Mariana, Miskolci explicitou sua rejeição em relação ao conceito de cisgeneridade, posição que vem sendo reafirmadas e que no ano de 2021, foi reiterada por meio de um artigo publicado no jornal gaúcho Extra Classe.

Ante ao exposto, da dificuldade de um diálogo e falta de posição crítica em relação ao cissexismo, e por manter posição que não demonstra intenção em rever suas afirmações que trazem impactos deletérios em relação a produção Transepistêmica, aproveitamos a ocasião do Seminário Identidades Trans e Travestis, produzido pela Revista Cult em colaboração com o Sesc Pompeia, para declarar que tais posições não serão toleradas em qualquer âmbito e que a sua defesa representa um passo contrário à luta antitransfobia. Não se tratando simplesmente do "livre exercício do contraditório", mas de deturpações deliberadas de fantasmagorias

obsoletas e epistemologicamente violentas – deturpações que, efetivamente, têm o potencial de ser instrumentalizadas por movimentos autoritários e conservadores.

Considerando o avanço de uma agenda anti-trans que tem utilizado espaços acadêmicos para a disseminação de retóricas que sustentam as posições mencionadas, declaramos formalmente que Richard Miskolci passa a ser reconhecido como persona non grata. Em outras palavras, enquanto o mesmo continuar a publicamente reafirmar tais posições cisativistas sem adotar ações reparadoras, consideramos sua presença inaceitável e contraditória nos espaços dedicados à luta anti-transfobia

Atenciosamente,

Caia Maria Coelho - pesquisadora, ensaísta e artista transfeminista

Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)

Keila Simpson - Dra Honoris Causa/UERJ, Ativista LGBTQIA+

Bruna Benevides - Ativista Transfeminista, pesquisadora e educadora social

Erika Hilton - Deputada Federal

Letícia Carolina Nascimento - Ativista, professora da UFPI, autora do livro Transfeminismo

Viviane Vergueiro Simakawa - Pesquisadora e ativista transfeminista, mestra em Cultura e Sociedade (UFBA)

Fabian Algarte - transativista, pesquisador, educador corporativo

Enzo Gomes - Transativista, pesquisador, gestor cultural

Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT)

Fórum Black Trans Brazil - FONATRANS

Jovanna Cardoso da Silva - Conselheira Nacional de Promoção da Igualdade Racial

Neon Cunha - Ativista independente | Excelência Acadêmica pela Federal do ABC

Amanda Palha - ativista travesti e educadora popular - Ativista independente | Excelência Acadêmica pela Federal do ABC

Apollo Arantes - transativista

Fórum Estadual de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro (FORUMTTRJ)

Beatriz Pagliarini Bagagli - pesquisadora e transfeminista

Magô Tonhon - maquiadora y educadora de beleza. Pensadora y ativista, é consultora em diversidade

Ian Guimarães Habib - Pessoa pesquisadora e ativista transfeminista, Mestra em Artes (UFBA)

Museu Transgênero de História e Arte - MUTHA

Hailey Kaas - Pesquisadora, educadora e ativista transfeminista.

Centro de Pesquisa Transfeminista

Rede Trans Brasil

Tathiane Araújo - ativista e feminista

Dan Kaio Lemos - antropólogo, Doutorando em Ciências Sociais UNB, pesquisador da UNIFESP E Ministério dos Direitos Humanos

Matheus Firmino Leite - militante de direitos humanos de crianças e adolescentes, cisgênero

Pedro Ambra

Vi Grunvald

Jean Wyllys - pesquisador e ex parlamentar

Amala Malaman

Kyem Ferreira

Ana Giselle Batista

Guilherme Calixto Vicente - transfeminista, ativista, pesquisador e artista

Gabriel Lodi

Thayz Athayde

Carolina Iara - Co-Deputada Estadual de SP

Clair de Luma Capiberibe Nunes - mulher travesti, pesquisadora, epistemóloga da ciência

Renata Carvalho

MONART

Rafa Ella Pinheiro Souza - travesti, antropóloga e pesquisadora

Chris, The Red - artista visual e pesquisador, doutorando em artes (PPGARTES/UERJ)

Bernardo Gael Penha - homem trans militante

Vidda Guzzo - Travesti, intersexo, bissexual, defensora dos direitos humanos, ativista LGBTI

Dayanna Louise - Pesquisadora e Ativista Transfeminista. Doutoranda em Educação/UFS

Chico Lacerda - professor, pesquisador, cineasta, quadrinista

Revista Estudos Transviades

Cello Latini Pfeil - editor da Revista Estudos Transviades e professor da UFRJ

Jinx Vilhas - Cientista social, mestrando em Antropologia Social no PPGAS/Unicamp e pesquisador discente do Núcleo de Estudo de Gênero – Pagu da Unicamp.

Indianarae Siqueira - idealizadora da Casa Nem, do Grupo TransRevolução e do Nome Social

Thiago Coacci - cientista político, assessor parlamentar e pesquisado

Anexo II: BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Os erros e distorções de Richard Miskolci: uma carta aberta. Medium. 18 out. 2021. Disponível em: < [Os erros e distorções de Richard Miskolci: uma carta aberta](#). > Acesso em: 27 jan. 2025.

Richard Miskolci, em recente entrevista para o [Extra Classe](#), propagou erros e distorções que beiram à desonestidade intelectual.

Sua desconsideração ou menosprezo a respeito do termo identitário “não binário” é flagrante, ao dizer que “autoclassificação como não binário pode se revelar um modismo”. É muito curioso a sua suposição de que a não-binariedade só poderia eventualmente ser legítima (como um “não modismo”, “efetivar-se na vida cotidiana”, como algo verdadeiramente “sério”?) a partir de uma investigação acadêmica mais minuciosa.

Diante disto, cabe nos perguntarmos: as identidades só se tornam legítimas a partir do gesto de investigação do pesquisador? Ou a legitimidade da identidade não emergiria do próprio movimento coletivo e orgânico de reivindicações políticas do grupo? É preciso um olhar pesquisador externo para supostamente validar uma identidade, supostamente “neutro”?

É necessário também nos determos em uma passagem específica de sua fala:

“Autoclassificar-se como isso ou aquilo no que se refere ao gênero expressa tanto insatisfação com a identidade atribuída socialmente à pessoa como a expectativa de deter o poder sobre o gênero, como se gênero fosse algo que alguém tem e não o resultado de regimes regulatórios, em que o gênero é sempre atribuído a nós pelos outros, pela sociedade, pelo aparato médico-legal, por exemplo”.

A ideia de que as identidades trans se baseiam, se fundamentam ou se originam por meio da ilusão voluntarista do sujeito (neo)liberal ou pós-moderno é bastante recorrente — e extremamente prejudicial e perniciosa para o movimento trans. Ela adquire diferentes formas em discursos reacionários anti-trans e frequentemente tem o objetivo de desarticular o movimento trans da esquerda e do movimento de gays, lésbicas e bissexuais, sendo comum em discursos feministas radicais trans-excludentes e até mesmo de direita cristã.

Esta posição trans-antagonista se expressa na entrevista pela alegação de que a não-binariedade seria fundada sob uma “expectativa de deter o poder sob o gênero”. Ao dizer isto, Miskolci subentende uma crítica à não-binariedade, pois a ideia de que alguém possa “deter o poder sob o gênero” é facilmente criticável como algo ingênuo politicamente e epistemologicamente, seja do ponto de vista individual, político ou coletivo — o que ele efetivamente o faz, já que tece a oposição, logo a seguir, entre a não-binariedade e o fato de gênero ser “resultado de regimes regulatórios, em que gênero é sempre atribuído a nós pelos outros”; de forma a concluir, mesmo implicitamente, que “ninguém detém o poder sob o gênero”.

Em minha [dissertação](#), analiso como este tipo de alegação é falaciosa, seja no caso contra pessoas trans (binárias) como não binárias.

O fato do gênero ser atribuído a nós pelos outros e enquanto uma força coerciva e externa da sociedade não justifica a desconfiança de que nossas identidades sejam algo pueril ou mesmo justificaria a deslegitimação das identidades trans, seja binária ou não binária. Da mesma forma, a heterossexualidade é atribuída a todos os sujeitos como a norma compulsória — o que não significa que todos os sujeitos são essencialmente heterossexuais.

Outra colocação que considero problemática diz respeito a uma culpabilização, mesmo sutil, dos grupos minoritários sobre o avanço mundial do conservadorismo que o entrevistado acaba fazendo, ao dizer que “o ativismo e a própria área de pesquisa em gênero e sexualidade contribuíram para sua própria derrota ao lidarem com seus adversários em termos que os favoreciam”.

Quais foram esses termos que os favoreceram? Como isso efetivamente se deu? Reivindicar a nossa humanidade é considerado um gesto muito radical a ponto de isto justificar a própria violência que sofremos? Se tivéssemos nos comportado supostamente “bem”, de acordo com outros “termos”, será que o desfecho seria realmente tão diferente assim? Atribuir o avanço do conservadorismo a uma questão do engajamento de grupos a determinados tipos de discurso me parece ser uma análise bastante frágil e idealista.

É então a cultura de cancelamento? Ora, o movimento de pessoas trans vai muito além da dita “cultura de cancelamento” das redes sociais. Assumir que toda a militância e produção de conhecimento de pessoas trans se resumiria à cultura de cancelamento é algo absurdo e desonesto. Prefiro apostar no benefício da dúvida e assumir que Miskolci não iria aderir a um achismo tão banal e violento como esse.

O segundo erro flagrante é a respeito da sua desconsideração da produção intelectual de pessoas transexuais, travestis e transgêneras, assim como de grupos e movimentos transgêneros no geral. Ele alega neste sentido que a noção de cisnormatividade “não têm bases epistemológicas, tampouco empíricas”. Qualquer pesquisa no google acadêmico com termos como “cisgenderism” e “cisnormativity” é capaz de desmentir Miskolci.

Miskolci ignora completamente os estudos trans, que fundamentam a noção de cisnormatividade e que cada vez mais a utilizam como forma de produzir análises críticas das violências contra pessoas trans em inúmeros artigos acadêmicos e não acadêmicos. Ele se pergunta a quais interesses a noção de cisgeneridade serviria. Ora, a cisnormatividade, enquanto noção analítica, interessa à comunidade trans como forma de resistência e denúncia às normatividades que produzem violências transfóbicas e discriminações.

Para introduzi-lo, eu convidaria Miskolci a ler a definição de cisnormatividade (em inglês “cisnormativity”) presente na “[SAGE Encyclopedia of Trans Studies](#)”, editada por Abbie E. Goldberg e Genny Beemyn, publicada por uma prestigiada editora acadêmica, assim como a definição dos termos “cisgender” e “cisgenderism” no abecedário publicado na primeira versão e volume da revista [Transgender Studies Quarterly \(TSQ\)](#), uma prestigiada revista de estudos trans.

Eu convidaria também Miskolci a ler inúmeros artigos de alta qualidade que utilizam a noção de cisnormatividade (em inglês “cisnormativity” ou “cisgenderism”; conferir abaixo). Como um acadêmico da área, imagino que Miskolci não teria dificuldades para acessar este material — mas para as demais pessoas, é válido mencionar plataformas como sci-hub e libgen para acesso ao conteúdo.

Convidaria também o pesquisador a ler o blog [transfeminismo.com](#), que conta com a publicação de textos e análises transfeministas de pessoas trans desde 2011, há mais de uma década, portanto, com destaques para nomes como Hailey Kaas, Viviane Vergueiro, Maria Clara Araújo, Raíssa Éris Grimm, Jaqueline Gomes de Jesus, Leila Dumaresq, Amara Moira, Caia Coelho, Yuna Vitória, Laura Venancio de Souza, Helena Vieira dentre tantas outras pessoas trans. Ao alegar falta de bases epistemológicas e empíricas, Miskolci apaga e silencia os estudos trans, que compõem análises críticas e gestos teóricos da comunidade transgênera.

Usar a noção de cisgênero e cisnormatividade como crítica das normas de gênero não pressupõe uma “compreensão de gênero estática e mecânica”, como alega Miskolci, da mesma forma quando o próprio autor e demais pesquisadores do campo utilizam a noção de heteronormatividade e heterossexualidade em seus estudos acadêmicos para desnaturalizar a heterossexualidade. Isto é, usar o termo heterossexualidade como forma de criticar a heteronormatividade não supõe a divisão “estática e mecânica” entre heterossexuais e homossexuais. Por que Miskolci é incapaz de compreender o mesmo no caso de cisgênero/cisnormatividade?

Sua alegação a respeito do estabelecimento de hierarquias improdutivas que decorreriam do suposto fato da noção de cisgeneridade apagar a experiência de inconformidade de gênero de gays, lésbicas e bissexuais é simplesmente falsa. O uso da noção de cisgeneridade não implica em uma suposta ausência de reconhecimento da inconformidade de gênero destes sujeitos e da multiplicidade de suas vivências, tampouco implica uma “secundarização” de pessoas LGB na pesquisa e ativismo, como alega explicitamente o pesquisador, sem citar qualquer base ou evidência para tanto.

Defendo precisamente políticas de aliança entre pessoas trans e cis, tendo em vista que muitas experiências que decorrem dos estigmas relacionados às sexualidades dissidentes são semelhantes às experiências de pessoas trans frente aos estigmas relacionados às identidades de gênero dissidentes. Defendo também a multiplicidade de experiências entre as próprias pessoas trans e cis, e que pessoas de gênero inconforme que não sejam trans possuem interesses políticos em comum com pessoas trans, precisamente porque a violência de gênero atinge a ambos grupos. Alegar que o uso do termo cisgênero é imobilizador para a criação de políticas de coalização é falacioso.

Em razão disto, o uso do termo cisgênero não serve, como supõe Miskolci, a uma “hierarquização interna dentro do coletivo político imaginário LGBTI+, garantindo o monopólio da palavra e da agenda a um de seus segmentos”. Nenhuma pessoa trans tem o “monopólio” da palavra simplesmente porque é trans ou usa a palavra cisgênero para designar pessoas e identidades não-trans.

Por fim, eu convidaria Miskolci a ler, especificamente sobre este assunto, um breve texto publicado na plataforma Medium chamado [“Quando você coloca aspas na palavra cisgênero”](#) — gesto este que se encontra materializado textualmente em sua entrevista.

Anexo III: SBS. Nota de apoio ao Prof. Dr. Richard Miskolci, em favor à liberdade de cátedra. 11 nov. 2023. Disponível em: [Nota de apoio ao Prof. Dr. Richard Miskolci, em favor à liberdade de cátedra](#) Acesso: 27 jan. 2025.

A Sociedade Brasileira de Sociologia vem a público manifestar seu apoio ao professor Richard Miskolci e repudiar nota emitida por transativistas em 07 de novembro de 2023 contra o sociólogo.

Postada em rede social como abaixo-assinado, a nota repreende o pesquisador e especialista em gênero e sexualidade por sua crítica sociológica à noção de cisgeneridade, declara-o persona non grata e ainda afirma que o abaixo assinado será enviado para sua universidade, o que constitui ameaça.

A liberdade de cátedra é uma conquista da sociedade democrática. Não podemos aceitar nenhuma forma de constrangimento, perseguição e ameaça à ciência e seus profissionais.

Belém, 10 de novembro de 2023

Edna Castro

Presidente da SBS

Anexo IV: BENTO, Berenice, et. al. De que lado estamos. Outras Palavras. 14 nov. 2023. Disponível em: < [De que lado estamos](#) > Acesso em: 27 jan. 2025.

DE QUE LADO ESTAMOS

RICHARD MISKOLCI SEMPRE ESTEVE COM O FEMINISMO, AS DISSIDÊNCIAS DAS SEXUALIDADES E DOS GÊNEROS, A TEORIA QUEER — INCLUSIVE CORRENDO RISCOS. AGORA, HÁ QUEM QUEIRA CANCELÁ-LO. O MOTIVO: DESCONFIAR DOS CONCEITOS DE “CIS” E “CISNORMATIVIDADE”

Richard Miskolci é um professor e pesquisador com quem, ao longo das últimas décadas, temos trocado muito, o que sempre incluiu espaço para divergências. Elas, as divergências, nunca são fáceis, mas são necessárias e fazem parte da construção do pensamento crítico em arenas de embates de ideias, como são o campo político e o acadêmico.

Quando olhamos para a formação do campo de estudos de gênero e sexualidade no Brasil, Richard Miskolci está ali como um dos nomes centrais na construção de densas discussões teóricas a partir dos estudos queer e dos estudos culturais e feministas. Reconhecemos, ainda, sua contribuição para que os debates acadêmicos sobre gênero e

sexualidade dissidentes ganhassem a dimensão política de hoje. Os debates são ferramentas críticas que têm se mostrado armas poderosas para o embate com setores ultraconservadores.

Richard Miskolci foi uma voz intelectual ativa contra as ofensivas da extrema direita em sua campanha global anti-igualitária. No auge do bolsonarismo, não teve medo de escrever textos, organizar eventos e buscar alianças contra os retrocessos e as necropolíticas promovidas de forma ostensiva desde o golpe que derrubou Dilma Rousseff.

Em sua trajetória, Richard Miskolci fez contribuições para as reflexões sobre as vidas trans na academia brasileira e estas nem sempre foram consensuadas, mesmo porque, quando produzimos críticas, as discordâncias se apresentam, as tensões se colocam, os ânimos se exaltam. Além disso, toda essa dimensão afetiva do processo é parte das disputas sobre formas de ver e viver o mundo. Por isso, acreditamos que o fazer acadêmico é sempre político.

Nesses embates, que extrapolam os muros acadêmicos, Richard Miskolci se posicionou sobre o direito ao nome social das pessoas trans nas universidades, ajudando a provocar estruturas burocráticas enrijecidas. Teve papel fundamental na realização do Curso Gênero e Diversidade Sexual na Escola (GDE-UFSCar), com produção de material educativo próprio para professores do Ensino Fundamental. Foi também um dos idealizadores do Congresso Internacional Desfazendo Gênero, evento no qual o transfeminismo mostrou sua potência acadêmica e política. Toda linguagem política é uma linguagem de disputas. Disputamos, mas, sobretudo, aprendemos com as pluralidades de vozes.

Em contexto de ofensiva antitrans que marcou o cenário legislativo neste ano, as vozes trans e travestis se mostraram fundamentais! *O Seminário Identidades Trans e Travestis: cidadania, memória*, realizado no início deste mês, vem como uma resposta histórica e necessária para o enfrentamento dos fascismos e do ultraconservadorismo. Foi deste encontro que saiu uma carta de rechaço ao professor.

Mais uma vez, reafirmamos que divergências enriquecem o debate. Foram nos embates em vários espaços que formamos nossa voz, nunca sozinhas/os. Nunca sem conflitos.

No entanto, queremos também pontuar que na dimensão da crítica intelectual que possa se fazer ao professor, não podemos perder de vista suas contribuições, que estão para além do seu último livro, no qual faz uma análise dos sentidos transversais que cortam a sociedade brasileira no reiterado desejo do silenciamento das divergências. Aponta, naquela obra, que a impossibilidade de coabitar e construir espaços de diálogo e convivência com posições diferentes, caracterizam a cultura política nacional, que, como sabemos, é violenta.

Esta declaração pública, não é uma confissão de fé. Não concordamos com todas as posições do professor (e isso é legítimo e parte do jogo democrático), mas reiteramos o direito ao pensamento (e do pensamento pensar o próprio pensamento), à crítica, à divergência como o tutano da vida acadêmica. Sem isso, fechem as universidades que, apesar de todas suas limitações, têm sido espaço profícuo de transformação social.

Nesse sentido, entendemos que a referida carta após o *O Seminário Identidades Trans e Travestis: cidadania, memória*, que tem sido assinada por organizações, ativistas e/ou intelectuais dificulta o processo de diálogo e reflexão crítica, assim como ameaça às políticas de alianças. Ainda que tenha um professor como alvo, com o histórico já apresentado aqui, ela representa um retrocesso nos avanços coletivos dos enfrentamentos que podemos fazer juntos para vencer a transfobia.

Não se trata apenas de uma defesa à trajetória de um professor comprometido com os direitos humanos, trata-se também de garantir que possamos seguir tendo o direito (tão violentamente perseguido pelos antidemocráticos) de afirmar: “eu discordo”. “Eu não tenho certeza”. “Eu preciso pensar mais”.

Conceitos não são, para nós, dogmas. São ferramentas que nos ajudam a interpretar o mundo, por isso podem ser tensionados, pois disputamos formas de interpretar e ocupar esse mesmo mundo. E nenhum conceito esgota a pluralidade das existências e identidades sociais.

O nosso lado é, enfim, o da força criadora das alianças e o da riqueza democrática das divergências.

Berenice Bento – Professora do Departamento de Sociologia da UnB/Pesquisadora do CNPq.

Karla Bessa – Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp e vice-coordenadora do INCT Caleidoscópio.

Larissa Pelúcio – Professora do Departamento de Ciências Humanas, Unesp, campus Bauru. Pesquisadora do CNPq.

Pedro Paulo Gomes Pereira – Professor do Departamento de Medicina Preventiva, Escola Paulista de Medicina, Unifesp, campus Vila Clementino. Pesquisador do CNPq.

Tiago Duque – Professor da Faculdade de Ciências Humanas, UFMS. Pesquisador CNPq.

Anexo V: Unicamp. Pagu (@pagu.unicamp). 2023. Nota do Núcleo de Estudos de Gênero PAGU/UNICAMP, em favor do professor Richard Miskolci, pela possibilidade do dissenso, do respeito democrático aos embates conceituais e sem censura ou banimento. 17 nov. 2023. Disponível em: < [Nota do Núcleo de Estudos de Gênero PAGU/UNICAMP, em favor do](#)

[professor Richard Miskolci, pela possibilidade do dissenso, do respeito democrático aos embates conceituais e sem censura ou banimento](#) > Acesso em: 27 jan. 2025.

instagram.com/pagu.unicamp/p/CzwwEMxv9EB/?img_index=1

Instagram

Entrar Cadastre-se

Nota do Núcleo de Estudos de Gênero
PAGU/UNICAMP,
em favor do professor Richard Miskolci,
pela possibilidade do dissenso,
do respeito democrático aos embates
conceituais e sem censura ou banimento

Considerando a polêmica instaurada nos últimos dias, após manifestação de organizações, de pessoas acadêmicas e ativistas, em nota divulgada no dia 07 de novembro de 2023, na qual declaram o professor Richard Miskolci persona non grata no âmbito epistemológico e ético do transfeminismo brasileiro, o Núcleo de Estudos de Gênero PAGU, da Universidade Estadual de Campinas, afirma o seu compromisso com os direitos e garantias fundamentais para o exercício democrático do dissenso conceitual envolvendo produções das instituições de ensino e de pesquisa brasileiras.

1

 pagu.unicamp • Seguir ...



xuliabueno Liberdade de Cátedra é uma coisa, negacionismo científico é outra. Pq vcs consideram a ciência de Miskolci e não considera a ciência da travestis e demais pessoas trans? Vcs se perdem no personagem, usando os grupos de estudos de vcs pra alimentar a violência epistemicídio. O trans epistemicídio é uma violação de direitos humanos, quais são os humanos que o Pagu tá defendendo?

60 sem Responder



xuliabueno Vcs ficam alimentando a J.G4y Rowling, depois ela vem e faz a continuação do Harry Potter na Unifesp, quero só ver!!!

60 sem Responder



507 curtidas

17 de novembro de 2023

Entrar para curtir ou comentar.

146

Instagram

Entrar

Cadastre-se

**Nota do Núcleo de Estudos de Gênero
PAGU/UNICAMP,
em favor do professor Richard Miskolci,
pela possibilidade do dissenso,
do respeito democrático aos embates
conceituais e sem censura ou banimento**

Temos convicção de que as controvérsias conceituais alimentam o avanço do conhecimento e a possibilidade de ampliação das reivindicações de direitos individuais e sociais, o que levou historicamente, à inclusão progressiva de novas categorias de pensamento nos mais diversos campos do saber. Disputas conceituais não podem ser silenciadas por meio da censura e do banimento de nenhum agente social, muito menos de intelectuais engajados na luta pela promoção de direitos, como é o caso do professor Miskolci, reconhecido como um intelectual com uma sólida trajetória de produção acadêmica socialmente engajada.



2



pagu.unicamp • Seguir

...



xuliabueno Liberdade de Cátedra é uma coisa, negacionismo científico é outra. Pq vcs consideram a ciência de Miskolci e não considera a ciência da travestis e demais pessoas trans? Vcs se perdem no personagem, usando os grupos de estudos de vcs pra alimentar a violência epistemicídio. O trans epistemicídio é uma violação de direitos humanos, quais são os humanos que o Pagu tá defendendo?

60 sem Responder



xuliabueno Vcs ficam alimentando a J.G4y Rowling, depois ela vem e faz a continuação do Harry Potter na Unifesp, quero só ver!!!

60 sem Responder



507 curtidas

17 de novembro de 2023

Entrar para curtir ou comentar.

Instagram

Entrar

Cadastre-se

**Nota do Núcleo de Estudos de Gênero
PAGU/UNICAMP,
em favor do professor Richard Miskolci,
pela possibilidade do dissenso,
do respeito democrático aos embates
conceituais e sem censura ou banimento**

O Núcleo de Estudos de Gênero PAGU/UNICAMP manifesta, institucionalmente, sua preocupação quanto ao dispositivo utilizado contra o professor Miskolci, pois consideramos que as lutas conceituais só podem ser superadas com argumentos que tenham a chance de ser refutados. Atentas às ameaças aos direitos humanos e aos graves efeitos de ações de censura e de banimento, que extrapolam este caso particular, reiteramos nossa defesa da Universidade pública brasileira que, mantendo a qualidade do ensino e da pesquisa, tem assumido progressivamente e, ao longo de décadas, o compromisso de desenvolver políticas de inclusão abrangendo a pluralidade de saberes.



3



pagu.unicamp • Seguir

...



xuliabueno Liberdade de Cátedra é uma coisa, negacionismo científico é outra. Pq vcs consideram a ciência de Miskolci e não considera a ciência da travestis e demais pessoas trans? Vcs se perdem no personagem, usando os grupos de estudos de vcs pra alimentar a violência epistemicídio. O trans epistemicídio é uma violação de direitos humanos, quais são os humanos que o Pagu tá defendendo?

60 sem Responder



xuliabueno Vcs ficam alimentando a J.G4y Rowling, depois ela vem e faz a continuação do Harry Potter na Unifesp, quero só ver!!!

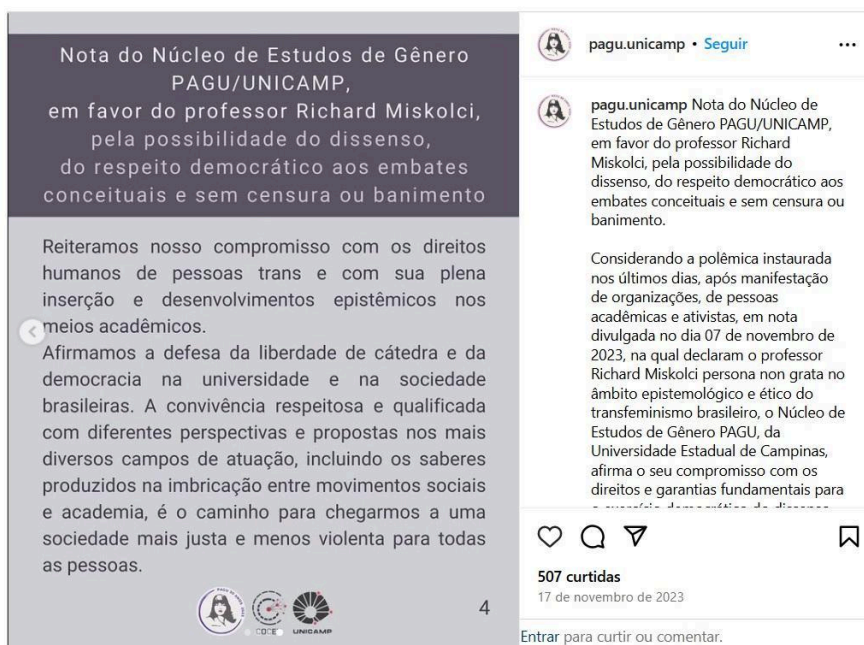
60 sem Responder



507 curtidas

17 de novembro de 2023

Entrar para curtir ou comentar.



Anexo VI: MIGUEL, Luis Felipe. A travesti na UFMA e a esquerda que facilita o trabalho da extrema-direita. Diário do centro do mundo. 18 out. 2024 Disponível em: [A travesti na UFMA e a esquerda que facilita o trabalho da extrema-direita](#) Acesso em: 27 jan. 2025

Tem uma parte da “esquerda” que parece ter como vocação facilitar o trabalho da Brasil Paralelo e de outros extremistas no ataque ao conhecimento, à universidade pública e à ciência.

Ontem, voltou a atacar a estudante de História e cantora que já tinha alimentado, tempos atrás, a gritaria contra a “bagunça nos campi” com a mesma performance “educando com o cu”.

Em uma mesa redonda sobre gênero e sexualidades, ela entoa sua composição sobre “mestrado da putaria”, sobe na cadeira e rebola de costas para a plateia, com o minivestido levantado.

(Em nota oficial, a Universidade Federal do Maranhão afirmou que “está averiguando o ocorrido e tomará as providências cabíveis“. Tomara que marque uma posição clara.)

Não vou dar o nome – afinal, o objetivo da performer é obter notoriedade por meio do escândalo e eu já estou colaborando demais com isso.

Ela mesma publicou o vídeo em sua página, em busca de likes. Tinha conseguido, até hoje de manhã, uns mil e poucos.

Mas só na página da deputada Bia Kicis, que o publicou muitas horas depois, o vídeo já tinha 30 vezes mais curtidas. Kicis anotava que a performance tinha ocorrido com financiamento público.

O resultado líquido da transgressão: levantar a bola para que até uma bolsonarista de poucas luzes possa lacrar em cima.

Mas é isso: não importa que se fragilize a universidade pública, que o debate sobre gênero seja vilanizado, que as ciências humanas sejam desmoralizadas, que seja um tiro no pé para a defesa dos direitos das travestis. Todas estas pautas são parasitadas por uma gente movida por exibicionismo e desejo de notoriedade.

 Durante um evento na Universidade Federal do Maranhão, a historiadora Tertuliana Lustosa subiu em uma cadeira, mostrou as partes íntimas e afirmou que “educa com o c.”, durante uma mesa-redonda sobre “Dissidências de Gênero e Sexualidades”. O vídeo da “performance”... pic.twitter.com/eAEpEwxnAr
— Jornal Razão (@jornalrazao) [October 17, 2024](#)

Na postagem com o vídeo, a performer diz “entender que a universidade é sim lugar de múltiplas formas de conhecimento, inclusive do proibidão”.

“Proibidão”, para quem desceu no planeta recentemente, é o tipo de funk que traz letras sexualmente explícitas, muitas vezes com forte objetificação das mulheres, e/ou faz apologia do tráfico de entorpecentes.

O discurso pronto das “múltiplas formas de conhecimento” é bonito, mas não se aplica ao caso. A universidade acolhe “formas de conhecimento” que preenchem determinados critérios de cientificidade.

O funk proibidão entra como objeto de estudo, não como “forma de conhecimento”.

Por coincidência logo depois de ter visto a reportagem sobre a performance na Universidade Federal do Maranhão, li um artigo em que professores de universidades de elite nos Estados Unidos reclamam que uma parcela cada vez maior de seus estudantes se mostrava incapaz de ler um livro do começo ao fim.

Creio que os dois fenômenos estão ligados.

A democratização do acesso à educação superior, que é uma conquista importante, vai perdendo sentido à medida em que este ensino superior se mostra menos capaz de prover os conhecimentos que deveria.

Com base em uma postura muitas vezes paternalista e condescendente, para não dizer arrogante e preconceituosa, vamos rebaixando nossos parâmetros, permitindo a contaminação por abordagens místicas, mitológicas ou simplesmente pelo oportunismo disfarçado de militância identitária.

Em vez de democratizar o acesso às ferramentas que proporcionam o pensamento crítico e emancipador, distribuímos diplomas. Que dizem cada vez menos das competências de quem os porta, que se desvalorizam.

Um presente para os detentores do capital econômico, sempre empenhados em reduzir o capital cultural à insignificância.

Com muito mais propriedade, outra funkeira, Tati Quebra Barraco, cantava: “Piranhas doutoradas farão revolução”.

Esse devia ser nosso horizonte: uma universidade aberta a pessoas de todas as extrações sociais, que efetivamente dê a elas os instrumentos para agir conscientemente no mundo.

Anexo VII: Nota de Esclarecimento. Universidade Federal do Maranhão. 17 out. 2024. Disponível em: [Nota de Esclarecimento](#) Acesso em: 27 jan. 2025

